

Agosto 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Quando o vidro não é lixo e sim orçamento familiar	7
1.2 Famílias vulneráveis apoiadas com dinheiro	7
1.3 Executivo paga atrasados famílias pobres do Bié	8
1.4 Entre o empreendedorismo e a pobreza no bairro Vai-Volta II	9
1.5 Pandemia `corta `mais 330 mil empregos no II trimestre	10
1.6 Angola perde mais de 724 mil empregos formais desde 2018	12
1.7 Desemprego jovem, empreendedorismo e barreiras à entrada	13
1.8 Formação aborda saneamento em tempo de pandemia	15
1.9 Programa Kwenda atinge 15 províncias até Dezembro	15
2. MICROFINANÇAS	17
2.1 PAC tem reservas de quatro mil milhões	17
2.2 Bancos resistem ao BNA e `preferem` multas a concessão de crédito de risco	18
2.3 Crédito mais distante da banca comercial	19
2.4 "Os bancos são e presas comerciais que buscam o lucro"	20
2.5 Suspeitas de abuso de confiança `arrastam` Banco Sol para a justiça	20
2.6 Empreendedores enfrentam obstáculos para obter crédito	22
2.7 Crédito desembolsa 3,9 mil milhões de kwanzas	22
2.8 "Os antigos servidores públicos das pescas ficaram com tudo e hoje são os conservadores"	23
2.9 Ter um barco industrial acarreta grande investimento e sem apoio da banca os armadores angolanos recorrem aos estrangeiros"	25
3. MERCADO INFORMAL	29
3.1 Associação quer profissionalizar a actividade de táxi em todo país	29
3.2 Toneladas de produtos destruídas pelo INADEC	29
3.3 Lançado projecto "Táxis desinfectados, viagem segura"	30
3.4 Panguila, quem te viu e quem te vê	30
3.5 Associação de Taxistas quer inscrição no INSS	31
3.6 Actividade de moto-taxista garante sustento de muitas famílias	32
3.7 Comprar e vender fora dos dias autorizados dá multa	33
3.8 Moto-taxistas formados sobre o novo coronavírus	33
3.9 "Os antigos servidores públicos das pescas ficaram com tudo e hoje são os conservadores"	34
3.10 Ter um barco industrial acarreta grande investimento e sem apoio da banca os armadores angolanos recorrem aos estrangeiros"	36
3.11 Taxistas de Luanda são testados hoje no Cazenga e Cacucaco	38
3.12 Vendedores de mercados desrespeitam medidas de prevenção contra a pandemia	39
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	41
4.1 Parlamento recebe OGE de 2021 até 31 de Outubro	41
4.2 "As verbas disponíveis no OGE-2020 são reduzidas, mas justificam-se"	41
4.3 Despesas com ensino superior reduzem 13% com a revisão do OGE 2020	43

4.4	Verba de 36,6 mil milhões Kz «limita realização) nas autarquias, diz ADRA	44
4.5	Crise corta 70% dos 2.829 projetos previstos para o sector social	44
4.6	Municípios vão receber 25 Milhões de kwanzas para projectos	45
4.7	As medidas de alívio – O novo perdão fiscal previsto na lei de alteração ao OGE	46

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 49

5.1	Oposição quer discutir as autarquias antes do fim do ano legislativo	49
5.2	UNIT A diz que PIIM deve merecer controlo	49
5.3	Verba de 36,6 mil milhões Kz «limita realização) nas autarquias, diz ADRA	50

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 51

6.1	Mais de 800 lotes para auto-construção dirigida	51
6.2	Casas de diamba	51
6.3	Casas sociais para famílias vulneráveis	52
6.4	FFH apressa vendas para conter ocupações ilegais de apartamentos	52
6.5	Casas da vergonha	53
6.6	Invasores de casas do Capari desobedecem ordem da PGR	54
6.7	Falta de pagamentos paralisa obras da nova urbanização	54
6.8	Ordem controla 1.428 arquitectos	55
6.9	Construção de 500 apartamentos sociais por ajuste directo	55
6.10	Governador anuncia reinício de trabalhos	56
6.11	Invasores têm 72 horas para deixar apartamentos	56
6.12	Administração da massa falida em guerra com ex-colaboradores	57
6.13	Município de Talatona com mais 140 moradias	59
6.14	Urbanização Boa-Vida no centro das maiores polémicas	59
6.15	Contratos para terrenos assinados segunda-feira	60
6.16	Construtora assegura que fez coisas que «não estavam sequer previstas)	60
6.17	Do Imposto Predial Urbano para o Imposto Predial: a propósito do alargamento da incidência	61
6.18	EGTI inicia negociação com os sorteados para aquisição de terrenos	62
6.19	«Esperemos que o GPL resolva o pagamento a empreiteira»	63
6.20	Fundo Habitacional assume urbanização Vida Pacífica em substituição da SONIP	63
6.21	GPL informa -se sobre termos do contrato e prepara alterações pontuais	64
6.22	Pagamento de 21 Milhões de kz condiciona avanço das obras, GPL examina contrato	65
6.23	Renda de Setembro paga para realojar no final do mês	65
6.24	Urbanização Ndalatando paralisada por falta de verbas	66
6.25	Estrada do Bairro da Juventude tem sete quilómetros degradados	66

7. TERRA 68

7.1	Ocupação ilegal de terras é problema de todos	68
7.2	Mais de 800 lotes para auto-construção dirigida	69
7.3	Dino Matross ameaça processar camponeses que o acusam de expropriação	70
7.4	Gestora de terrenos regista saldo negativo nas contas de 2019	70
7.5	Jurista Albano Pedro atribui culpa ao Estado	71
7.6	Serviço de Investigação Criminal «coloca» 170 supostos invasores «atrás das grades»	71
7.7	Terrenos ocupados ilegalmente expropriados a favor do Estado em Menongue	72
7.8	Desvalorização do Kwanza atrapalha negócio de terrenos	73
7.9	Invasores têm 72 horas para deixar apartamentos	74
7.10	Urbanização Boa-Vida no centro das maiores polémicas	74
7.11	Contratos para terrenos assinados segunda-feira	75
7.12	Construtora assegura que fez coisas que «não estavam sequer previstas)	76
7.13	EGTI inicia negociação com os sorteados para aquisição de terrenos	76
7.14	Renda de Setembro paga para realojar no final do mês	77

8. SERVOÇOS BÁSICOS	78
8.1 Executivo cria gabinetes para a gestão das águas	78
8.2 Novo projecto de água vai beneficiar 214 mil consumidores	79
8.3 Covid-19 e falta de água	79
8.4 Distribuição de cestas básicas e água potável	80
8.5 Luanda pode ver melhorada a qualidade de água potável	80
8.6 Tarifário de distribuição de água tem regulamento	80
8.7 Maioria das sedes municipais ainda à espera de água potável	81
8.8 Avaliação independente atribui nota “muito satisfatória”	84
8.9 Banco Mundial defende entrada de privados “de forma saudável”	85
8.10 MINEA aberto a propostas e ao debate	85
8.11 Um grupo de engenheiros projecta Rio Luanda	86
8.12 Mais de 95% da população consome água imprópria	87
8.13 Água potável chega a aldeias de Necuto	88
8.14 Lucrécio Costa desqualifica ideias sobre o "Rio Luanda"	88
8.15 EPAL arrecada 4,8 mil milhões de kwanzas	89
8.16 China financia 15 por cento de projectos de água do país	90
8.17 Bairros do Sambizanga enfrentam escassez de água	90
8.18 PAL acrescenta 210 milhões de litros/dia	91
8.19 PIIM leva água potável ao bairro da Paróquia	91
8.20 Saneamento básico é a principal frente de batalha	92
8.21 Investimento no saneamento básico	93
8.22 Novo modelo de recolha do lixo melhora a imagem do Dundo	94
8.23 Projectos em curso nos municípios do Cunene	94
8.24 Limpeza do Muembeje regasta a originalidade	95
8.25 Quando o vidro não é lixo e sim orçamento familiar	96
8.26 Gestão Urbana atesta legalidade do aterro na ilha de Luanda	97
8.27 País tem mais de seis milhões de usuários de internet	98
8.28 Cientistas alertam: é preciso começar a reciclar o lixo plástico da pandemia	99
9. GÉNERO E VIOLENCIA	101
9.1 Cunene regista aumento de casos de violência	101
9.2 Brigada de Vigilância Comunitária desactiva 47 grupos de marginais	101
10. AMBIENTE	103
10.1 Madeira de garimpeiros foi leiloadada em Menongue	103
10.2 Ministério da agricultura e madeireiro de “costas viradas”	104
10.3 Incêndios florestais colocam em risco o ecossistema	105
10.4 Autoridades surpreendem madeireiros garimpeiros	106
10.5 Empresas aguardam licenças para exploração de madeira	107
10.6 Detidos traficantes de madeira preciosa	108
11. MINEIRA	109
12. MIGRAÇÃO	109
13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	109
13.1 "Cidade da China perde mil milhões de kwanzas	109
13.2 Lojas da Cidade da China com perdas de mil milhões	109

13.3	China financia 15 por cento de projectos de água do país	109
13.4	Impasse nas negociações com a china adia tranche de 547 milhões do FMI	110

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Quando o vidro não é lixo e sim orçamento familiar

Jornal Expansão

14 De Agosto de 2020

Texto: Mirene da Cruz

Todos os dias, pela manhã, enquanto alguns despejam os resíduos resultantes dos hábitos de consumo, outros giram pelos contentores, lixeiras e depósitos de restaurantes e espaços que confeccionam alimentos, para recolherem garrafas de vidro, que depois partem e transformam em casco.

É o caso de Maria Cândido, natural do Uíge, está neste exercício desde 2010 e é daquilo que os outros rejeitam que tira a renda familiar, paga propinas dos filhos, assegura a alimentação da família e, mais importante, com este rendimento ergueu a casa onde vive.

Arrancada da sua terra natal por causa do conflito armado que devastou o País, Maria Cândido chegou a Luanda, não mediu esforços para sobreviver e foi fazendo o que aparecia.

"O sustento da minha família era mais importante", incitada pelas dificuldades que enfrentava enquanto chefe de família e desempregada. Maria, admite, teve que perder a vergonha do estigma que ainda existe em relação aos catadores de lixo, e andar de lixeira em lixeira para recolher as garrafas que, no passado recente vendia a outras pessoas, até "descobrir que ganharia mais se vendesse directamente à fonte", neste caso a Vidrul.

Hoje, Maria Cândido tem uma renda de até 25 mil kz por cada entrega à Vidrul o que lhe dá uma média de 100 mil Kz/mês, quando consegue efectuar quatro carregamentos.

Segundo Maria o facto de trabalhar com os cinco filhos é a sua maior vantagem, pois consegue um volume de recolha significativo, o que aumenta a renda mensal. Em matéria de despesas com o "negócio" tem que suportar apenas o valor do transporte, 2.000 Kz para o motorista do camião que transporta os sacos de casco, até à fábrica.

"É um trabalho digno como outro qualquer", ressaltou.

Fazer uma casa com dinheiro do casco

Como Maria Cândido outras pessoas têm a sua subsistência assegurada na recolha e venda de garrafas, como Silvana Ambrósio, que começou este negócio influenciada pela cunhada Constância Inácio.

A reportagem do Expansão deparou-se com um micro-negócio familiar, que "salvou" a vida de dois agregados familiares, que tinham ficado sem qualquer rendimento, depois da falência da empresa de limpeza urbana onde trabalhavam, provocada pela crise económica de 2014. Constância e Silvana decidiram não ficar de braços cruzados. A recolha de garrafas foi a solução.

Actualmente, são "sócias" e dividem tanto as despesas como a facturação global de 34 mil Kz quando conseguem entregar duas toneladas de casco. Os volumes de entrega andam pela tonelada ou tonelada e meia. Apesar da discriminação que sentem pela actividade suja entre lixeiras, com o que ganham é possível "dar mais dignidade aos filhos e à vida em sociedade". Também Constância Inácio já construiu a casa onde vive com os filhos. "É do lixo que sai todo o nosso sustento", desabafa

Antes, recolhiam nas ruas e lixeiras com imensa dificuldade, mas dado o tempo que já levam de actividade, desde 2015, o trabalho vai ficando mais facilitado, conforme Silvana Ambrósio, que conta já com a colaboração dos proprietários dos restaurantes. "Conseguimos realizar os nossos projectos a partir do lixo", disse Silvana Ambrósio.

Também neste "negócio" a Covid-19, trouxe dificuldade às famílias, que viram aumentar a "concorrência". Por isso mesmo Teresa Lourenço admite à reportagem do Expansão que "quanto mais cedo sair para a rua melhor".

A moradora do Kilamba Kiaksi recolhe o material nas ruas há mais de três anos e reconhece ser possível sustentar a família com a renda, apesar das dificuldades no processo de recolha "O pagamento não é problema, basta entregarmos a mercadoria recebemos o dinheiro no dia seguinte" disse.

I.2 Famílias vulneráveis apoiadas com dinheiro

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2020

Ao todo 4.468 famílias com 8.499 crianças menores de cinco anos dos municípios de Catabola e Chinguar começam a receber, hoje, apoio financeiro, no quadro

do Programa de Transferências Sociais Monetárias denominado “Valor Criança”.

Trata-se do 3º e 4º ciclos de pagamentos no quadro do Programa de Transferências Sociais Monetárias denominado “Valor Criança”, que tem o apoio do UNICEF.

Segundo uma nota do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, o objectivo é mitigar o impacto económico da pandemia causada pela Covid-19.

Segundo a nota, o Executivo reconhece a importância do programa das Transferências Monetárias “Valor Criança” na vida das famílias, sobretudo no contexto da pandemia, por isso, enquadrou a continuidade do 3º e 4º ciclos de pagamentos dentro das acções prioritárias e programa da acção social como resposta ao Plano de Contingência da Pandemia.

Com tarefas bem definidas e sob coordenação do MASFAMU, o Executivo prevê a nível central e local, que 43 pessoas, entre dirigentes, técnicos das administrações municipais e comunais, activistas sociais dos Centros de Acção Social Integrada (CASI), autoridades tradicionais e das comunidades estejam envolvidos na realização do 3º e 4º ciclos de pagamento.

Para a efectivação da intervenção, acrescenta, foi necessário preparar activistas sociais, supervisores provinciais e outros parceiros locais, capacitando-os em matérias sobre “Como fazer o engajamento comunitário em tempos da Covid-19”, “Trabalho comunitário no contexto da pandemia”, “Comunicação de risco”, entre outros.

1.3 Executivo paga atrasados famílias pobres do Bié

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2020

Texto: João Constantino

O Ministério da Acção Social, família e Promoção da Mulher (MASFAMU) iniciou, ontem, no Bié, o pagamento de seis meses em atraso referentes ao Programa de Transferências Sociais Monetárias, que vai no terceiro e quarto ciclo.

Os pagamentos foram suspensos devido ao surgimento da pandemia da Covid-19. Ana Teresinha, ligada ao projecto de Apoio à Protecção Social (APROSOC), disse à imprensa, no Cuito, que

o valor monetário para cada criança assou ou de três para cinco mil kwanzas mensais.

Assim, explicou a responsável, uma mãe com uma criança ao seu cuidado vai receber 30 mil kwanzas.

Ana Teresinha garantiu que foram criadas as condições de biossegurança nos Centros de Acção Social Integrado (CASI), com a entrega de máscaras.

o período de suspensão do programa, sublinhou, foi aproveitado para a formação dos activistas sociais que trabalham nos Centros de Acção Social Integrado (CASI).

"Estamos em condições de realizar o terceiro e o quarto ciclo de pagamentos. Dada a situação actual, tivemos de nos readaptar ao novo contexto e criar todas as condições para que possamos fazer o pagamento em simultâneo às famílias das localidades de Catabola, Chipeta e Cangala", afirmou.

Denominado "Valor Criança", o programa vai beneficiar 4.468 famílias com 8.499 crianças menores de cinco anos residentes nos municípios de Catabola e Chinguar, província do Bié.

A materialização do programa na comuna de Chipeta (município de Catabola) e na povoação da Cangala (município do Chinguar) vai abranger 77 aldeias, durante sete dias.

Para a comuna da Chipeta, referiu, vão beneficiar cerca de 2.623 famílias, enquanto na Cangala 1.845.

O programa "Valor Criança" faz parte das acções do Executivo como forma de promover a protecção social a todos os cidadãos, no quadro do Projecto de Apoio à Protecção Social (APROSOC), estando alinhado às prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022).

Orçado em cerca de 9 milhões de Euros, o programa é financiado pela União Europeia, tem o apoio técnico do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Consorcio de Empresas Louis Berger, para ser implementado até Dezembro deste ano.

O programa foi lançado em Agosto do ano passado e decorre em seis municípios das províncias-piloto do projecto APROSOC: Bié, Moxico e Uíge.

I.4 Entre o empreendedorismo e a pobreza no bairro Vai-Volta II

Jornal de Angola

20 De Agosto de 2020

Texto: André Sibi

Dos desalojamentos que deram lugar ao Aeroporto Internacional de Luanda, no KM-30, no Distrito do Zango, em Viana, nasceu o bairro Vai-Volta II, onde falta de tudo um pouco, desde água para o consumo humano, hospitais e escolas para preparar as novas gerações.

Durante a ronda realizada pelo Jornal de Angola foi possível observar, novas construções no meio de tantas outras destruídas pelo martelo demolidor do Governo Provincial de Luanda, através da Administração Municipal de Viana e do Distrito do Zango.

“O bairro Vai-Volta I estava localizado junto às obras do Aeroporto Internacional, no KM-30, por causa das disputas de terreno saímos daí e viemos construir aqui o Vai-Volta II”, disse Pedro João José Contreiras, coordenador do novo bairro”.

“Esta conduta de água que furámos para podermos encher alguns bidões, com água para beber, banhar e cozinhar, vem da Centralidade do Zango 5 e segue em direcção ao município de Cacucaco”, explica um antigo funcionário da Fata-Metang”, José Nhangá, acrescentando que a maioria dos moradores da zona consome a água que sai da perfuração feita na conduta da EPAL. “Se não fizéssemos isso, morreríamos de sede”, conta.

No bairro, residem mais de 400 habitantes que vivem essencialmente da agricultura. Uma moradora da zona, Arminda Pelinganga, conta que no tempo das mangas, recolhem uma parte para o consumo familiar, enquanto a outra é comercializada. “No tempo do caju fazemos o mesmo exercício. Quando não temos colheita produzimos farinha musseque”, disse.

Arminda Pelinganga explicou ao Jornal de Angola que a produção da farinha musseque constitui a principal fonte de receita para muitas famílias residentes na localidade. Segundo contou, quando chega a época da colheita da mandioca são convidadas entre 30 a 40 pessoas, para arrancar e cascar o tubérculo.

Para acelerar o processo de cascagem da mandioca, o dono do produto é obrigado a preparar um banquete para alimentar o grupo convidado para o efeito. “No passado, para fabricar o alimento os produtores

faziam o uso da catana para esquartejar a mandioca, antes de a espremer e torrar. Hoje, com a industrialização, a realidade agora é outra”, diz Arminda. Para mais um dia de trabalho, Severino Mateus transportava uma serra que serve para ralar a mandioca. Em declarações ao Jornal de Angola, o jovem explicou que deixou, há três anos, de produzir a mandioca para se dedicar apenas no fabrico de serras, que funcionam com motores adaptados a partir de geradores eléctricos.

“Primeiro desmonto a parte eléctrica do motor de um gerador eléctrico e depois coloco um disco com várias perfurações, à semelhança do ralador da mandioca. De seguida, encaixo o equipamento junto à bobina giratória, para triturar o produto. Por dia, um indivíduo pode serrar até uma tonelada de mandioca”, diz Severino.

Oito horas de trabalho

A jornada laboral para a maioria dos serradores de mandioca começa, às 8h00 da manhã. O intervalo para o almoço tem duração de uma hora, das 12h00 às 13h00. O trabalho prossegue até às 17h00. Diariamente, cada um deles pode gastar até 10 litros de gasolina. Uma vez cerrada, a goma da mandioca permanece três dias ao ar livre para ganhar mais consistência. De seguida, o produto é levado à “pariola”, um tipo de prensa tradicional onde a mandioca permanece durante cerca de oito dias, antes de ser cerrado em cubos e transportado para o “tacho” (torradeira).

Tia Maria Nguanha, uma das mais experientes produtoras de farinha musseque na zona, contou, ao Jornal de Angola, que as torradeiras utilizadas no passado eram semelhantes às frigideiras que a tropa vendia aos populares. Explicou que, a maior parte destes utensílios de cozinha eram adquiridos em Caxito e Cabo Ledo.

“Hoje as chapas para torrar a farinha musseque são produzidas um pouco por todo o canto do país. Para melhor torrar a farinha musseque, a maioria dos produtores faz uma pequena escavação, cuja profundidade dê para encaixar três fiadas de blocos, com uma ligeira abertura para permitir a saída do vapor. Pedro Contreiras, coordenador do bairro Vai-Volta II, disse que, de Janeiro até agora, foram produzidos na localidade mais de 800 quilos de farinha, comercializados no mercado do 30.

Equipamentos sociais

No bairro Vai-Volta II falta quase tudo. Não há água potável, hospitais, nem escolas. A circulação é feita em picadas completamente esburacadas, com areal,

capim alto e árvores. Pedro Contreiras garantiu que a comunidade dispõe de aproximadamente 300 metros quadrados para a construção de infra-estruturas como escolas, esquadra policial, unidade hospitalar e zonas de lazer.

Para fazer face à Covid-19, a comunidade, que não pára de lançar o grito de socorro, recebeu, há dias, da Associação de Comunicólogos Angolanos, bens alimentares diversos.

Além da farinha musseque, cuja produção anual chega a atingir aproximadamente uma tonelada, a manga e o caju também servem de fontes de receita para muitas famílias da comunidade.

Pedro João, um dos maiores produtores de caju na zona, revelou que do seu pomar sai, todos os anos, mais de meia tonelada da fruta e pelo menos 100 quilos de castanha. Contactado pelo Jornal de Angola, o engenheiro Madureira Chivangulula explicou que o aumento da produção e a auto-sustentabilidade do bairro Vai-Volta II deve passar por um diagnóstico da comunidade, para se avaliar as condições sociais da população e as quantidades de hectares disponíveis para a agricultura. “Depois disso, pode-se traçar um projecto agrícola do tipo familiar e sustentável, para inverter o actual quadro”, disse o especialista em Agronomia.

O administrador adjunto do Distrito do Zango disse que os bairros Vai-Volta I e II constam da lista de residências construídas no perímetro aeroportuário, mais concretamente na zona do cordão de segurança daquela infra-estrutura. Barnabé Raimundo avançou que os moradores dessas localidades estão proibidos de continuarem a realizar qualquer tipo de construção arbitrária na zona, “pois o Decreto Presidencial 74/19 assim determina”.

“Todos eles estão devidamente cadastrados pela Comissão Interministerial ligada a construção de infra-estruturas aeroportuárias, a fim de serem realojados numa outra zona”, disse Barnabé Raimundo, administrador adjunto do Distrito do Zango, que aproveitou a ocasião para desencorajar a construção de novas moradias, face à possível transferência de moradores, que pode acontecer a qualquer altura.

1.5 Pandemia `corta `mais 330 mil empregos no II trimestre

Jornal Expansão

21 De Agosto de 2020

Texto: Martins Chambassuco

O País perdeu 332.533 postos de trabalho entre Abril e Junho do corrente ano, com a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos a subir ligeiramente dos 32% para os 32,7% face ao primeiro trimestre. Em tempos de pandemia, a taxa de desemprego só não disparou porque o INE registou como população inactiva uma parte das pessoas que perderam trabalho e que não puderam procurar emprego devido às restrições de circulação.

Contas feitas, no final do 11 trimestre 4.737.747 de angolanos estavam desempregados, apenas mais 2.290 do que no final de Março. Por outro lado, a população inactiva passou de 1.803.250 para 2.060.600, uma subida de 14,3%. Então, se há menos 332.533 postos de trabalho mas o número de desempregados só subiu em 2.290 pessoas, como foram registadas as pessoas que perderam o emprego? O INE dá a resposta: "Os indicadores sobre o mercado de trabalho mostram algumas evidências marcadas pelo impacto da pandemia Covid-19. Na actual situação, pessoas nos trimestres anteriores classificadas como desempregadas e pessoas que efectivamente perderam o seu emprego devido à pandemia Covid-19 podem, neste trimestre, ser classificadas como inactivas. A não disponibilidade para começar a trabalhar, por motivos relacionados com a pandemia, pode levar ao acréscimo da população inactiva".

Os dados do Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA) no 11 trimestre, publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), adianta que "pessoas anteriormente classificadas como empregadas podem actualmente ser consideradas como desempregadas ou inactivas" e isso pode explicar a diminuição da população activa e o aumento da população inactiva".

Assim, uma parte substancial das pessoas que perderam trabalho foram registadas como inactivas, o que na prática significa que não procuraram trabalho remunerado nas semanas anteriores ao inquérito.

Desta forma, e contrariando a tendência do que aconteceu no resto do mundo, em que as taxas de desemprego dispararam, em Angola como se a pandemia não tivesse impacto no emprego. É a 'culpa' é da metodologia utilizada para apurar a taxa de desemprego em Angola, que segue critérios utilizados por países mais desenvolvidos em que o emprego é mais formal do que cá. Se assim não fosse, estaríamos a falar de uma taxa de desemprego superior à que consta no relatório agora divulgado pelo INE. "É óbvio que todos os países do mundo sofreram e sofrem com o impacto da Covid-19. Estamos a falar numa redução de tudo o que é produção de serviços e produtos superior a 50% no seu todo. Determinados serviços simplesmente deixaram de existir", admitiu o empresário Rui Santos ao Expansão.

Os números do desemprego são bastante negativos para o país, sobretudo na faixa etária entre os 15 e os 24 anos, que representa metade da população activa do país. Do total de 4,7 milhões de desempregados, 48%, equivalente a 2,3 milhões, são jovens nesta faixa etária. Um número que no 11 trimestre caiu 20%, equivalente a menos 575 mil jovens no desemprego face ao I trimestre. Só que, nesta camada da população, os inactivos subiram 46,9% para quase 1,5 milhões de pessoas. Como não procuraram trabalho nestes três meses de pandemia, passaram a inactivos.

Olhando para os números, especialistas explicam que o fenómeno da inactividade nos mais jovens deve ser considerada "preocupante" já que um jovem que não trabalha nem estuda, num contexto de um país empobrecido e em crise, pode ser um potencial criminoso.

Dos 4.737.747 de angolanos sem trabalho, as mulheres são o grupo etário onde este fenómeno está mais presente, já que entre Abril e Junho, 2.041.215 de desempregados eram homens e 2.696.531 eram mulheres. Já em termos territoriais, o desemprego está mais presente nas zonas urbanas. Ou seja, olhando para as estatísticas, quanto mais longe da cidade, maior possibilidade tem de encontrar emprego. No entanto, segundo Rui Santos "o que existe na zona rural é a autossustentação através do cultivo das suas lavras e criação do seu gado. Emprego formal como tal, nas áreas rurais eu acho que os números estão errados. [O desemprego tem de ser] mais alto no meio rural do que nos centros urbanos ou então, as pessoas que aí viviam, vieram para os centros urbanos".

Já o investigador Fernandes Wanda, da Universidade Agostinho Neto, explica, por outro lado, que "isso significa que nas zonas rurais temos o "auto-emprego mas não significa que este tipo de emprego esteja a

contribuir (com impostos) para que as pessoas tenham uma certa qualidade de vida". Lembra, no entanto que, "o campo precisa de fazer trocas com os centros urbanos e se houver crise todos são afectados".

Empresários e especialistas admitem que a situação do desemprego será pior que aquela que é agora reflectida pelo INE, uma vez que o inquérito foi realizado logo após o período em que as pessoas estavam confinadas nas suas casas e não puderam, por isso, procurar emprego. Aliás, com o continuar da situação de calamidade pública, com limitações nos horários das empresas e na circulação, bem como com o facto de a actividade económica estar a 'sofrer' com os efeitos da pandemia, a tendência é que se caminhe para um aumento brutal do desemprego.

Os indicadores apresentam um quadro bastante pessimista para os gestores. Para tentar mitigar o impacto na economia e no desemprego, o Executivo vira-se para políticas que tentam estimular a produção interna. Desta forma, criam-se empregos e diminuem as necessidades de moeda estrangeira para fazer importações. E, mesmo que haja vontade em contrariar essa tendência de desemprego, sobretudo em relação aos jovens, segundo uma fonte do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), ainda são inúmeras as dificuldades para implementar as políticas públicas, para estimular o emprego jovem em Angola.

Emprego informal dispara Os dados do INE indicam que em Angola a maioria das pessoas empregadas estão na informalidade. A taxa de informalidade da actividade do emprego ronda os 80,1%, ou seja, dos 9,8 milhões de empregos do país, 7,8 milhões são empregos não formalizados. Destes, 70,4% são homens (3,3 milhões) e 89,3% são mulheres (4,5 milhões).

Com base na análise dos dados, a taxa de emprego informal é bem maior na área rural que na área urbana, 93,5% e 63,4%, respectivamente. A taxa de emprego informal é mais dominante no sector não agrícola. A taxa de emprego informal no sector não agrícola na população com 15 ou mais anos é de 55,6%. Os números são mais altos no grupo de idade com 15- 24 anos.

O impacto da Covid-19

Os números do mercado de trabalho de trabalho entre Abril e Junho tiveram uma grande influência da pandemia da Covid-19. Os dados indicam, por outro lado, que no 11 trimestre de 2020, a população empregada, que esteve ausente no trabalho, foi estimada em 266.265 pessoas, re-presentando 2,7%

da população empregada, dos quais 53,3% são homens e 46,7% mulheres.

O histórico indica que 81,5% das pessoas empregadas estiveram ausentes do local de trabalho entre 0-3 meses e 18,5% mais de três meses. A principal razão para a ausência no trabalho reportada foi essencialmente a pandemia da Covid-19, razão apontada por 88,8% dos empregados ausentes ao trabalho.

1.6 Angola perde mais de 724 mil empregos formais desde 2018

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2020

Texto: Martins Chambassuco

Angola perdeu 724.252 empregos formais desde 2018, sendo que a maior parte dos desempregados foram absorvidos pela informalidade que está a ganhar cada vez mais terreno, de acordo com cálculos do Expansão com base nas estatísticas do emprego divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

O país está em recessão económica há quatro anos, o que provocou o encerramento de muitas empresas. Como o crescimento da população está acima do crescimento económico, significa que o país não tem criado empregos para compensar o crescimento da população. A falta de empregos formais, que garantem segurança aos seus trabalhadores, muitos angolanos foram forçados a procurar sustento na informalidade.

De acordo com o Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola, relativo ao período Março de 2018 a Fevereiro de 2019, neste período 9.69.0373 angolanos tinham trabalho, ainda que 72% fosse informal. Ou seja, 7.015.830 angolanos viviam da informalidade e 2.674.543 tinham empregos formais. Já no inquérito do INE sobre o emprego no 11 trimestre deste ano, 9.751.457 angolanos tinham trabalho (mais 61,1 mil que em 2018), sendo que 80% tinham empregos informais, ou seja, 7.801.166 (mais 785.336 que em 2018). Contas feitas, entre Março de 2018 e o 11 trimestre foram criados mais 61.084 empregos (entre formal e informal) mas perderam-se 724.252 empregos formais.

Ainda assim, dos 61.084 empregos criados neste período, 54.278 foram admissões do Estado (ver gráficos).

Especialistas avançam que a quebra da economia angolana, provada pela crise dos preços do petróleo iniciada em 2014 está a impactar profundamente no

mercado de trabalho, mas apontam, por outro lado, que a falta de políticas exequíveis para a estabilidade da actividade empresarial em Angola está a elevar os índices de desemprego sobretudo para os jovens.

À falta de soluções no mercado formal, os angolanos viram-se para a informalidade, que se apresenta, nos dias que correm, como a alternativa para o 'ganha-pão' de muitas famílias. Em 2018, 72,4% dos angolanos que responderam ao inquérito do INE como tendo emprego, sobreviviam na informalidade. Já no 11 trimestre deste ano, em plena pandemia Covid-19, eram já 80% dos empregos a sobreviver na informalidade. Esses números revelam, segundo especialistas contactados pelo Expansão, que a economia, afectada pela crise financeira, é incapaz de gerar postos de trabalho.

O investigador Fernandes Wanda diz que, com a economia em recessão, o mercado de trabalho também está em recessão, isto é, há mais desemprego. Todavia questiona o Governo, defendendo que o Executivo deveria responder "quanto é que se gastou no combate à Covid-19 e quantos empregos esse custo criou em Angola? "

Para Wanda, o combate à Covid-19 representa também uma oportunidade para criar empregos, caso a despesa seja bem direccionada. "Se o Executivo decidir desafiar a indústria têxtil nacional a produzir máscaras e encomendar todo o material que precisa no mercado nacional, essas empresas vão precisar de recrutar mais jovens, essas empresas vão comprar matéria-prima, preferencialmente no mercado interno, gerando outros empregos indirectos, refere.

A crise do desemprego, por actividade económica, de acordo com os dados do INE e do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), está mais presente na hotelaria e turismo, indústria transformadora e comércio.

Fernandes Wanda explica que é preciso ter em conta que Angola já estava em recessão, as empresas já estavam a encerrar antes da Covid-19. Lembra, por outro lado, que apesar da redução dos recursos disponíveis, o Governo precisa melhorar a qualidade da despesa e priorizar a despesa com impacto no sector produtivo e, conseqüentemente, capaz de gerar empregos.

Olhando para a nossa realidade, investigador explica que "os números são bastantes preocupantes e reflectem a situação de crise, ausência de crescimento económico, que já dura há quatro anos".

E adianta que Angola está a caminhar em sentido contrário ao que é feito noutros países da SADC. "À

medida que os países se desenvolvem, o auto-emprego reduz e aumenta o emprego assalariado. Esse dado contraria a actual pretensão do Governo de disponibilizar kits de auto-emprego, como propõe o decreto 113/19, que aprova o Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade e, antes, que falhou", revela, reconhecendo que o problema de Angola não é apenas a falta de qualificação dos jovens, mas, acima de tudo, o encerramento das empresas, o que reduz as oportunidades de emprego no sector formal da economia.

"Se a contratação pública for transformada em motor da economia mais empresas vão poder sobreviver e, claro, gerar empregos", concluiu.

1.7 Desemprego jovem, empreendedorismo e barreiras à entrada

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2020

Texto: Mateus Maquiadi

Desde a crise iniciada em 2014 que os macroeconómicos fundamentais se vêm deteriorando, e viver em Angola tem-se tomado uma tarefa cada vez mais difícil, sobretudo para os jovens que são naturalmente sonhadores.

Diga-se, desde logo, que a esperança não tem estado no tempo, porque à medida que passa as dificuldades vão-se agravando e, numa conjuntura como esta, recorrer a Deus parece ser a solução dos que anseiam por uma oportunidade, faz tempo!

As cifras de desemprego vêm aumentando e os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para um desperdício da força de trabalho em idade activa na ordem dos 32,7%, sendo que mais de 52% dos jovens se encontram desempregados, ou seja, em cada cinco jovens, somente um tem emprego.

Para além disto, cerca de 69% da população, entre 15-24 anos, trabalha no sector informal. Ainda, neste grupo etário, cerca de 24% dos jovens não trabalha, não estuda e não está a fazer nenhuma formação! Vê-se logo que os jovens têm o seu futuro ameaçado e a sua moral está em baixo.

Mais do que ter níveis altos de desemprego, o pior é ter milhões de desempregados formados. Neste caso, este cenário merece a atenção especial de todos os formuladores de política económica e social.

Com o agravamento da crise, a oferta de emprego distanciou-se cada vez mais da procura por emprego.

Ora bem, o problema é passível de resolução, não no curto prazo, mas no médio e longo prazo. Sendo que o desemprego é cíclico, o crescimento económico seria apontado como solução. No entanto, visto que o desempenho da economia continua muito atrelado ao sector petrolífero, não se pode colocar o futuro dos mancebos à mercê de uma variável instável e determinada exogenamente.

Deste modo, a solução passaria pelo estímulo e promoção do autoemprego e empreendedorismo. Tendo percebido que nem todos precisam de trabalhar num banco ou na função pública, muitos jovens têm-se posicionado na vanguarda, apostando na criação do próprio negócio e noutras actividades lucrativas. Para os que desejam ser empresários, as reclamações são inúmeras, pelo que, fui levado a compilar aquilo que chamo de barreiras à entrada.

Barreiras à entrada

Do ponto de vista da economia industrial, não existe nenhum consenso quanto ao conceito de barreiras à entrada. Atendo-me ao conceito de G. J. Stigler, eu próprio defino barreiras à entrada como sendo os custos que os empresários têm de incorrer no processo de criação da sua empresa e mantê-la em funcionamento com base no princípio contabilístico da continuidade' tendo em vista que a taxa de mortalidade das empresas está avaliada em 1,2%.

As barreiras à entrada podem ser naturais e artificiais, e com base na realidade do nosso País, vou tentar distingui-las da forma mais simples possível.

As barreiras naturais são aquelas impostas pela conjuntura económica e pelo nível de desenvolvimento do próprio País. As barreiras artificiais são impostas por intervenientes do mercado (empresas já instaladas), pela administração pública, pelos formuladores de política económica e pelo mercado de crédito.

Relativamente às barreiras naturais, a conjuntura económica tem levado à mortalidade de muitas empresas, por um lado, porque os níveis de produção e fornecimento baixaram significativamente (sobretudo empresas que dependiam de cambiais para sobreviver), por outro lado, devido à quebra sistemática dos níveis de consumo que foram ainda mais agravados pelo alargamento da base tributária. Outro aspecto que merece a nossa atenção é o facto de que ainda não se cultivou a ideia de se consumir não somente para o estômago, mas para estimular e ajudar os empresários.

A inacessibilidade em algumas áreas impede muitas empresas de alavancarem os seus lucros. A título de

exemplo, as empresas que fazem delivery não chegam a bairros considerados inacessíveis, gerando perdas de oportunidade para alavancar as margens de lucro.

Estudo de caso

De acordo com os relatos que ouvi de empresários já instalados no mercado e dos aspirantes, as barreiras artificiais apresentam-se como sendo o problema maior.

Os formuladores de políticas apresentam-se como barreiras artificiais porque têm falhado em criar medidas capazes de promover o empreendedorismo e porque algumas vezes criam políticas contraproducentes.

O mercado creditício é uma barreira, quer para a criação, quer para a ascensão do negócio porque os bancos não têm incentivos em conceder crédito.

A administração pública é um problema maior e para sabermos disso vale a pena citar os comentários de alguns empresários:

1 "Minha empresa foi criada no portal, o Guiché Único acusou a recepção e enviou a documentação com o NIF inválido e sem o documento da imprensa nacional. Fui reclamar e o Guiché disse-me que tinha de ir para repartição fiscal e esta disse-me que não tem informático para activar o NIF e mandou-me de novo ao Guiché, e o Guiché mandou-me novamente à repartição fiscal e tive de desistir";

2 "O alvará comercial leva mais de quatro meses para ser emitido e os bancos impõem a regra de que os titulares da conta empresa não podem movimentá-la na ausência deste".

As barreiras encontradas no PAC

"Para poder ter acesso ao PAC, os empresários devem ter a conta empresa no banco onde desejam pedir o financiamento, bem como ter, na mesma instituição bancária, cerca de 10% do valor do investimento";

"Uma teia de regulamentação tem sido imposta, documentos exigidos são vários, e cada documento a ser tratado leva a outro que deve ser tratado, o que gera frustração e desistência. Exemplo, os bancos exigem licença ambiental, que é emitida pelo Ministério do Ambiente, que cobra cerca de 3% do valor do investimento para além dos 248 mil kz de entrada, e para ter a licença é necessário um estudo de impacto ambiental, que custa 2 a 6 milhões kz. Com esses custos associados, é difícil ser empresário de raiz em Angola".

A quem essas barreiras prejudicam?

Os prejudicados são, em primeiro lugar, os jovens, que tendo muito para viver e trabalhar em prol deste País, estão directa e indirectamente a ser privados de ter aquilo que Adam Smith chama de respeito próprio.

Em segundo lugar, o próprio Governo, que está a perder oportunidades de aumentar os níveis de receita fiscal, visto que quanto mais empresas forem criadas, mais receitas serão arrecadadas.

Em terceiro lugar, o próprio mercado de trabalho vai continuar desequilibrado e exposto às variações na posição líquida de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), ou seja, se os angolanos criarem empregos próprios a saída de IDE não terá grande impacto ao nível do emprego, conforme tem tido. Enfim, o País como um todo sai a perder e vê-se mais longe do desenvolvimento e da revolução industrial.

Conclusão

Os problemas da economia são muito visíveis e exigem respostas práticas e urgentes. Essa teia de regulamentação no processo de criação de empresa e de concessão de crédito inibe a ascensão do empresariado local, pelo que aconselho o Executivo a envidar esforços para removê-la. O funcionamento da administração pública precisa urgentemente de ser reformulado, porque tem-se apresentado como um buraco negro ao desenvolvimento das empresas e do País.

O discurso de que os bancos não estão a dar crédito por causa do risco e porque os empresários são inexperientes é demagógico, na medida em que, em qualquer fase do ciclo económico, haverá risco de crédito e existem mecanismos para auxiliar os empresários inexperientes. Haja vista que não se ganha experiência não experimentando!

A concessão de crédito e a remoção da burocracia não devem ser apenas encaradas como o core business da banca e estratégia de política industrial, respectivamente, mas também como um acto patriótico.

I.8 Formação aborda saneamento em tempo de pandemia

Jornal de Angola

28 De Agosto de 2020

Elautério Silipuleni

Directores municipais e técnicos ligados à área do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários dos seis municípios da província do Cunene foram capacitados, ontem, em Ondjiva, em matérias sobre saneamento e Covid-19.

Uma iniciativa do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, em coordenação com a Federação Lutherana, a formação, que teve como lema “Saneamento e higiene na prevenção e contenção da Covid-19, o consumo de água tratada, ajuda a prevenir doenças e reduz a mortalidade materno-infantil”, visou adaptar os hábitos de higiene e saneamento às medidas de prevenção da Covid-19.

O vice-governador do Cunene para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas defendeu, na sessão da abertura, o envolvimento das comunidades nos programas de saneamento, educação e saúde preventiva para os benefícios das famílias, com destaque para as mulheres e crianças.

Édio José disse que o melhoramento da qualidade de vida da população passa pela educação e consciencialização das pessoas, estimulando-as a cultivar hábitos saudáveis e respeito pelo ambiente.

O sistema deficiente de saneamento e higiene, referiu, provoca o aumento da contaminação ambiental, o surgimento de surtos como cólera, febre-amarela e malária, que resultam nos elevados índices de morbilidade e mortalidade. O vice-governador afirmou que o saneamento total liderado pela comunidade consiste em reduzir a defecação ao ar livre, promovendo tecnologias de saneamento de baixo custo, e práticas seguras de higiene sem recurso a apoios externos.

Édio José alertou a comunidade a optarem por práticas de saneamento que permite o controlo dos vectores de transmissão de doenças, constituindo assim um instrumento fundamental de saúde pública. Foram abordados temas como a importância do saneamento e higiene, situação da Covid-19, medidas de prevenção e contenção e reflexão sobre as queimadas urbanas e o seu impacto ambiental em tempos da pandemia da Covid-19.

I.9 Programa Kwenda atinge 15 províncias até Dezembro

Jornal de Angola

30 De Agosto de 2020

A Comissão Intersectorial de Coordenação do Projecto de Fortalecimento da Protecção Social, mais conhecido por Kwenda, anunciou, em comunicado divulgado ontem, em Luanda, a expansão da segunda fase do programa para mais 15 províncias. Até final do ano, cerca de 362 mil famílias devem ser beneficiadas pela iniciativa.

A comissão, que é coordenada pela ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, reuniu-se sexta-feira, em Luanda, onde também avaliou e aprovou o relatório sobre a implementação da fase piloto nos municípios de Cacula (Huila), Cambundi-Catembo (Malanje), Cuito-Cuanavale (Cuando-Cubango), Ombadja (Cunene) e Nzeto (Zaire).

A fase piloto do Kwenda cadastrou um total de 10 mil 674 agregados familiares (57,2 por cento são chefiados por mulheres) dos referidos municípios. Foi ainda concretizado o primeiro ciclo de pagamentos dos subsídios trimestrais para 5.774 famílias. Cada agregado familiar recebe 25 mil e 500 kwanzas de três em três meses, o que representa um total de 102 mil kwanzas por ano.

A estratégia de expansão do Kwenda prevê ainda a implementação de um conjunto de acções de inclusão produtiva e de geração de renda familiar, a municipalização da acção social no país (com o objectivo de desconcentrar, até ao nível municipal, a gestão deste tipo de programas) e o reforço do cadastro social único, que pretende construir uma base de dados oficial dos beneficiários dos programas sociais.

A comissão intersectorial recomendou aos serviços responsáveis pela operacionalização do Kwenda que agilizem os mecanismos para a sua execução, incluindo o sistema de pagamento via telefone para as localidades onde não existe serviço de Multicaixa. Este mecanismo visa garantir, de forma segura e imediata, o acesso às transferências monetárias nas regiões mais recônditas do país.

Os subsídios são entregues aos agregados familiares por via da abertura de uma conta bancária e da atribuição de um cartão Multicaixa.

Durante o encontro também foi aprovado o projecto de regulamento dos serviços de apoio à comissão intersectorial e o programa operacional de comunicação do programa.

O Kwenda conta com um orçamento total de 420 milhões de dólares, sendo que 320 milhões são financiados pelo Banco Mundial. Os restantes 100 milhões de dólares são atribuídos pelo Estado. O programa prevê beneficiar um milhão e 608 famílias em todo o país.

2. MICROFINANÇAS

2.1 PAC tem reservas de quatro mil milhões

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2020

Texto: Isaque Lourenço

O Programa de Apoio ao Crédito (PAC), a componente financeira do Prodesi, detém um stock de quatro mil milhões de kwanzas para financiar projectos, anunciou o secretário de Estado para a Economia.

Mário Caetano João, que falava, terça-feira, no primeiro briefing semanal sobre a actividade do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), anunciou que, nos cinco dias anteriores, foram aprovados 66 projectos, avaliados em 7,5 mil milhões de kwanzas, 400 milhões dos quais já desembolsados.

Conforme os números avançados pelo secretário de Estado da Economia, no total, tem-se contabilizado, ao nível do programa de alívio económico, cerca de dois mil milhões de kwanzas e do Aviso um desembolso de 71 mil milhões. Sobre a linha do Deutsche Bank também não houve nenhum desembolso na semana.

Mário Caetano João disse estar-se, neste momento, a dinamizar o ambiente de negócios, através da melhoria de aspectos que concorrem para a burocracia excessiva. Os mesmos estão ligados ao comércio internacional, protecção dos interesses minoritários, obtenção do crédito, recuperação de empresas e execução de contratos.

Confirmou, como parte desse processo, a activação da primeira sala especializada em matéria comercial e direitos de propriedade intelectual. Para tal, na terça-feira, houve uma reunião de concertação entre o ministro da Economia e Planeamento, o governador do BNA e o juiz presidente do Tribunal Supremo, para tentar dinamizar a referida sala. “Demos continuidade à gestão do Prodesi no que toca às actividades de acesso ao crédito, aumento da produção nacional, acesso ao mercado e a capacitação e qualificação do empresariado nacional”, disse.

De acordo com o secretário de Estado, uma das actividades correntes que mereceu algum foco do Ministério foi a contínua criação do Portal do Produtor Nacional, que visa trazer informação sobre a produção nacional e os preços ao nível territorial.

Já no que toca ao apoio ao produtor nacional, explicou existirem 123 novos pedidos de apoio para aceder ao crédito, dos quais 87 já foram aprovados, o que perfaz 188 projectos aprovados e 20 desembolsados.

No “funil” de apoio, segundo avançou, a terceira fase que reflecte a constituição do dossier de crédito é a que mais constrangimentos tem trazido ao serviço, designadamente os mais diversos certificados “não devedor do INSS”, “não devedor da AGT”, Alvará Comercial e Títulos de Concessão de Terra.

“Ainda vemos alguma burocracia, pelo que tem-se estado a apoiar o empresariado a ultrapassá-la. A título de exemplo, na última semana, ajudamos oito empresas a adquirir o certificado de não devedor do INSS, 19 empresas a ultrapassar os requisitos de certificado de não devedor da AGT, sete empresas a adquirir o Alvará Comercial e estamos a tratar com os vários governos provinciais para a resolução de 192 solicitações de Títulos de Concessão de Terra”, detalhou.

O governante especificou, por outra, não se estar somente fixado ao facto de os programas estarem a ser desembolsados, mas prosseguem com visitas de constatação no terreno, o que, na semana finda, levou a serem visitados dois empreendimentos. Um em Luanda e outro em Malanje, os quais já receberam desembolsos financeiros no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

Briefing semanal

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) passa, doravante, às terças e quintas-feiras, de manhã, a fazer o balanço semanal da sua actividade, através de briefings com a imprensa, com emissão em directo nas contas das instituições pelas redes sociais.

Conforme anunciou, ontem, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, Benedito Kayela, às terças-feiras faz o briefing o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João. Já às quintas-feiras, igual tarefa é desenvolvida pelo secretário de Estado do Planeamento, Milton Reis.

Benedito Kayela assegurou ainda que os directores nacionais e de gabinetes do MEP deverão também, em ocasião similar ou através de seminários, prestar informações sobre os programas em desenvolvimento nas respectivas áreas de actuação.

2.2 Bancos resistem ao BNA e `preferem` multas a concessão de crédito de risco

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2020

Texto: Nelson Rodrigues

A falta de qualidade dos projectos submetidos pelas empresas aos bancos nos pedidos de crédito e as taxas de juro baixas fazem com que as instituições bancárias resistam ao forcing do BNA que os quer obrigar a aumentar os empréstimos à economia, numa aversão ao mal parado em que compensa mais pagar multas do que correr riscos, admitiram ao Expansão várias fontes do sistema financeiro nacional.

Acresce que, segundo estas fontes, muitos dos operadores económicos que apresentam as propostas à banca não sabem ou não têm experiência do negócio que vão realizar. Quanto às taxas de juro, que nos créditos a projectos para aumentar a produção nacional devem ser no máximo de 7,5%, estas são consideradas demasiado baixas já que estão bem abaixo da inflação, com os bancos a considerarem que perdem dinheiro ao conceder este tipo de créditos.

Na prática, em vez de os bancos se lançarem em operações cujos rendimentos se advinham duvidosos ou pouco apetecíveis, as instituições bancárias procuram as opções de menor risco, como aplicações em dívida pública ou até aplicar a sua liquidez no mercado cambial. Acresce que as multas do banco central por incumprimento de obrigações na concessão de crédito são consideradas de baixo valor - em Julho o BNA multou 12 bancos com multas entre os 34,5 milhões e 39 milhões - e, por essa razão, acabam por optar em correr o risco de serem multados em vez de mais tarde assumirem perdas por créditos incobráveis. Só em Maio último, o mal parado estava situado nos 34,5% do total de crédito (ver gráfico). Contas feitas, o valor do malparado sobre o volume total de crédito - de 5,2 biliões Kz - é de quase dois biliões Kz, precisamente 1,8 biliões.

O elevado mal parado põe em causa as operações dos bancos, veja-se o caso do Banco de Poupança e Crédito (BPC), que há vários anos está a tentar 'limpar' o crédito de cobrança duvidosa dos seus balanços, admitiu ao Expansão o administrador de uma das instituições bancárias, sob anonimato.

Em termos práticos, custa mais aos bancos assumirem as perdas do crédito malparado do que pagar multas ao banco central. E isso faz com que,

segundo analistas de crédito, a possibilidade de mais bancos virem a colocar travão no crédito devido à actual conjuntura seja real. Até porque as necessidades de financiamento do Estado aumentaram 27% para 3,1 biliões Kz com a revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020. Por outro lado, nesta fase em que as economias mundiais foram bastante afectadas pela pandemia Covid-19, também em Angola cresceram as dificuldades para o sector empresarial. Segundo o risk manager Adolfo Dombo basta olhar para o último Indicador de Clima Económico do Instituto Nacional de Estatística (INE), no qual em Junho os empresários de vários sectores indicavam as suas perspectivas sobre a economia nacional no curto prazo, naquele que foi um quadro muito negativo. "Alguns bancos serão forçados a escolher entre receber uma multa ou incorrem a um risco de conceder crédito num momento muito crítico e que este crédito pode entrar em incumprimento e agravar os resultados na constituição das imparidades", apontou Adolfo Dombo.

Face à situação do país, nesta fase as empresas tentam obter créditos para pagamento de despesas correntes (salários ou impostos) e não para investimentos. E isso também afasta os bancos' que contestam as imposições do banco central para que aumentem o crédito.

Assim, Adolfo Dombo é de opinião que quer o Governo quer o banco central não devem forçar a banca a colocar os excessos de recursos dos bancos na economia por via de crédito. Para ele, o "Governo, primeiro, deve criar condições para que tenhamos um ambiente de negócios apropriado, que permita com que os bancos olhem para a economia nacional e tenham apetite para investir [no crédito]".

Apesar disso, reconhece a importância das acções do BNA, voltadas para o fomento da produção interna, uma medida que, no seu entender, vem ajudar empresas com dificuldades de tesouraria.

Já o maior accionista do Banco BIC e administrador da entidade, Fernando Teles, deixa o aviso: "Se a economia está em dificuldade e há falta de poder de compra da população, os bancos, logicamente, também não querem dar crédito para ficarem com muito mais crédito malparado. Não é uma questão do EIC, é a banca toda", disse o banqueiro ao Expansão, quando questionado sobre as últimas medidas do banco central para forçar os bancos a darem crédito.

Fernando Teles admite que os bancos estão com receio de conceder empréstimos e depois não conseguirem recuperar esses créditos. "Nós

emprestamos o dinheiro que é dos nossos clientes, além dos fundos próprios", lembrou.

O Expansão falou com mais 11 administradores de bancos nacionais, que sob anonimato, admitiram que é menos arriscado estar sujeito ao pagamento das multas do banco central do que apostar na concessão de crédito que o Governo tanto tem exigido.

2.3 Crédito mais distante da banca comercial

Jornal de Angola

14 De Agosto de 2020

Texto: Isaque Lourenço

O crédito a clientes na banca angolana registou, em termos globais, de 2017 a 2019 uma queda de cerca de 15,5 por cento.

De acordo com cálculos baseados nos relatórios anuais dos bancos, os 3.136 mil milhões de kwanzas concedidos em 2017 eram já em 3,0 por cento menores que o valor concedido em 2016. Em 2019, chegou-se à cifra de 2.648 mil milhões, abaixo em 10 por cento quando comparado com o ano de 2018.

Nos últimos três anos, 2017, 2018 e 2019, o crédito líquido a clientes tem registado descidas sucessivas, numa clara demonstração de um desacelerar da banca em financiar produtos e serviços. O cenário tem vindo a obrigar o banco central a adoptar medidas que obrigam os bancos a conceder créditos, impondo multas, nalguns casos de infracções, e a aumentar os coeficientes obrigatórios de reservas.

Ainda assim, essa descida do crédito não é respondida, ao todo, pelos números da banca, pois que os lucros, os depósitos e os activos do sector crescem de ano em ano. a excepção é para os bancos de capitais públicos e uns poucos privados, que também acumulam prejuízos nas suas contas anuais.

Em 2019, o valor total dos activos das instituições financeiras, segundo o mais recente estudo “Banca em Análise” da Deloitte, ascendeu a 14.102 mil milhões de kwanzas, o que corresponde a um crescimento de 11 por cento face a 2018. O total do resultado líquido do sector registou um decréscimo de 76 por cento em relação ao ano anterior, passando para os 78.439 milhões.

Já em 2017, os activos, quando comparados a 2016, representaram uma subida de cerca de 3,0 por cento, fixando-se nos 10.129 mil milhões. O total do resultado líquido do sector bancário nacional registou, em 2017, um decréscimo de 6,0 por cento

em relação ao ano anterior, passando para os 158.910 milhões. Também baixou em 3,0 por cento o produto bancário. Nesse ano, os capitais próprios dos bancos subiram em cerca de 16 por cento.

O peso dos depósitos em moeda nacional, em 2017, manteve a tendência de crescimento em detrimento da moeda estrangeira, passando a representar 69 por cento dos depósitos totais. O valor total dos depósitos de clientes na banca foi de 7.013 mil milhões nesse mesmo ano, o que representa uma redução de 0,2 por cento face a 2016.

Para 2019, o valor total dos depósitos de clientes fixou-se nos 9.796 mil milhões de kwanzas, o que representou um crescimento de 25 por cento face ao ano anterior.

Crédito vencido

O crédito vencido malparado agravou-se, significativamente, tendo registado um aumento de 42,45 por cento face ao ano anterior, situando-se em 1,60 biliões de kwanzas. Os dados do BNA avançam que desde meados de 2014, altura em que iniciou os desequilíbrios estruturais na economia angolana até ao ano 2019, o nível de incumprimento triplicou, ou seja, assistiu-se a um agravamento na ordem de 336 por cento.

Este agravamento deveu-se, principalmente, ao aumento do nível de dívida pública interna, à depreciação cambial e a deficiências na política de controlo de risco de crédito. Todavia, a capacidade de cobertura do passivo de curto prazo em moeda nacional do sector bancário aumentou de 20,11 para 25,40 por cento, em detrimento da liquidez imediata em moeda estrangeira que reduziu de 35,51 para 32,78 por cento.

Os cinco maiores bancos representaram cerca de 72,4 por cento do total do activo do sector bancário e o seu activo registou um aumento de cerca de 23 por cento face ao ano anterior. Na posição relativa entre os cinco maiores bancos a operar em Angola, o BAI lidera, com um activo total de 2.641 mil milhões de kwanzas, seguido pelo BFA, BPC, BIC e Atlântico.

Leis mais apertadas

No sentido de garantir a estabilidade do sistema bancário e em cumprimento do plano estratégico, o BNA, realizou o exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA) a 13 dos bancos, cujos activos agregados representavam 92,8 por cento do total da banca, com referência a 31 de Dezembro de 2018, tendo os resultados revelado que o sistema bancário angolano é globalmente robusto.

Em finais de 2019, estavam autorizadas a funcionar no sistema financeiro angolano 26 financeiras bancárias, contra 27 em 2018, sendo 3 bancos públicos, 17 bancos privados nacionais, 5 filiais de bancos estrangeiros e 1 sucursal.

Nos últimos três anos, verificou-se uma diminuição do número de bancos a operar no mercado, devido, essencialmente, ao reforço do papel de intervenção e supervisão do BNA em linha com as melhores práticas internacionais, tendo como principal objectivo a garantia da estabilidade do sistema financeiro.

O regulador apertou um pouco mais nos instrumentos regulatórios e fruto disso, alguns bancos têm estado a sentir dificuldades de continuar com o negócio. Por insuficiências de Capital Social, o BNA retirou as licenças aos bancos Mais e Postal.

O BANC seguiu-se, com profundas dificuldades no seu balanço. Ainda que se explique noutros termos, o Kwanza Invest também está sem condições para continuar a prosseguir as operações de banca e já iniciou com o processo de dissolução.

Despedimentos em massa

A comemoração dos 45 anos da banca acontece numa altura em que a classe enfrenta a crise de despedimento de cerca de 1.600 trabalhadores do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Numa entrevista recente ao JA, o presidente do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de Angola (SNEBA), Filipe Makengo, afirmou não serem os despedimentos dos trabalhadores do BPC a melhor opção para a redução dos custos operacionais do banco. O líder sindical defendeu, como primeira solução, a cobrança do crédito malparado.

“O Sindicato compreende que o processo de reestruturação do BPC emana do Despacho Presidencial nº 310/17, de 28 de Dezembro, que determina a reestruturação do sector bancário público. Mas, em parte alguma do citado Despacho ressalta a necessidade de dispensa de trabalhadores”, argumenta.

2.4 "Os bancos são e presas comerciais que buscam o lucro"

Jornal Expansão
14 De Agosto de 2020

Que balanço faz à banca no ano passado?

O ano de 2019 foi um ano extremamente desafiante para a banca angolana. Tivemos o exercício AQA que obrigou a que os bancos fizessem a avaliação da qualidade dos seus activos, o que obrigou que alguns bancos constituíssem imparidades e nalguns casos a fazerem também um reforço de provisões. Como a situação dos bancos não é igual (...), a decisão sobre a utilização dos resultados também não é homogénea, e os bancos foram decidindo conforme a sua situação financeira e as suas perspectivas sobre os cenários macroeconómicos e os impactos futuros no mercado e na economia nacional, nesta que é a nova realidade nacional e mundial decorrente do Covid-19.

Os bancos continuam a dar pouco crédito. Onde é que estão a aplicar os depósitos?

Tivemos bancos que apresentaram lucros e bancos que apresentaram prejuízos, e que resultou que, no agregado, a banca tivesse lucro em 2019. Face ao ano anterior teve uma diminuição de cerca de 76%. Os bancos são empresas comerciais que buscam o lucro, pois a função económica e social dos bancos apenas pode ser cumprida se forem empresas rentáveis.

Alguns bancos têm optado apostar nos títulos do Tesouro e no câmbio do que no crédito...

No nosso contexto, as empresas e o Estado concorrem na concessão de crédito, isto é, quer as empresas quer o Estado procuram financiamento junto da banca comercial, e num contexto em que existe uma crise económica, como a que vivemos actualmente, em que existe degradação financeira ou uma grande incerteza sobre o futuro de muitas empresas, o Estado apresenta-se como uma forte alternativa às empresas.

2.5 Suspeitas de abuso de confiança 'arrastam' Banco Sol para a justiça

Jornal Expansão
14 De Agosto de 2020
Texto: Nelson Rodrigues

O banco central ainda está a preparar o processo de investigação ao Banco Sol sobre suspeitas de conflito de interesses na concessão de crédito aos accionistas e a membros da anterior administração mas detectou factos que podem configurar crimes de abuso de confiança que serão remetidos em breve à Procuradoria-Geral da República, apurou o Expansão.

Neste momento, além das denúncias de conflitos de interesses, está ainda também em cima da mesa o

tema "abuso de confiança na gestão", segundo uma fonte, que assegurou ser "motivo mais que suficiente para fazer o regulador avançar com uma queixa à PGR".

Ao Expansão, fonte do banco central confirmou que o processo de inspecção ainda "não está fechado", ou seja, os técnicos da área de supervisão do BNA continuam a analisar cada detalhe do relatório produzido pela anterior comissão executiva do banco. "Os temas de supervisão são sempre muito sensíveis, mas o BNA continua a fazer o seu trabalho e, caso se mostre necessário, há de engajar outras autoridades", assegurou a fonte.

Aliás, em entrevista à TPA, o governador do banco central, José Massano já tinha antecipado que, caso se confirmem as denúncias contra a gestão do Banco Sol, o regulador iria actuar de acordo com a lei.

José Massano elencou um conjunto de medidas que incluem multas ao banco, penalização directa aos gestores da instituição bancária ou queixa-crime aos órgãos de justiça. "Temos um leque vasto de opções mas que dependem daquilo que forem o apuramento dos factos, a sua gravidade e em função disso é que tomamos a decisão de como penalizar, se tivermos que penalizar", disse.

As irregularidades à gestão são relativas a 2019, ano em que o banco estava a cargo de Coutinho obre Miguel, como presidente do conselho de administração. Além de ter sido PCA, Coutinho Miguel é também accionista, detendo uma participação de 3,91%, de acordo com o relatório e contas de 2018, o último consolidado e disponível no portal da entidade.

O processo de inspecção do banco central surgiu na sequência de um relatório produzido pelo anterior CEO do Banco Sol, cujo conteúdo denuncia a elevada exposição da carteira de crédito do banco às suas partes relacionadas.

Assim, e a avaliar pela quantidade de informação que consta nas denúncias do relatório do Sol, e que destapou problemas na gestão da instituição e da sua relação com as partes relacionadas, outro administrador bancário conhecedor do processo e que domina o conteúdo do relatório de auditoria e o produzido pelo ex-CEO Mário Nascimento garante que o problema do banco não se limita ao crédito. "Há muita prova de irregularidades na gestão do banco que, a meu ver, já deviam mover o regulador para uma atitude ou os órgãos de justiça para uma decisão definitiva".

Um técnico do banco conhecedor de todo o processo confirmou que algumas das decisões da anterior administração geravam mais proveitos particulares para os accionistas e afastava vantagens para a entidade bancária, situação que, entre outras, esteve na base da decisão do ex-CEO, Mário Nascimento, a avançar com o relatório e a sair do banco.

Entretanto, o documento que era para ficar entre as 'paredes' da instituição bancária foi parar às mãos do regulador do sistema bancário nacional, este que por sua vez decidiu "averiguar".

"No geral, o relatório concluiu haver conflitos de interesse em situações em que a gestão toma decisões que muitas vezes podem ser prejudiciais para o banco, mas benéficas para os accionistas ou gestores", disse a fonte.

Analistas concluíram que a intervenção do BNA terá de incidir sobre as áreas de compliance e de controlo interno banco, com o objectivo de passar a pente-fino e questionar se a compliance funciona ou não.

No relatório que deu origem à 'investigação' do BNA, os conflitos de interesse são explicados com a atribuição de crédito sem garantias a grupos empresariais de partes relacionadas e de altos gestores da entidade bancária.

O Sol tem, entre outros accionistas, a Gefi (51,00%), Fundação Lwini (10,00%), a antiga primeira-dama Ana Paula dos Santos (5,42%) e por outros conhecidos accionistas do circuito político e empresarial doméstico, conforme relatou ao Expansão outra fonte da actual administração.

Coutinho Miguel dirigia o banco com Ana Edite Teles Carreira, administradora responsável pela direcção de Pessoal e direcção de Compliance; António Manuel Graça, administrador responsável pela Auditoria Interna, direcção de Risco e de Segurança; Carla Marina Campos Van-Dúnem, administradora pelas direcções de Risco de Crédito, de Microcrédito, Banca de Investimentos e de Processamento e Controlo de Crédito.

A lista de administradores que partilhavam a gestão do Sol com Coutinho Miguel fecha com Gil Alves Benchimol, administrador responsável pela direcção Financeira, de Tesouraria, de Contabilidade e Banca Electrónica e de Tecnologia e Sistemas de Informação.

2.6 Empreendedores enfrentam obstáculos para obter crédito

Jornal de Angola

15 De Agosto de 2020

Texto: Victorino Joaquim

Empreendedores relatam dificuldades para obter crédito

A transferência de quatro mil milhões de kwanzas do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (Facra) para a gestão de oito sociedades de micro-crédito impulsiona os fluxos de capital em seis sectores, mas exclui o empreendedorismo e os pequenos negócios.

Disso mesmo, queixou-se um grupo de empreendedores que, na quarta-feira, reuniu-se, em Luanda, com responsáveis do Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) para discutir as iniciativas institucionais de financiamento.

No encontro, foram abordados aspectos ligados aos programas de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi) e o de Apoio ao Crédito (PAC), bem como o comissionamento de fundos do Facra.

Os representantes do sector dos micro-negócios apresentaram inquietações referentes ao acesso ao crédito no quadro das medidas de alívio económico e financeiro previstas no quadro do combate aos efeitos da propagação da pandemia da Covid-19.

O empreendedor Kiokamba Cassua reconheceu o mérito dos programas do Executivo, mas lamentou as dificuldades que os jovens enfrentam para obter crédito. “Existe muita burocracia para o acesso ao crédito: às vezes, só precisamos de um empréstimo de 10 mil kwanzas, mas somos obrigados a tratar documentos em que é necessário gastar cinco vezes mais”, disse para ilustrar a situação.

Manuel Quental, da Associação de Pessoas com Deficiência Visual, acrescentou que a maior parte dos jovens elegíveis para o micro-crédito não possui as condições exigidas pela banca.

“O financiamento não deve ser dado apenas para se criar acima de mil postos de trabalho: deve também servir àquele empreendedor com projectos para criar cinco ou seis postos de trabalho que, nesta senda, resulta em milhares de empregos”, disse Paixão Cafuquena, da Juventude Unida de Luanda.

No final de Julho, o Facra e oito sociedades de microcrédito e cooperativas de crédito assinaram

contratos de operacionalização de uma terceira linha de crédito de quatro milhões de kwanzas, enquadrada nas medidas de alívio económico e financeiro.

O Facra disponibilizou valores que vão de 270 milhões a 1.100 milhões de kwanzas a oito sociedades de micro-crédito e cooperativas de crédito para que possam conceder financiamento a micro-negócios em sectores ligados ao processamento alimentar, logística e distribuição de produtos agro-alimentares e de pesca, reciclagem de resíduos sólidos urbanos, produção cultural e artística, desenvolvimento de “softwares”, bem como produtos e serviços que constituem a cadeia do agronegócio.

Nos termos do contrato, a Kixicrédito Angola recebe o montante de 1.100 milhões de kwanzas, a Facilcred 970 milhões, a Cooperaje 410 milhões e Wiliete Crédito 400 milhões, enquanto a Multicrédito obtém 300 milhões, a Gingacred 280 milhões, a Kif Crédito e Nespecred 270 milhões de kwanzas cada.

2.7 Crédito desembolsa 3,9 mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2020

Texto: Adérito Veloso

O Programa de Apoio ao Crédito (PAC) desembolsou cerca de 3,9 mil milhões de kwanzas em vários projectos inseridos no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

No habitual briefing semanal, realizado ontem, em Luanda, o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, mostrou-se satisfeito com o grau de execução física e financeira dos projectos, que visam acelerar o fomento da produção nacional.

“Os projectos desembolsados no âmbito do PAC, no valor aproximado de quatro mil milhões, vão de encontro com a medida anunciada sobre a racionalização das divisas para a importação de determinados bens”, disse. Exemplificando, comentou que uma delas é na produção de farinha de milho, “que já temos toda capacidade instalada para produzir”.

Mário Caetano João argumentou não fazer “sentido disponibilizar divisas para importar bens que o mercado nacional pode produzir, com realce para as hortaliças”. Desde 2019 até ao momento, foi desembolsado um total de 133,6 mil milhões de kwanzas ao sector produtivo, correspondentes a 59 projectos, tendo gerado 27 mil postos de trabalho.

As medidas de Alívio Económico registaram um desembolso de seis mil milhões de kwanzas, que financiaram 26 projectos, numa altura em que o montante disponibilizado pelo Aviso 10/20, do Banco Nacional de Angola (BNA) para 31 projectos, atingiu 123,7 mil milhões de kwanzas.

Quanto ao serviço de apoio ao crédito registou na semana de 17 a 24 de Agosto um total de 4.616 pedidos, mais 132 do que no período anterior, dos quais 2.868 pedidos se encontram activos na base de dados, sendo 2.339 em fase de construção de dossier de crédito, representando 80 por cento do total.

Sobre o acompanhamento aos projectos já desembolsados, o sector procedeu visitas a 16 deles, com realce à empresa Hybris Soluções, localizada em Luanda, cujo crédito aprovado e totalmente desembolsado pelo banco BIC totaliza 1,7 mil milhões de kwanzas. Consta das visitas a empresa TOFA, em Luanda, cujo crédito está também totalmente desembolsado pelo Standard Bank, no valor de 10,8 mil milhões de kwanzas, a empresa Tecnipig, sediada no Cuanza-Sul, com crédito totalmente desembolsado pelo BIC, no montante de 2,5 mil milhões de kwanzas.

Ainda na província do Cuanza-Sul está sediada a empresa Anglopig, com crédito disponibilizado pelo banco BIC no valor de 2,5 mil milhões de kwanzas, além da Agroquibala, com o mesmo banco, no montante de mais de 2,5 mil milhões. No Cuanza-Sul está também instalada a empresa Nuviagro, cujo crédito totalmente desembolsado pelo Standard Bank é de 11 mil milhões de kwanzas. Já na província do Bié, o BIC aprovou um crédito de mais de 2,5 mil milhões de kwanzas, a favor da empresa Camicundo.

Pedidos de financiamento

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) recebeu seis projectos provenientes dos bancos BIC (4), BAI (1) e BNI (1), dos quais três foram aprovados e um reprovado, um cancelado a pedido do cliente e outro ainda incompleto, que totalizam, relativamente aos aprovados, nove mil milhões de kwanzas.

Até agora, o Fundo de Garantia de Crédito (FGC) emitiu um total de 11 garantias, num montante de 15 mil milhões de kwanzas.

De realçar que o montante para financiamento dos 11 projectos é de 24,7 mil milhões de kwanzas, inseridos nos sectores da agricultura, pecuária e pescas, com três, indústria transformadora e geologia e minas (6), serviços de apoio aos sector produtivo (1) e material de construção (1). Os projectos estão localizados nas

províncias de Benguela (2), Huíla (2), Luanda (5), Lunda-Sul (1) e Malanje (1).

Bons indicadores

Um total de 168 contratos, mais 62 do que a semana passada, foi registado no âmbito da celebração de contratos para a compra entre os produtores e os operadores económicos do ramo da distribuição. Com esta dinâmica, a fonte assegura que a meta estabelecida, de mil contratos até o final de 2020, pode ser alcançada.

Quanto ao cadastramento dos produtores nacionais no portal da divulgação da produção nacional, existe o registo de 4.385 produtores, mais 1.428 do que a semana passada. Já no segmento do escoamento dos produtos foram registados 1.502 operadores de transporte de mercadoria, um incremento de 211 de operadores, face à semana passada.

Até agora, cerca de 5.736 viaturas estão registadas no portal de divulgação da produção nacional, com capacidade para transportar 153 mil toneladas.

2.8 “Os antigos servidores públicos das pescas ficaram com tudo e hoje são os conservadores”

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2020

Faustino Diogo e Lidia Onde

Como está hoje o sector das pescas?

O sector tem a burocracia como calcanhar de Aquiles. Uma excessiva demora na tramitação dos processos e isso afecta o seu desenvolvimento. A nível do Executivo, houve alteração do quadro orgânico, que resultou na junção dos ministérios da Agricultura e da Pescas e até agora o novo Ministério da Agricultura e Pescas quase não fez nada pela pesca.

A pesca está parada desde a criação do novo ministério?

Não diria que está parada. Está muito lenta. Os documentos andam por vários departamentos sem qualquer solução. E sendo um sector produtivo, este marasmo afecta a produtividade. Deve haver mais produtividade e coordenação entre os órgãos do ministério. Os barcos têm gastos diários e a demora na resolução dos casos prejudica o armador.

Fala de produtividade, barcos, resoluções... o que quer dizer concretamente?

Por exemplo, a pesca artesanal vive um problema muito grande. As zonas de descarga da actividade piscatória em Luanda, e não só, são precárias. Basta ver o que acontece na zona da Mabunda, Cacuaco, Ramiros. É lastimável, em termos de segurança e condições higieno-sanitárias. As cabeças de praia são fronteiras e propiciam o desembarque ilegal, tanto de mercadorias como de pessoas. É responsabilidade do Estado criar zonas apropriadas.

Não existem zonas de desembarque?

Tirando o porto pesqueiro de Luanda, não existem zonas em condições. Mas este local também só é para os barcos da pesca industrial e alguns da semi-industrial. Existem armadores que têm cais ou zonas próprias de descarga. Temos solicitado a criação de um pólo pesqueiro e, inclusive, já estamos a trabalhar numa comissão multisectorial.

Como vai funcionar este pólo?

Este pólo deverá concentrar todos os serviços à semelhança do que acontece com os centros de apoio à pesca artesanal. Mas terá de funcionar para não ficar como os centros de apoio à pesca artesanal que, infelizmente dos três existentes, apenas um está a funcionar. Existe um conjunto de questões que só todos juntos podemos ultrapassar

Qual é o tipo de pesca com mais problemas?

Não existe pesca problemática ou não problemática. Quando se está a pescar há limites. E isso acontece tanto na pesca artesanal, como na semi-industrial e industrial. Cada um dentro do seu limite pode pescar. A pesca é sazonal

Estes limites de que fala têm sido cumpridos?

É uma questão de fiscalização. A nível do mar, a fronteira ou o limite é imaginário e em determinadas situações pode-se sair dos limites. Esse papel cabe aos órgãos de fiscalização. Aqui estamos a falar dos limites geográficos, mas também há os limites de captura, as chamadas quotas que variam em função da tipologia de pesca:

Os armadores têm cumprido as quotas definidas?

Cumpre-se normalmente. Está-se a tentar criar, a nível do País, uma ideia de que o sector das pescas é foi to por gangsters e que não há lei nem controlo. Isso não é verdade. A fiscalização, com os meios que tem, faz um trabalho extraordinário.

Qual é a quota permitida?

Este ano, o Total Admissível de Captura (TAC) é de 314 mil toneladas. Isto inclui todo o tipo de pesca, até os crustáceos. No ano passado, o TAC foi de 319 mil toneladas, o que significa que este ano vamos pescar menos. A pesca artesanal é um grande monstro que está adormecido. A sua empregabilidade é elevada. É importante vermos a pesca artesanal do ponto de vista comercial, porque também existe a pesca artesanal não comercial, a chamada de subsistência.

Porque é que a pesca artesanal está adormecida?

Porque precisamos de organizar bem a cadeia de valor. Não é possível que um bom peixe seja salgado por falta de logística.

De quem é responsabilidade de criar essa cadeia de valor?

Todos nós somos responsáveis, Executivo, empresários. Já começam a aparecer empresários com algumas coisas criadas. Mas é preciso o Governo regular e facilitar.

Não tem havido esta regulação e facilitação?

Há este entrosamento. E, com a passagem do licenciamento das embarcações artesanais para a administrações locais, acreditamos que o controlo será melhor e maior. Mas pedimos o apoio do Executivo para a criação de mais centros de apoio à pesca artesanal. Zonas de embarque e desembarque, de carga e descarga, verdadeiras lotas de pescas. Com isso, vamos conseguir controlar as espécies, quantidades. Porque hoje não temos uma estatística real do que se pesca

Não se sabe quanto se pesca?

Na pesca artesanal não. Na pesca industrial não há como fugir e na semi-industrial alguns têm cais privados e esses podem fugir. Na pesca industrial o controlo é muito apertado e com poucas brechas para irregularidades. O controlo máximo está na pesca industrial

Mas diz-se que a pesca industrial é a que provoca mais danos ao ecossistema ...

Isso é um problema de mercado. É a guerra da concorrência. Normalmente quem cria esta imagem e tem bastantes lobbys são as pessoas da pesca semi-industrial, porque esta pesca não consegue ter o mesmo desempenho da industrial. É comum

ouvirmos falar dos famosos arrastões, mas é importante termos em atenção o seguinte: quando se fala em arrastões, estamos a falar de que tipo? Existem vários tipos de arrastões e os barcos licenciados têm limites de profundidade de pesca para não dar cabo dos corais. A lei regula isso tudo.

Uma coisa é a lei, outra é o seu cumprimento...

Por isso, é que existe a fiscalização. E o Estado deve exercer, de facto, este papel. É também uma questão de consciência. E a lei prevê um período de pausa para preservar as especiais. Estes discursos de arrastões são meramente de concorrência entre a própria classe empresarial. E a apreensão do barco em Benguela é uma amostra disso. Existe, na verdade, uma grande luta com a finalidade de prejudicar a pesca industrial. São as pessoas que andaram este tempo todo no sector sem qualquer preocupação de investir que fazem esta guerra.

Será mesmo assim?

Estamos cercados por dois grandes países, Namíbia e Mauritânia, que usam o mar como um dos principais componentes para arrecadação de receitas. E nós aqui, em Angola, por causa destas pessoas que foram funcionários das pescas, geriam frotas que faliram, receberam financiamento e infraestruturas a custo zero, continuamos a ter estas guerras que prejudicam o contributo das pescas no Produto Interno Bruto (PIB)

A participação das pescas no PIB é influenciada por estas questões?

E de certeza. Defendemos que a distribuição das quotas deve ser em função da grandeza das empresas. E não podemos coartar a possibilidade de entrada de outros angolanos que viram as pescas como uma área de negócio. Temos conflitos de gerações no sector. Os antigos servidores públicos das pescas ficaram com tudo e hoje são os conservadores. Muitas vezes, fala-se que não há peixe, é mentira. É preciso saber a arte.

É esta a razão para a queda da participação das pescas no PIB, que em seis anos desceu 17%?

De certa forma. Chegámos a contribuir 14% para o PIE, numa altura em que a pesca industrial começou a ganhar dimensão. Mas, devido a várias situações, incluindo a redução do número de barcos industriais, fomos perdendo espaço. Não pode ser o Estado a determinar o número de barcos de cada armador, porque isto cria muita instabilidade.

O aumento da participação das pescas no PIB está condicionado ao desempenho da pesca industrial?

Está. É a pesca industrial que mais ganhos dá ao País. Exportávamos e entravam divisas para o nosso País.

Hoje não se exporta?

Não. E aí encontramos uma incongruência. O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), orienta a produção nacional e incentiva a exportar e o nosso ministério diz que vamos protelar! Estamos há dois anos sem exportar uma única espinha. Podemos não exportar o carapau, mas há outras espécies que não consumimos em grande escala. Temos, por exemplo, o polvo, lulas ... Mas a mania de proibir impede a exportação, o que não se entende quando o País precisa de divisas. Temos visto só proibições e isso está a prejudicar, em grande, o sector. E ainda temos a situação da falta de apoio da nossa banca.

E importações?

Neste momento, nas pescas, não há importações. Nem carapau. A quota de importação de carapau acabou há 3 anos. A guerra continua a ser com a pesca semi-industrial e com os homens da aquicultura.

O peixe que se consome é todo pescado no País?

Sim. Por isso é que há pouco. E mesmo assim o total admissível de captura que temos ainda é baixo comparado com outros países limítrofes.

2.9 Ter um barco industrial acarreta grande investimento e sem apoio da banca os armadores angolanos recorrem aos estrangeiros"

Jornal Expansão
28 De Agosto de 2020

A legislação está adaptada aos desafios do sector?

A lei não está adequada ao momento. É preciso desanexar esta lei de alguns pressupostos. Por exemplo, o Decreto Presidencial 130/20 sobre as medidas de gestão da pescaria marítima, aquicultura e sal, está a matar muitas empresas. Criam-se leis sem ouvir os empresários do sector, por isso solicitámos a alteração desta lei, mas infelizmente até agora não aconteceu. É preciso também alterar a lei para que possa permitir criar a cadeia, porque esta lei obriga quem tem uma embarcação a ter infraestrutura em terra, isso é absurdo.

As quotas hoje estão de acordo com as necessidades do mercado?

A quota é dada em função dos recursos. Não podemos exigir mais, porque é uma equipa científica que define isto. Temos de nos adequar à situação. É o Instituto de Investigação Pesqueira quem tem a responsabilidade de fazer estudos para determinar a nossa biomassa. E precisamos de ser francos para dizer que há mais de 3 ou 4 anos que não há estudos.

Porque é que se deixou de fazer estudos?

Tínhamos um navio norueguês que fazia estes estudos e deixou de os fazer. As quotas dadas hoje são de acordo com estudos antigos. Ou seja, estamos a pescar na base da precaução. Consideramos que as quotas são insuficientes. Com estas quotas não temos como competir, por exemplo, com a Namíbia.

O sucesso das pescas no País passa pela pesca industrial?

Não necessariamente. A base das pescas é a artesanal. E depois há os elementos do processamento. O peixe tem de ser processado. Se pescamos com grandes barcos ou pequenos, temos de ter a pesca artesanal como a base. E também temos de pensar na industrialização.

Onde se encaixa a aquicultura?

A aqui cultura é um outro seguimento que alguns vêem como solução. A própria aquicultura também precisa de peixe para o fabrico de ração. E nas medidas de gestão dos recursos foi proibida a produção da farinha de peixe. Em vez de buscarmos uma solução, optou-se pela proibição. Esta medida beneficia certas pessoas que fazem a importação da farinha de peixe para ração dos aluviões e isso está a matar a produção nacional de farinha de peixe.

Sem farinha de peixe não há aquicultura?

A aquicultura tem sido apontada como alternativa. Mas há países com condições económicas melhores do que as nossas, com esta prática há muitos anos que ainda não têm aqui cultura como alternativa à pesca marítima. Para se fazer aquicultura tem de haver soja, milho, farinha de peixe, para produção de ração, que é fundamental para o crescimento das espécies. E isso tem faltado

Mas tem havido uma aposta em diversas regiões do país a nível da aquicultura...

De todos os investimentos feitos apenas 30 por cento está a funcionar. Muitos projectos receberam dinheiros iniciais e estão como estão porque os processos não foram concluídos. E como os

financiamentos não foram a 100 por cento, faltam divisas para importar maquinaria, sem esquecer a desvalorização cambial que tem agravado os empréstimos. E preciso ver as condições destes financiamentos. A banca não tem confiança nos empresários.

Justifica-se esta falta de confiança?

Não. Os bancos precisam de ter equipas de acompanhamento. Já tivemos bancos que iam ao encontro do empresário, orientavam e hoje praticamente não temos quem faça isso. Os bancos devem ser mais proactivos. A falta de interesse dos bancos deve ser por terem outras formas de ganhar dinheiro. A banca não apoia.

Quando fala em falta de apoio da banca está a falar de quê?

Para financiar a compra de uma embarcação é um Deus nos acuda. Dificilmente se consegue um financiamento e isso faz com que a maior parte das embarcações industriais que operam no nosso mar seja de fretamento.

Ter um barco industrial acarreta "um grande investimento, e sem o apoio da banca fica difícil. Os armadores angolanos tem de encontrar um parceiro estrangeiro que alugue um barco, por isso é que se diz que muitos barcos estrangeiros pescam em Angola

É uma pesca oficial?

Sim. Durante o período que o barco estrangeiro está a trabalhar para o armador angolano é considerado um barco angolano, no âmbito do regime de importação temporária. Toda a responsabilidade é da empresa angolana. No entanto, existem armadores angolanos com barcos industriais herdados de empresas públicas ou comprados com dinheiros públicos que não têm necessidade de fretamento. E aqui há mais uma chatice, porque quem tem esses barcos acusa os outros de barcos de estrangeiros. É uma luta contra uma nova classe, uma geração, que quer emergir no sector e não deixam.

O peixe ainda é um produto considerado caro, porquê?

Pescar está a ficar cada vez mais dispendioso. Os armadores que atracam no porto pesqueiro, em Luanda, pagam taxas muito elevadas. O mesmo barco, com a mesma carga, se atraca no porto da Unicargas, paga menos 50 por cento, não se entende. E, infelizmente, só podemos ir ao porto da Unicargas quando o porto pesqueiro não tem espaço. E isso encarece a actividade. Temos ainda a questão dos

combustíveis, que para a pesca industrial aumentou cerca de 300 por cento, quando os armadores da pesca artesanal e semi-industrial pagam o preço das bombas de abastecimento. Cerca de 40 por cento dos custos de um barco é com combustível. Estes e outros aspectos reflectem-se no preço final do peixe.

O sistema de licenciamento já está mais de acordo com as exigências do mercado?

O balcão online precisa de ser aprimorado. Este balcão não funciona como deve ser e as tecnologias que deveriam facilitar, estão a criar mais dificuldades. O balcão online é muito moroso na tramitação da documentação e veio dificultar um pouco o processo. Antes tratávamos tudo na Direcção Nacional das Pescas, com a criação deste balcão ninguém assume. E com as dificuldades de rede e a tradicional falta de sistema, temos passado muitas dificuldades. Ainda não há a sensibilidade por parte das autoridades de que um barco parado é despesa e não ganha frete.

A ex-ministra das Pescas, Antonieta Baptista, falava da necessidade da criação de uma Agência-Nacional dos Observadores das Pescas. E o caminho para regular o bom funcionamento do sector?

Estamos interessados que haja esta agência para poder controlar e resolver os grandes constrangimentos ainda existentes. E pugnamos por uma fiscalização isenta.

Até onde a operação transparência afectou o sector das pescas?

Tivemos algumas apreensões por descoordenação das entidades. Existem muitas áreas que intervêm e conflituam entre si. Falta coordenação entre a capitania, a marinha de guerra, polícia fiscal, polícia guarda-fronteira... Estas entidades, quando actuam numa embarcação, é um martírio para o armador

Olha-se para as pescas muito viradas para o peixe, e a nível dos crustáceos?

Este segmento está devidamente organizado. Temos várias empresas que funcionam de forma organizada. Não há razão de queixa. A nossa gamba costeira, que é das mais saborosas do mundo, só tem banco na foz dos rios Dande e Congo. É essencialmente pesca artesanal, embora algumas embarcações semi-industrial também o façam. As quotas são poucas e isso encarece o produto.

E a nível da investigação científica?

O Total Admissível de Captura (TAC) é uma preocupação nossa. O ministério tem um barco de investigação científica, o Baía Farta, que está avariado

há já algum tempo. Gostaríamos que esta embarcação fosse alocada a uma empresa para a sua gestão. Ser gerido pelo Instituto de Investigação Científica é um risco, porque as verbas para mantê-lo são elevadas.

Um privado conseguiria geri-lo?

Séria mais fácil. Ou uma gestão com tripulação privada. Terceirizar serviços. Precisamos que o barco funcione para que tenhamos dados reais para que sejam bem definidas as quotas de pesca. Temos de sair dos TACs de precaução. É preciso saber o que temos realmente nos nossos mares, para preservarmos esta nossa mina de ouro.

E a produção do sal?

Não queremos proibir a importação de sal. Defendemos que se faça um ajuste na Pauta Aduaneira para agravar as taxas para os produtos que já se produzem em grande escala no País. Porque a importação destes produtos, da forma como está a ser feita, mata o empresariado nacional. Por isso é que temos os salineiros a queixarem-se das dificuldades para vender o seu produto.

Existem cartéis nas pescas?

Cartéis não. Existem grupos. Infelizmente, o sector das pescas tem pessoas que não querem mudar. Há o problema da pesca banda-banda que se pretende acabar, mas este tipo de pesca é um problema social e é feito aos olhos de todos. É aquela pesca que muitas vezes vimos na ilha de Luanda, quando estão a puxar as redes do mar. É preciso requalificar estes pescadores, no âmbito do programa de combate à pobreza, se possível sair deste tipo de pesca para uma mais rentável, ecológica. Em Luanda, alguns destes pescadores já estão organizados em cooperativas, mas precisam do apoio do Estado para saírem desta pesca lesiva para uma pesca mais sustentável.

É um sector de conflitos?

O conflito geracional é o principal. Há uma pressão sobre a comunidade com discursos de que não temos peixe, os arrastões levam tudo e outros, mas que não corresponde à realidade. Precisamos, sim, de levar o peixe para o interior, exportar. Mas para que isso aconteça tem de haver uma cadeia bem organizada.

Quais são as suas perspectivas futuras para o sector? A junção dos ministérios passou o sector das pescas para segundo plano. E as perspectivas futuras não são boas. Gostaríamos que o sector das pescas fosse independente. A pesca é um sector produtivo, com elevada taxa de empregabilidade e pode gerar muitas receitas. Os superministérios não resultam. É necessário voltar a fazer com que as pescas melhorem

a sua contribuição para o PIE. O sector precisa de ser bem organizado. Precisamos de mais proactividade das autoridades na tramitação

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Associação quer profissionalizar a actividade de táxi em todo país

Jornal de Angola

1 De Agosto de 2020

Texto: Augusto Cuteto

A actividade de táxi no território nacional pode vir a ser profissionalizada, nos próximos tempos, segundo uma pretensão de operadores deste serviço de transporte, anunciada ontem, em Luanda, ao Jornal de Angola, pelo presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (Anata).

Os operadores do serviço de táxi pretendem, nos próximos tempos; profissionalizar a actividade transportadora no país, deu a conhecer, em Luanda, o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (Anata).

Em entrevista ao Jornal de Angola, o presidente da Anata, Francisco Paciente, disse que a agremiação elaborou uma proposta de lei, mas, também, a execução de um trabalho de organização, no sentido de ajudar a identificar os taxistas, bem como a criar mecanismos que facilitem ao Estado atribuir alguns privilégios para os futuros profissionais deste ramo dos transportes.

Entre as grandes regalias, o responsável, que reagia à medida do Executivo de estender o horário da actividade de táxi até às 20h00, neste período de Estado de Calamidade Pública, decretado por causa da pandemia da Covid-19, salientou que a Anata defende uma quota por parte do Estado na subvenção dos combustíveis que beneficiem os que desenvolvem a actividade de táxi.

Para Francisco Paciente, o Executivo devia ter algum controlo e subsidiar ainda mais os combustíveis, para as operadoras de transportes públicos e os taxistas devidamente legalizados com seguro, Taxa de Circulação e licença de exploração do serviço de táxi.

"A ideia é que, caso houvesse um aumento do preço dos combustíveis, os taxistas identificados pudessem continuar a pagar o mesmo valor de hoje ou que a taxa de subvenção fosse mais alta, para evitarmos a consequente subida do preço da corrida do táxi", explicou o presidente da associação de taxistas.

Em Angola, um dos maiores produtores de petróleo da África Subsariana, mas que importa quase 80 por

cento dos combustíveis, a última actualização do preço desses produtos deu-se há quatro anos, com o litro da gasolina a sair dos 115 para os 160 kwanzas e o de gasóleo de 90 para os 135 kwanzas.

Actualmente, a Sonangol suporta cerca de 60 por cento do custo do litro de combustível, que se estima num valor de subvenções implícitas em 1,39 mil milhões de dólares.

Noutra vertente, Francisco Paciente criticou a quase inexistência da contraprestação do Estado em relação ao pagamento do actual imposto motorizado (antiga Taxa de Circulação), uma vez não ter grandes reflexos no quotidiano dos automobilistas, dado o péssimo estado das vias rodoviárias.

Além das estradas esburacadas, os associados reclamam, igualmente, da falta de vias de acesso automóvel para muitos bairros e da ausência de paragens fixas, situações que embaraçam o trabalho dos taxistas e complicam a vida dos passageiros.

"Se a nossa actividade impulsionadora do desenvolvimento do país, não entendemos por que razão o Executivo, os governos provinciais e as administrações municipais, dentro das políticas públicas e de construção de infra-estruturas, ignorar a questão das paragens para os taxistas", queixou-se.

Sobre as vias esburacadas e estreitas, disse que elas causam enormes prejuízos aos taxistas de Luanda. O responsável citou os casos das vias Camama/Calemba 2/Viana Viana/Zango, Cacucaco/Funda, Cacucaco/Kicolo. Benfica Ramiros, Benfica/ Autódromo, bem como as que de quase todo o interior do bairro Boa Esperança (Cacuaco).

3.2 Toneladas de produtos destruídas pelo INADEC

Jornal de Angola

4 De Agosto de 2020

Texto: Adalberto Ceita

Cerca de duas toneladas de diversos produtos alimentares, contaminados e com prazo de validade expirado, foram apreendidos e destruídos pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), durante o mês de Julho do corrente ano, nas províncias de Luanda, Benguela, Cuanza-Sul e Cunene.

Foram encerradas nove padarias por desrespeito às normas Fotografia: DR

De acordo com uma nota do INADEC, do conjunto de produtos apreendidos e destruídos, numa acção

que envolveu o Serviço de Investigação Criminal e a Inspeção da Saúde, constam 2.200 embalagens com pacotes de leite, 600 de sumo, 400 caixas de frango, 360 garrafas de água mineral, 312 sacos de farinha de trigo, 100 baldes de tinta, entre outros.

Em declarações ao Jornal de Angola, o chefe do serviço provincial do INADEC, em Luanda, Gabriel António, afirmou que, no âmbito do plano de resposta ao período de Estado de Calamidade Pública, as brigadas de fiscalização detectaram um conjunto de infracções previstas na Lei nº 15/03, de 22 de Julho, Lei de Defesa do Consumidor.

Entre as infracções detectadas, destaque para a falta de asseio e higiene em estabelecimentos comerciais, má arrumação das mercadorias, falta de protecção à saúde e segurança física dos consumidores, ausência do livro de reclamações e o seu respectivo selo de identificação, impossibilitando o exercício do direito de reclamar sobre os produtos colocados à venda.

“A existência e disponibilização do livro de reclamações é de carácter obrigatório em todos os estabelecimentos de fornecimento de bens e prestação de serviços, para permitir o exercício do direito de reclamar sobre qualquer indício de péssima qualidade no serviço prestado”, disse Gabriel António, sublinhando que os estabelecimentos comerciais localizados nos municípios de Cacucaco, Cazenga e Luanda lideram a lista de incumprimentos registados.

Encerramento de padarias

No âmbito das acções de fiscalização realizadas, no mesmo período, o INADEC encerrou nove padarias, por desrespeito às normas de higiene e segurança, duas das quais na província de Benguela.

O chefe do serviço local do INADEC, Manuel Furtado, aconselha os consumidores a reforçar os cuidados a ter com a qualidade do pão colocado à venda e demais produtos que pretendam adquirir, a data de validade e, quando necessário, fazer uso da linha de atendimento gratuito 126, disponível para denúncias, reclamações e solicitação de apoio jurídico.

Além de alertar os comerciantes a deixar de enveredar pelo lucro fácil, Manuel Furtado reprovou, por outro lado, a conduta daqueles que usam os estabelecimentos comerciais como residência e, pior ainda, sem observar o mínimo de condições de higiene, como recentemente a brigada de fiscalização do INADEC constatou no município da Baía Farta.

“Tratou-se de um comportamento inadequado às normas comerciais, quando o exercício do comércio

exige a criação de um ambiente digno”, disse o chefe do serviço provincial do INADEC.

3.3 Lançado projecto “Táxis desinfectados, viagem segura”

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2020

Texto: Manuela Gomes

Sob o lema “Não dar carona ao coronavírus”, a Associação Nacional dos Taxistas de Angola (ANATA) lança hoje, em Luanda, um projecto denominado “Táxis desinfectados, viagem segura”.

Em declarações ao Jornal de Angola, o presidente da ANATA, Rafael Inácio, assegurou que o projecto visa prevenir e combater a pandemia da Covid-19, a partir do interior das viaturas que exercem a actividade de táxi a nível da província de Luanda.

“Os transportes públicos são um meio com alta probabilidade de contágio da doença. Por isso, decidimos desencadear esta campanha”, disse.

Para o responsável, essa campanha é uma forma de a Associação juntar-se às medidas de respostas preparadas pelo Estado. “Na qualidade de parceiro social do Estado, decidimos juntar a esta causa, em parceria com uma empresa de serviços de limpeza e desinfecção, que fará a pulverização em todas as viaturas azuis e branco, mesmo antes do início das actividades laborais, no sentido de evitarmos a propagação do vírus e salvaguardarmos o bem maior, vida”, realçou.

3.4 Panguila, quem te viu e quem te vê

Jornal de Angola

9 De Agosto de 2020

Texto: Pedra Bica

Em busca de solução, várias vendedoras estão a diversificar o negócio, passando à venda ambulante de peixe na zona dos Ramitos, em Viana e nos arredores da vila piscatória de Cacucaco.

A humilde região turística do Panguila localiza - se mais acima de Kifangondo, na rota Norte da Estrada Nacional 100, para quem se faz à estrada a caminho de Caxito e da província do Uije.

As dezenas de barracas de comes e bebes lá perfiladas acolhiam clientes de vários estratos sociais. O lazer, o

sossego e a degustação de pratos típicos faziam a delícia dos forasteiros.

A sua localização geográfica é privilegiada, com estradas totalmente asfaltadas e que, por isso, em tempos de normalidade, registam grandes movimentações de pessoas e viaturas, proporcionando oportunidades de negócios.

Matilde Miguel Lopes, vendedora nas barracas de cacusso do Panguila, admitiu à reportagem do Jornal de Angola que está a viver momentos difíceis. "Já não temos dinheiro para continuar com este negócio, que não rende mais como antes. Oxalá, quando esta doença passar, as autoridades nos possam ajudar com micro-créditos", disse.

A feirante, com alguma nostalgia, revelou que teve benefícios notáveis, vendendo no Panguila, pois, em média, chegava a obter lucros diários entre 100 mil e 150 mil kwanzas.

Construídas, na sua maioria, em blocos de cimento, rebocadas, pintadas e coberta de chapas de zinco, as barracas eram disputadas pela clientela que procurava por locais calmos onde pudesse deliciar-se com a gastronomia, em que despontava o cacusso grelhado na hora, regado com vinho tinto ou um bom maruwo.

Concretamente, o prato que atraía tanta gente de Luanda era composto por cinco minúsculos cacussos, feijão de óleo de palma, banana, mandioca e molho de cebola e limão.

"Figura de marca"

Fernanda André Santos, a "tia Nanda", no local é "uma figura demarca" isso porque, como ela própria assegurou ao Jornal de Angola, o seu porte físico "impõe autoridade e respeito aos clientes e colegas das vendas".

Aos 52 anos, a "tia Nanda", como prefere ser chamada, lamenta a falta de clientes. Mas mantém a fé em dias melhores. "Há 22 anos a vender aqui, ainda na altura em que as barracas eram de chapas, sem chão cimentado, nunca tivemos uma situação como esta, em que tudo parou", lembrou, assegurando que está a pensar regressar à sua actividade anterior, a venda ambulante de pescado nas zonas de Viana ou nos arredores da vila de Cacucaco.

A cada resposta às questões colocadas, a "tia Nanda" respondia sempre com um sorriso nos lábios, como se fosse uma velha conhecida do repórter, o que tomava a conversa descontraída e aprazível. "Meu filho, não tenho nada a esconder. Nós ganhamos mesmo dinheiro a vender cacusso aqui. E dava sim

para viver e pagar os salários das trabalhadoras e as propinas dos nossos filhos", confessou.

Bela António, igualmente vendedora, reiterou que a pandemia da Covid-19 fez desaparecer a clientela de Luanda, precisamente a que mais procurava pelos serviços prestados nas barracas do Panguila, sobretudo aos finais de semana e feriados.

Moradora do Zango, Bela António lamenta que, nos dias de hoje, apenas se consegue vender um a três pratos de mufete. Reclamou que, actualmente, os poucos clientes, que vão aparecendo "dia sim, dia não", obrigam as feirantes a baixar os preços, o que torna o negócio ainda menos lucrativo.

"O prato de mufete custa 2.500 kwanzas e o cliente pode baixar até 1.500. Como não queremos ficar sem vender, regra geral, cedemos, meu pai, para não ficarmos sem levar nada para casa", disse.

Com o semblante carregado de tristeza e pouco conversadora, Bela António explicou que a maior parte do dinheiro que ganha serve para pagar a corrida de táxi, "porque os taxistas resolveram fazer rotas curtas".

Revelou que algumas das suas colegas optaram por vender peixe fresco na zona do Mundial, no município de Belas, em Luanda, onde "a procura satisfaz e dá algum lucro".

3.5 Associação de Taxistas quer inscrição no INSS

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2020

Texto: Augusto Cuteta

Cidadãos que exercem a actividade de táxi no país poderão ter uma velhice mais tranquila, caso as autoridades governamentais aprovem a proposta da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (Anata) de inscrição dos associados na Segurança Social.

O presidente da Anata, Francisco Paciente, anunciou que o projecto da inscrição dos membros na Segurança Social é das principais prioridades da associação, uma proposta já acolhida pelo Governador Provincial de Luanda, no tempo do governador Sérgio Luther Rescova.

"Esperemos que esse dossier tenha sido transitado para a actual governadora, no sentido de, depois de Luanda, partirmos para outras províncias e realizar esse sonho de milhares de taxistas, que querem ver

suas reformas ou velhices asseguradas", referiu Franco Paciente.

Além do sonho da profissionalização da actividade de táxi, o presidente da Anata avançou que decorre, ainda, junto da Direcção Nacional de Viação e Trânsito e do Instituto dos Transportes Rodoviários a avaliação da proposta para o averbamento de cartas de condução de taxistas.

Com esse averbamento, de acordo com o actual Código de Estrada, o condutor tem autorização para dirigir viaturas com capacidade para mais de 12 lugares, como já acontece com os motoristas de autocarros afectos às empresas de transportes públicos.

"Se essas empresas conseguem, porquê que os taxistas não são beneficiados com esse serviço, que é de lei?", questionou Francisco Paciente.

Para conseguir o averbamento na carta, o condutor precisa de passar por um processo de reforma, a partir de capacitação em matéria de Código de Estrada, ética e deontologia profissional, relações humanas, atendimento ao público, entre outras questões.

Francisco Paciente explicou que, depois dessa formação, recebe-se um certificado para tratar uma nova carta, que é oficial para a condução de veículos com mais de 12 lugares, de serviço de transporte de passageiros ou de cargas. "Precisamos da carta da categoria C1, porque ainda temos as das categorias A (ligeiros profissionais) e C (para pesados)", disse o responsável.

Bolsas de estudo

Noutra vertente, o presidente da Anata revelou que a associação tem feito uma grande aposta na formação dos associados. Até agora, já disponibilizou mais de 80 bolsas de estudo internas, principalmente no quadro da parceria com instituições do ensino superior privado.

Francisco Paciente acrescentou que a associação solicitou os préstimos de empresas do ramo dos Transportes para cederem vagas de emprego a ex-taxistas.

Em função desses avanços, o responsável assegurou que os associados sentem-se mais próximos da Anata, onde recebem vários apoios em situações de doença ou de óbito, obtêm serviços, informações sobre a legalização de viaturas, para ter-se um bom serviço de táxi, o processo de seguros, entre outros, graças à melhoria do atendimento ao público.

3.6 Actividade de moto-taxista garante sustento de muitas famílias

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2020

Texto: Edivaldo Cristóvão

"Já não sabia o que dar de comer aos meus filhos e à esposa. Foram cinco meses de apertos. A única solução era trabalhar à revelia, fugir dos polícias para regressar a casa com alguma coisa". O desabafo é do jovem moto-taxista Ernesto Calenga, que tem nesta actividade a única fonte de rendimentos.

Ernesto Calenga tem 30 anos e trabalha como moto-taxista desde 2017. Saiu de Benguela com 12 anos para tentar a vida em Luanda. Hoje, vive no bairro da Samba com a esposa e três filhos.

Depois de várias tentativas noutros empregos ou formas de ganhar dinheiro, o jovem teve como única alternativa entrar no serviço de moto-táxi.

Antes da pandemia conseguia "fazer" 17 mil kwanzas por dia, mas o dinheiro é dividido com o patrão, que recebe metade.

Desde o início do confinamento, a vida de Ernesto tornou-se num pesadelo. Era obrigado a fugir dos polícias para poder trabalhar.

Contou que para sobreviver, durante o período de confinamento, teve de passar por várias situações constrangedoras, tendo sido obrigado a pagar multas e parar diversas vezes em esquadras.

Geralmente, a corrida é cobrada em função da distância que o passageiro solicita. O cliente pode pagar entre 500 e 2.000 kwanzas, de acordo com a distância.

Com esta abertura dos serviços, acredita que as coisas venham a melhorar. Ontem, disse, já conseguiu dez mil kwanzas, mas afirma haver poucos passageiros nesta altura, porque muitas empresas estão fechadas e o número de trabalhadores também está reduzido.

Ernesto assegurou que antes de um cliente subir na motorizada tem de colocar a máscara facial e higienizar as mãos com álcool em gel.

Normalmente, começa a trabalhar às 6h00 e termina às 21h00.

O levantamento das restrições sobre a actividade dos moto-taxistas foi aplaudida ontem, por alguns jovens

que dependem deste trabalho para sustentar as famílias.

João Francisco, de 27 anos, faz o serviço na zona do Zango. Disse que estava cansado de fugir da Polícia, mas teve de arriscar e continuar com o trabalho, porque é a sua única fonte de rendimentos.

"Durante esses últimos cinco meses foi difícil sobreviver, porque o rendimento baixou. Antes conseguia fazer por dia sete ou oito mil kwanzas, mas com esta pandemia apenas conseguia fazer dois ou três mil", contou.

César Rodrigo faz o serviço de táxi na zona da Gamek. Revelou que se sente satisfeito com as novas medidas, porque vai ajudar muitos jovens que estão no desemprego e que têm esse trabalho como a única fonte de rendimentos.

O serviço de moto - táxi de passageiros foi retomado na segunda - feira, no quadro do levantamento de algumas medidas de restrição. Até aqui tem sido notável o cumprimento das medidas de protecção contra a Covid-19 por parte dos moto-taxistas e passageiros.

As medidas excepcionais e temporárias definem que o serviço de moto - táxi de passageiros deve começar às 6h00 e terminar às 21h00. O não cumprimento obriga o pagamento de uma multa de 5.000 a 10:000 kwanzas.

Mais de 500 mil motoqueiros no país

A Associação de Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG) controla mais de 500 mil moto-taxistas em todo o país. Só em Luanda estão 36 mil inscritos.

O presidente da associação' Bento Rafael, saudou a retomada da actividade." Muitos foram obrigados a arranjar outras actividades", referiu.

3.7 Comprar e vender fora dos dias autorizados dá multa

Jornal de Angola
12 De Agosto de 2020

Os vendedores e compradores que realizarem transacções comerciais em dias não autorizados passam, doravante, a estar sujeitos a multas, segundo o novo decreto sobre a Situação de Calamidade Pública, em vigor até 8 de Setembro.

Conforme consta no documento, quem for encontrado a vender em dias impróprios pagará

multa no valor de 5 mil a 10 mil kwanzas. Já o comprador ficará sujeito ao pagamento de 10 a 25 mil kwanzas.

Quanto aos dias de venda, mantém-se às terças, quintas e sábados, das 6h00 às 15h00. O calendário e horário são válidos tanto para os mercados oficiais, como para a venda ambulante.

Os vendedores ambulantes estão entre os que mais Preocupam as autoridades. Além de desobedecerem sucessiva e reiteradas vezes os limites impostos em termos de dias e horários, as mulheres, sobretudo, que se dedicam a este tipo de comércio informal, também não obedecem ao distanciamento físico.

Apesar do aumento da oferta de máscaras faciais, graças aos produtores artesanal, que as tornaram num negócio rentável e, conseqüentemente, permitiram a redução dos preços de comercialização' ainda há muitas pessoas sem este instrumento de prevenção.

A Polícia alerta para o não pagamento das multas aos agentes da corpo ração em dinheiro sonante, devendo ser feita através de ATM.

Isaque Lourenço

3.8 Moto-taxistas formados sobre o novo coronavírus

Jornal de Angola
28 De Agosto de 2020
Texto: Alberto Quiluta

Mais de 50 moto-taxistas, filiados na Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG), beneficiaram, ontem, de uma formação de formadores no âmbito do combate à pandemia da Covid-19, numa parceria entre os ministérios da Saúde e das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

Em declarações ao Jornal de Angola, Filipe Cambambi Camate, delegado provincial de Luanda da AMOTRANG, disse ser muito importante a formação de formadores, devido à actividade que exercem.

"Esta formação é um ganho para nós e agradecemos ao Executivo por pensar nos mota-taxistas", afirmou. Filipe Cambambi Camate assegurou que assimilou e vai transmitir os conhecimentos adquiridos aos associados, no sentido de prevenirem da doença e travar a cadeia de transmissão. A AMOTRANG, referiu, controla mais de 35 mil associados em Luanda.

Por isso, pediu aos associados a levarem a mensagem da prevenção aos distritos, comunas e municípios onde exercem a actividade de moto-táxi. “O serviço de moto-táxi é uma das actividades que tem maior probabilidade de contágio, com isto temos de evitar o contacto entre o passageiro e o motoqueiro”, frisou.

A médica Maria Futi referiu que os moto-taxistas constituem um grupo muito vulnerável, atendendo o serviço que exercem diariamente. “É importante que eles conheçam as medidas de prevenção e que levem esta informação correcta para as suas comunidades e famílias”, sublinhou.

Durante a formação foram abordados temas como “Importância da biossegurança”, “Desafios do controlo da doença”, “Fases de transmissão”, “Ética e deontologia dos profissionais da comunicação sobre a Covid-19” e “Comunicação e orientação comunitária”.

3.9 “Os antigos servidores públicos das pescas ficaram com tudo e hoje são os conservadores”

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2020

Faustino Diogo e Lidia Onde

Como está hoje o sector das pescas?

O sector tem a burocracia como calcanhar de Aquiles. Uma excessiva demora na tramitação dos processos e isso afecta o seu desenvolvimento. A nível do Executivo, houve alteração do quadro orgânico, que resultou na junção dos ministérios da Agricultura e da Pescas e até agora o novo Ministério da Agricultura e Pescas quase não fez nada pela pesca.

A pesca está parada desde a criação do novo ministério?

Não diria que está parada. Está muito lenta. Os documentos andam por vários departamentos sem qualquer solução. E sendo um sector produtivo, este marasmo afecta a produtividade. Deve haver mais produtividade e coordenação entre os órgãos do ministério. Os barcos têm gastos diários e a demora na resolução dos casos prejudica o armador.

Fala de produtividade, barcos, resoluções... o que quer dizer concretamente?

Por exemplo, a pesca artesanal vive um problema muito grande. As zonas de descarga da actividade piscatória em Luanda, e não só, são precárias. Basta

ver o que acontece na zona da Mabunda, Cacuaco, Ramiros. É lastimável, em termos de segurança e condições higiene-sanitárias. As cabeças de praia são fronteiras e propiciam o desembarque ilegal, tanto de mercadorias como de pessoas. É responsabilidade do Estado criar zonas apropriadas.

Não existem zonas de desembarque?

Tirando o porto pesqueiro de Luanda, não existem zonas em condições. Mas este local também só é para os barcos da pesca industrial e alguns da semi-industrial. Existem armadores que têm cais ou zonas próprias de descarga. Temos solicitado a criação de um pólo pesqueiro e, inclusive, já estamos a trabalhar numa comissão multisectorial.

Como vai funcionar este pólo?

Este pólo deverá concentrar todos os serviços à semelhança do que acontece com os centros de apoio à pesca artesanal. Mas terá de funcionar para não ficar como os centros de apoio à pesca artesanal que, infelizmente dos três existentes, apenas um está a funcionar. Existe um conjunto de questões que só todos juntos podemos ultrapassar

Qual é o tipo de pesca com mais problemas?

Não existe pesca problemática ou não problemática. Quando se está a pescar há limites. E isso acontece tanto na pesca artesanal, como na semi-industrial e industrial. Cada um dentro do seu limite pode pescar. A pesca é sazonal

Estes limites de que fala têm sido cumpridos?

É uma questão de fiscalização. A nível do mar, a fronteira ou o limite é imaginário e em determinadas situações pode-se sair dos limites. Esse papel cabe aos órgãos de fiscalização. Aqui estamos a falar dos limites geográficos, mas também há os limites de captura, as chamadas quotas que variam em função da tipologia de pesca:

Os armadores têm cumprido as quotas definidas? Cumpre-se normalmente. Está-se a tentar criar, a nível do País, uma ideia de que o sector das pescas é foi to por gangsters e que não há lei nem controlo. Isso não é verdade. A fiscalização, com os meios que tem, faz um trabalho extraordinário.

Qual é a quota permitida?

Este ano, o Total Admissível de Captura (TAC) é de 314 mil toneladas. Isto inclui todo o tipo de pesca, até os crustáceos. No ano passado, o TAC foi de 319 mil toneladas, o que significa que este ano vamos pescar menos. A pesca artesanal é um grande

monstro que está adormecido. A sua empregabilidade é elevada. É importante vermos a pesca artesanal do ponto de vista comercial, porque também existe a pesca artesanal não comercial, a chamada de subsistência.

Porque é que a pesca artesanal está adormecida?

Porque precisamos de organizar bem a cadeia de valor. Não é possível que um bom peixe seja salgado por falta de logística.

De quem é responsabilidade de criar essa cadeia de valor?

Todos nós somos responsáveis, Executivo, empresários. Já começam a aparecer empresários com algumas coisas criadas. Mas é preciso o Governo regular e facilitar.

Não tem havido esta regulação e facilitação?

Há este entrosamento. E, com a passagem do licenciamento das embarcações artesanais para a administrações locais, acreditamos que o controlo será melhor e maior. Mas pedimos o apoio do Executivo para a criação de mais centros de apoio à pesca artesanal. Zonas de embarque e desembarque, de carga e descarga, verdadeiras lotas de pescas. Com isso, vamos conseguir controlar as espécies, quantidades. Porque hoje não temos uma estatística real do que se pesca

Não se sabe quanto se pesca?

Na pesca artesanal não. Na pesca industrial não há como fugir e na semi-industrial alguns têm cais privados e esses podem fugir. Na pesca industrial o controlo é muito apertado e com poucas brechas para irregularidades. O controlo máximo está na pesca industrial

Mas diz-se que a pesca industrial é a que provoca mais danos ao ecossistema ...

Isso é um problema de mercado. É a guerra da concorrência. Normalmente quem cria esta imagem e tem bastantes lobbys são as pessoas da pesca semi-industrial, porque esta pesca não consegue ter o mesmo desempenho da industrial. É comum ouvirmos falar dos famosos arrastões, mas é importante termos em atenção o seguinte: quando se fala em arrastões, estamos a falar de que tipo? Existem vários tipos de arrastões e os barcos licenciados têm limites de profundidade de pesca para não dar cabo dos corais. A lei regula isso tudo.

Uma coisa é a lei, outra é o seu cumprimento...

Por isso, é que existe a fiscalização. E o Estado deve exercer, de facto, este papel. É também uma questão de consciência. E a lei prevê um período de pausa para preservar as espécies. Estes discursos de arrastões são meramente de concorrência entre a própria classe empresarial. E a apreensão do barco em Benguela é uma amostra disso. Existe, na verdade, uma grande luta com a finalidade de prejudicar a pesca industrial. São as pessoas que andaram este tempo todo no sector sem qualquer preocupação de investir que fazem esta guerra.

Será mesmo assim?

Estamos cercados por dois grandes países, Namíbia e Mauritânia, que usam o mar como um dos principais componentes para arrecadação de receitas. E nós aqui, em Angola, por causa destas pessoas que foram funcionários das pescas, geriam frotas que faliram, receberam financiamento e infraestruturas a custo zero, continuamos a ter estas guerras que prejudicam o contributo das pescas no Produto Interno Bruto (PIB)

A participação das pescas no PIB é influenciada por estas questões?

E de certeza. Defendemos que a distribuição das quotas deve ser em função da grandeza das empresas. E não podemos coartar a possibilidade de entrada de outros angolanos que viram as pescas como uma área de negócio. Temos conflitos de gerações no sector. Os antigos servidores públicos das pescas ficaram com tudo e hoje são os conservadores. Muitas vezes, fala-se que não há peixe, é mentira. É preciso saber a arte.

É esta a razão para a queda da participação das pescas no PIB, que em seis anos desceu 17%?

De certa forma. Chegámos a contribuir 14% para o PIE, numa altura em que a pesca industrial começou a ganhar dimensão. Mas, devido a várias situações, incluindo a redução do número de barcos industriais, fomos perdendo espaço. Não pode ser o Estado a determinar o número de barcos de cada armador, porque isto cria muita instabilidade.

O aumento da participação das pescas no PIB está condicionado ao desempenho da pesca industrial?

Está. É a pesca industrial que mais ganhos dá ao País. Exportávamos e entravam divisas para o nosso País.

Hoje não se exporta?

Não. E aí encontramos uma incongruência. O Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

(PRODESI), orienta a produção nacional e incentiva a exportar e o nosso ministério diz que vamos protelar! Estamos há dois anos sem exportar uma única espinha. Podemos não exportar o carapau, mas há outras espécies que não consumimos em grande escala. Temos, por exemplo, o polvo, lulas ... Mas a mania de proibir impede a exportação, o que não se entende quando o País precisa de divisas. Temos visto só proibições e isso está a prejudicar, em grande, o sector. E ainda temos a situação da falta de apoio da nossa banca.

E importações?

Neste momento, nas pescas, não há importações. Nem carapau. A quota de importação de carapau acabou há 3 anos. A guerra continua a ser com a pesca semi-industrial e com os homens da aquicultura.

O peixe que se consome é todo pescado no País?

Sim. Por isso é que há pouco. E mesmo assim o total admissível de captura que temos ainda é baixo comparado com outros países limítrofes.

3.10 Ter um barco industrial acarreta grande investimento e sem apoio da banca os armadores angolanos recorrem aos estrangeiros"

Jornal Expansão
28 De Agosto de 2020

A legislação está adaptada aos desafios do sector?

A lei não está adequada ao momento. É preciso desanexar esta lei de alguns pressupostos. Por exemplo, o Decreto Presidencial 130/20 sobre as medidas de gestão da pescaria marítima, aquicultura e sal, está a matar muitas empresas. Criam-se leis sem ouvir os empresários do sector, por isso solicitámos a alteração desta lei, mas infelizmente até agora não aconteceu. É preciso também alterar a lei para que possa permitir criar a cadeia, porque esta lei obriga quem tem uma embarcação a ter infra-estrutura em terra, isso é absurdo.

As quotas hoje estão de acordo com as necessidades do mercado?

A quota é dada em função dos recursos. Não podemos exigir mais, porque é uma equipa científica que define isto. Temos de nos adequar à situação. É o Instituto de Investigação Pesqueira quem tem a responsabilidade de fazer estudos para determinar a nossa biomassa. E precisamos de ser francos para dizer que há mais de 3 ou 4 anos que não há estudos.

Porque é que se deixou de fazer estudos?

Tínhamos um navio norueguês que fazia estes estudos e deixou de os fazer. As quotas dadas hoje são de acordo com estudos antigos. Ou seja, estamos a pescar na base da precaução. Consideramos que as quotas são insuficientes. Com estas quotas não temos como competir, por exemplo, com a Namíbia.

O sucesso das pescas no País passa pela pesca industrial?

Não necessariamente. A base das pescas é a artesanal. E depois há os elementos do processamento. O peixe tem de ser processado. Se pescamos com grandes barcos ou pequenos, temos de ter a pesca artesanal como a base. E também temos de pensar na industrialização.

Onde se encaixa a aquicultura?

A aqui cultura é um outro seguimento que alguns vêem como solução. A própria aquicultura também precisa de peixe para o fabrico de ração. E nas medidas de gestão dos recursos foi proibida a produção da farinha de peixe. Em vez de buscarmos uma solução, optou-se pela proibição. Esta medida beneficia certas pessoas que fazem a importação da farinha de peixe para ração dos aluviões e isso está a matar a produção nacional de farinha de peixe.

Sem farinha de peixe não há aquicultura?

A aquicultura tem sido apontada como alternativa. Mas há países com condições económicas melhores do que as nossas, com esta prática há muitos anos que ainda não têm aqui cultura como alternativa à pesca marítima. Para se fazer aquicultura tem de haver soja, milho, farinha de peixe, para produção de ração, que é fundamental para o crescimento das espécies. E isso tem faltado

Mas tem havido uma aposta em diversas regiões do país a nível da aquicultura...

De todos os investimentos feitos apenas 30 por cento está a funcionar. Muitos projectos receberam dinheiros iniciais e estão como estão porque os processos não foram concluídos. E como os financiamentos não foram a 100 por cento, faltam divisas para importar maquinaria, sem esquecer a desvalorização cambial que tem agravado os empréstimos. E preciso ver as condições destes financiamentos. A banca não tem confiança nos empresários.

Justifica-se esta falta de confiança?

Não. Os bancos precisam de ter equipas de acompanhamento. Já tivemos bancos que iam ao

encontro do empresário, orientavam e hoje praticamente não temos quem faça isso. Os bancos devem ser mais proactivos. A falta de interesse dos bancos deve ser por terem outras formas de ganhar dinheiro. A banca não apoia.

Quando fala em falta de apoio da banca está a falar de quê?

Para financiar a compra de uma embarcação é um Deus nos acuda. Dificilmente se consegue um financiamento e isso faz com que a maior parte das embarcações industriais que operam no nosso mar seja de fretamento.

Ter um barco industrial acarreta "um grande investimento, e sem o apoio da banca fica difícil. Os armadores angolanos têm de encontrar um parceiro estrangeiro que alugue um barco, por isso é que se diz que muitos barcos estrangeiros pescam em Angola

É uma pesca oficial?

Sim. Durante o período que o barco estrangeiro está a trabalhar para o armador angolano é considerado um barco angolano, no âmbito do regime de importação temporária. Toda a responsabilidade é da empresa angolana. No entanto, existem armadores angolanos com barcos industriais herdados de empresas públicas ou comprados com dinheiros públicos que não têm necessidade de fretamento. E aqui há mais uma chatice, porque quem tem esses barcos acusa os outros de barcos de estrangeiros. É uma luta contra uma nova classe, uma geração, que quer emergir no sector e não deixam.

O peixe ainda é um produto considerado caro, porquê?

Pescar está a ficar cada vez mais dispendioso. Os armadores que atracam no porto pesqueiro, em Luanda, pagam taxas muito elevadas. O mesmo barco, com a mesma carga, se atraca no porto da Unicargas, paga menos 50 por cento, não se entende. E, infelizmente, só podemos ir ao porto da Unicargas quando o porto pesqueiro não tem espaço. E isso encarece a actividade. Temos ainda a questão dos combustíveis, que para a pesca industrial aumentou cerca de 300 por cento, quando os armadores da pesca artesanal e semi-industrial pagam o preço das bombas de abastecimento. Cerca de 40 por cento dos custos de um barco é com combustível. Estes e outros aspectos reflectem-se no preço final do peixe.

O sistema de licenciamento já está mais de acordo com as exigências do mercado?

O balcão online precisa de ser aprimorado. Este balcão não funciona como deve ser e as tecnologias que deveriam facilitar, estão a criar mais dificuldades. O balcão online é muito moroso na tramitação da documentação e veio dificultar um pouco o processo. Antes tratávamos tudo na Direcção Nacional das Pescas, com a criação deste balcão ninguém assume. E com as dificuldades de rede e a tradicional falta de sistema, temos passado muitas dificuldades. Ainda não há a sensibilidade por parte das autoridades de que um barco parado é despesa e não ganha frete.

A ex-ministra das Pescas, Antonieta Baptista, falava da necessidade da criação de uma Agência-Nacional dos Observadores das Pescas. E o caminho para regular o bom funcionamento do sector?

Estamos interessados que haja esta agência para poder controlar e resolver os grandes constrangimentos ainda existentes. E pugnamos por uma fiscalização isenta.

Até onde a operação transparência afectou o sector das pescas?

Tivemos algumas apreensões por descoordenação das entidades. Existem muitas áreas que intervêm e conflituam entre si. Falta coordenação entre a capitania, a marinha de guerra, polícia fiscal, polícia guarda-fronteira... Estas entidades, quando actuam numa embarcação, é um martírio para o armador

Olha-se para as pescas muito viradas para o peixe, e a nível dos crustáceos?

Este segmento está devidamente organizado. Temos várias empresas que funcionam de forma organizada. Não há razão de queixa. A nossa gamba costeira, que é das mais saborosas do mundo, só tem banco na foz dos rios Dande e Congo. É essencialmente pesca artesanal, embora algumas embarcações semi-industrial também o façam. As quotas são poucas e isso encarece o produto.

E a nível da investigação científica?

O Total Admissível de Captura (TAC) é uma preocupação nossa. O ministério tem um barco de investigação científica, o Baía Farta, que está avariado há já algum tempo. Gostaríamos que esta embarcação fosse alocada a uma empresa para a sua gestão. Ser gerido pelo Instituto de Investigação Científica é um risco, porque as verbas para mantê-lo são elevadas.

Um privado conseguiria geri-lo?

Séria mais fácil. Ou uma gestão com tripulação privada. Terceirizar serviços. Precisamos que o barco funcione para que tenhamos dados reais para que

sejam bem definidas as quotas de pesca. Temos de sair dos TACs de precaução. É preciso saber o que temos realmente nos nossos mares, para preservarmos esta nossa mina de ouro.

E a produção do sal?

Não queremos proibir a importação de sal. Defendemos que se faça um ajuste na Pauta Aduaneira para agravar as taxas para os produtos que já se produzem em grande escala no País. Porque a importação destes produtos, da forma como está a ser feita, mata o empresariado nacional. Por isso é que temos os salineiros a queixarem-se das dificuldades para vender o seu produto.

Existem cartéis nas pescas?

Cartéis não. Existem grupos. Infelizmente, o sector das pescas tem pessoas que não querem mudar. Há o problema da pesca banda-banda que se pretende acabar, mas este tipo de pesca é um problema social e é feito aos olhos de todos. É aquela pesca que muitas vezes vimos na ilha de Luanda, quando estão a puxar as redes do mar. É preciso requalificar estes pescadores, no âmbito do programa de combate à pobreza, se possível sair deste tipo de pesca para uma mais rentável, ecológica. Em Luanda, alguns destes pescadores já estão organizados em cooperativas, mas precisam do apoio do Estado para saírem desta pesca lesiva para uma pesca mais sustentável.

É um sector de conflitos?

O conflito geracional é o principal. Há uma pressão sobre a comunidade com discursos de que não temos peixe, os arrastões levam tudo e outros, mas que não corresponde à realidade. Precisamos, sim, de levar o peixe para o interior, exportar. Mas para que isso aconteça tem de haver uma cadeia bem organizada.

Quais são as suas perspectivas futuras para o sector? A junção dos ministérios passou o sector das pescas para segundo plano. E as perspectivas futuras não são boas. Gostaríamos que o sector das pescas fosse independente. A pesca é um sector produtivo, com elevada taxa de empregabilidade e pode gerar muitas receitas. Os superministérios não resultam. É necessário voltar a fazer com que as pescas melhorem a sua contribuição para o PIE. O sector precisa de ser bem organizado. Precisamos de mais proactividade das autoridades na tramitação

3.11 Taxistas de Luanda são testados hoje no Cazenga e Cacuo

Jornal de Angola

31 De Agosto de 2020

Texto: Mazarino da Cunha

Taxistas da província de Luanda começam a ser testados hoje, a partir das 8 horas, no Marco Histórico 4 de Fevereiro, no município do Cazenga, e no largo junto às bombas de combustível da Sonangol, em Cacuo.

A informação foi dada, ontem, em Luanda, pelo secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, no habitual encontro com os jornalistas sobre a evolução da pandemia da Covid-19, no Centro de Imprensa Anibal de Melo.

Sem avançar a quantidade de testes rápidos serológicos disponíveis, Franco Mufinda admitiu a possibilidade de a testagem continuar amanhã, criando-se outros pontos a serem indicados pela Associação dos Taxistas de Luanda. Se haver um elevado número de taxistas, o governante disse que o Ministério da Saúde vai continuar com o combate e controlo da pandemia, fornecendo às províncias testes, medicamentos, equipamentos consumíveis, material de biossegurança e de outros meios hospitalares necessários.

País registou 73 novos casos

Em relação à situação epidemiológica, o secretário de Estado para a Saúde Pública informou que o país registou, nas últimas 24 horas, 73 novos casos positivos, sendo dois no município do Cazengo, no Cuanza-Norte, um em Cabinda e o primeiro caso na província da Lunda -Sul.

No que diz respeito à província da Lunda - Sul, Franco Mufinda disse tratar-se de um morador de Saurimo que violou a cerca sanitária de Luanda e chegou no dia 23 de Agosto àquela cidade. Com este caso, frisou, apenas as províncias do Cuando Cubango, Huambo e Namibe não registaram, até ao momento, nenhum caso de infecção por Covid-19.

De acordo com o secretário de Estado, os restantes 69 casos foram registados nos municípios de Viana, Belas, Talatona, Cacuo, Kilamba Kiaxi e nos distritos urbanos da Ingombota, Maianga e Rangel, na província de Luanda.

Dos 73 novos casos, frisou, 41 são do sexo masculino e 32 do sexo feminino, com idades entre 5 e 85 anos.

Informou que nas últimas 24 horas não houve registo de óbito e 22 pacientes foram recuperados.

Com estes novos dados, o país tem 2.624 casos confirmados, dos quais 107 resultaram em óbito, 1.063 recuperados e 1.404 activos.

Dos 1.404 activos, dois pacientes estão em situação crítica a receber tratamento por ventilação mecânica invasiva, 23 estão graves, 36 são considerados moderados, 47 têm sintomas leves e 1.346 são assintomáticos.

O secretário de Estado disse que dos 1.346 assintomáticos, 309 estão internados nos centros de tratamento da Covid-19 e os restantes observam o isolamento domiciliário.

Relativamente ao Laboratório de Biologia Molecular, Franco Mufinda informou que nas últimas 24 horas foram processadas 316 amostras, sendo 73 positivas. Sublinhou que desde o início da pandemia já foram processadas 56.561, sendo 2.624 positivas.

Franco Mufinda informou, também, que o Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) registou, nas últimas 24 horas, 38 chamadas, das quais uma denúncia de violação da cerca sanitária de Luanda e 37 pedidos de informação sobre a Covid-19.

De acordo com o secretário de Estado, em quarentena institucional estão 890 pessoas, sublinhando que ontem foram dadas altas a 10 cidadãos em Luanda e cinco na Huíla. Sob investigação epidemiológica estão 4.694 pessoas.

Franco Mufinda voltou a apelar à população para o cumprimento das medidas de prevenção, como o uso da máscara facial, lavagem frequente das mãos com água e sabão, higienização com álcool-gel, distanciamento físico e a não violação das cercas sanitárias.

3.12 Vendedores de mercados desrespeitam medidas de prevenção contra a pandemia

Jornal de Angola

31 De Agosto de 2020

Texto: Jaqueline Figueiredo e Fernando Neto

O mercado municipal da Bela Vista, em Mbanza Kongo, tem capacidade para acolher 760 vendedores sentados. As bancadas estão devidamente organizadas. O espaço dispõe ainda de lojas e armazéns, mas os vendedores preferem aglomerar-se junto à entrada, expondo os produtos ao chão e ignorando as medidas de protecção contra a Covid-19. Além desse aspecto, muitos vendedores e compradores não usam máscara facial ou usam - na incorrectamente.

O estivador Tanda Alberto Ernesto lembra que a Administração Municipal de Mbanza Kongo tinha colocado, na entrada principal, um balde com água e sabão, mas que acabou por desaparecer, sem que tivesse sido substituído.

"Há muita informação sobre o coronavírus. O número de casos positivos aumenta todos os dias, muitas pessoas estão a morrer, mas, mesmo assim, alguns insistem em desobedecer as regras de prevenção contra a Covid-19", disse. Situação idêntica regista - se ainda na praça das "15 Casas".

Graça Lubanzadio, 53 anos, vendedora de cosméticos e diversos produtos de higiene na praça das "15 Casas", afirmou que para lavar as mãos tem comprado água em sacos plásticos, sublinhando que paga dez kwanzas por embalagem.

Afirmou que a falta de recipientes com água e sabão para a lavagem das mãos tem a ver com a falta de organização no mercado.

O mercado, a céu aberto, é cercado por amontoados de lixo. "Esta praça não está organizada, porque está a céu aberto. Isto pressupõe que o vendedor ou comprador pode entrar no mercado em qualquer canto, porque não tem porta. Daí é difícil orientar as pessoas", acrescentou.

O director municipal de Promoção do Desenvolvimento Económico Integrado de Mbanza Kongo, Manuel Matangu Futila, disse que a administração tem realizado campanhas de sensibilização, incluindo nos mercados, e tinha colocado baldes com água e sabão nestes espaços, mas carecem de substituição. "Colocámos algum material de biossegurança nos mercados e temos trabalhado com os vendedores para observarem as medidas de prevenção, como o distanciamento físico, uso de máscaras e lavagem das mãos. Os vendedores precisam de um acompanhamento permanente para observarem, de facto, as medidas de protecção", frisou.

Anunciou a realização, semanalmente, de campanhas de sensibilização junto dos vendedores para incentivar o cumprimento das medidas de prevenção ao vírus SARS-Cov2, que provoca a Covid-19. "Vamos fazer tudo para colocar mais baldes e sabão para lavagem das mãos nos mercados", referiu.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Parlamento recebe OGE de 2021 até 31 de Outubro

Jornal de Angola
4 De Agosto de 2020

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2021 deve dar entrada no Parlamento, para apreciação e aprovação, até 31 de Outubro. Adebayo Vunge aproveitou a ocasião para garantir que também, como previsto, a Proposta de Lei do OGE para 2021 deverá ser remetida à Comissão Económica do Conselho de Ministros a 30 de Setembro, para discussão e aprovação.

Esclareceu que para os próximos 45 dias se está a proceder ao levantamento das propostas a partir das unidades orçamentadas, devendo nos restantes 15 dias de Setembro ser feita a compilação do documento proposto pelo Ministério das Finanças e sua submissão à Equipa Económica do Governo para apreciação.

Há dias, durante um seminário que prepara os gestores sobre o OGE 2021, a directora nacional do Orçamento, Eliana Santos, lembrou que, de acordo com as instruções, o seu pelouro tem prazos muito apertados para trabalhar.

“Temos perto de 45 dias para elaborar a proposta de orçamento”, disse, acrescentando que depois disso o documento sai da base e, obedecendo aos procedimentos de apreciação do Governo, vai finalmente à Assembleia Nacional.

O Orçamento Geral do Estado de 2020 Revisto, em execução, contém despesas e receitas na ordem de 13, 5 biliões de kwanzas.

4.2 “As verbas disponíveis no OGE-2020 são reduzidas, mas justificam-se”

Jornal de Angola
7 Agosto de 2020
Texto: António Eugénio

De que maneira olha para a economia verde como um elo importante no futuro desenvolvimento de Angola?

A economia verde é uma bússola que contribui grandemente, por via de investimentos, para o desenvolvimento de qualquer país, ou seja, constitui uma faceta acrescida na conservação da biodiversidade e da sustentabilidade do ambiente, uma vez que se relaciona também com as energias renováveis.

Essa vertente que acaba de dizer constituiu sempre uma das grandes preocupações das autoridades angolanas?

Exactamente. Já existem projectos em curso em Angola. Por exemplo, ouvimos em tempos que cerca de 500 milhões de dólares serão empregues, nos próximos dois anos, em projectos de energia solar no país, no âmbito de uma estratégia de aumentar as energias limpas e de levar electricidade a nível de todo o país.

Temos que começar já a evidenciar este facto do ponto de vista da sua matriz energética, mas também de um conjunto de projectos relacionados com a economia circular. Aqui, ressalto o investimento no planeta e na prosperidade das pessoas, conforme defende a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA).

Devemos fazer com que determinado produto não termine o seu ciclo de vida rapidamente e que possa ser reutilizado em outros processos e manter o seu período de vida mais alargado possível evitando sempre que determinado produto vá parar à lixeira ou a um aterro, mas que seja aproveitado como matéria-prima ou um produto auxiliar.

A economia verde tem sido vista como uma alternativa de modelo económico mais sustentável?

É sempre importante para qualquer economia e deve servir como modelo, pois, dos vários modelos económicos, tudo depende de cada sistema adoptado nos países. Acredito que Angola terá um modelo que corresponda às expectativas dos cidadãos, criando alternativas, mas é possível que faça parte desse processo.

Podemos começar a produzir energia fotovoltaica, não como alternativa, mas como sendo um contributo para a matriz energética nacional. É assim que tem de ser vista a economia verde ou azul que depende dos recursos marinhos, tanto em termos de produção de energia, como em termos de produção alimentar.

Angola tem recursos naturais em abundância, alguns dos quais já explorados. Por que razão a economia verde tem um peso pouco significativo na procura do crescimento económico?

Porque a principal razão assenta, em princípio, no desenvolvimento sustentável em que os inputs são mais altos e os resultados são obtidos a longo prazo.

Vamos imaginar, por exemplo, num processo de exploração florestal fica muito mais fácil alguém ou uma empresa obter licença para fazer cortes da floresta para a produção de madeira e depois para o fabrico de carvão, sendo o input financeiro inicial mais reduzido e rápido. Na generalidade, os seus resultados são sempre de longo prazo.

Precisamos de aumentar os actuais padrões de produção e consumo. Acha que atrapalha o modelo de crescimento da economia devido ao excesso de exploração?

O principal aspecto não é o excesso de exploração, mas sim o de consumo que determina a procura. Se houver menos produção, a procura aumenta.

Assistimos, nesta fase da pandemia da Covid-19, a redução na circulação de pessoas e de mercadorias, tendo aumentado, em contrapartida, o consumo em comparação com o passado.

Contudo, há uma redução da produção devido ao fraco consumo, por exemplo, no caso da exploração petrolífera e de outros recursos minerais. Claro que isso tem outro impacto do ponto de vista económico e pode levar a perda de empregos, mas é um equilíbrio que tem de se encontrar para que se possa motivar os governos a velarem pela questão da economia verde.

Neste caso, como olha para a protecção de recursos naturais?

A protecção dos recursos naturais já deixou de ser apenas do Ministério da Cultura, Ambiente e Turismo. É uma responsabilidade de todos os órgãos do Executivo. Todas as instituições têm o papel importante na protecção de recursos naturais e há sempre esse conflito contra esses aspectos sócio-culturais e ambientais. Por exemplo, nesta altura, fala-se muito das queimadas que têm um aspecto significativo sobre a biodiversidade e na vida das pessoas. Portanto, as questões ambientais devem ser prioritárias em paralelo com os demais sectores da economia.

A pensar nisso, o sector ambiental seria capaz de ajudar a fortalecer o nosso Produto Interno Bruto (PIB)?

O sector ambiental ajudaria bastante em fortalecer o PIB. Nós temos actividades que poderão gerar empregos, recursos que estão associados principalmente ao sector ambiental, sobretudo do turismo, no caso da existência das áreas de conservação ambiental, projectos de compensação relacionados ao mercado de carbono, venda de enxofres de carbono, principalmente, para as zonas florestais.

Por outras palavras, está a dizer que o desenvolvimento sustentável passa pela aposta no turismo e ambiente?

Sim, as bases do desenvolvimento sustentável assentam na gestão dos nossos recursos, considerando as necessidades primárias que as próximas gerações poderão geri-los, como a água e outros que serão usados de forma sustentável. Um exemplo é a palanca negra gigante a qual se deve preservar este símbolo da fauna nacional para que as próximas gerações possam ter acesso a esta espécie.

No OGE 2020 Revisto, o Ambiente aparece com uma verba de 0,1 por cento sobre as despesas totais: o Ambiente é um “parente pobre”?

Não. A diminuição da dotação aconteceu com os outros sectores importantes da economia nacional, mas, no caso do segmento ambiental, tem verbas mais que suficientes para desenvolvimento de projectos, devido a outros apoios de entidades internacionais e fundos multilaterais ou bilaterais. Se não fosse, teríamos muitos problemas em Angola, para lidar sobretudo com os aspectos relacionados com a protecção dos ecossistemas e de biodiversidade. As verbas disponíveis no OGE 2020 são reduzidas, mas justificam-se.

Se se justifica, então o Turismo tem pernas para andar...

...neste momento, excepto o Parque Nacional de Kissama, do Bicular e do Yona, outros já desenvolvem o turismo. As condições estão criadas para que se possa haver turismo em massa, selectivo e ecológico. Além disso, fora das áreas de conservação não há condições para uso, mas há potencial enorme que pode ser materializado em ganhos porque os recursos do turismo podem ser canalizados para a protecção do ambiente e da biodiversidade. Era necessária a existência de estruturas que garantam a protecção animal.

É uma tarefa simples?

Se o Turismo estiver assente no desenvolvimento, basta usar recursos existentes, que passam pelo aumento da oferta de serviços, divulgação, revisão dos custos operacionais e os praticados aos clientes. Para já, não há benefícios fiscais para quem investe em tecnologias ambientais, pois é uma área que precisa de ser melhorada, estudada e identificar os potenciais beneficiários.

Que avaliação faz da implementação da componente angolana do projecto turístico transfronteiriço Okavango?

O projecto turístico do Okavango prevê investir 68 milhões de dólares no município do Dirico. Este dinheiro vai servir para a construção de infra-estruturas, repovoamento animal e florestal. Só para este projecto, vai-se garantir perto de 1.430 novos postos de trabalho.

4.3 Despesas com ensino superior reduzem 13% com a revisão do OGE 2020

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2020

Texto: Alexandre Lourenço

A revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) resultou na redução da despesa directa com o ensino superior de 83,2 para 72,4 mil milhões Kz, representando uma diminuição de 13% face ao orçamento inicial aprovado.

O investimento em actividades relacionadas com a graduação registou uma queda de 13%, ou seja, saiu de 75,7 para 65,7 mil milhões Kz e a pós-graduação seguiu o mesmo caminho, saindo de 7,5 para 6,7 mil milhões, uma diminuição de 11 %. A soma destes

dois itens faz o global da verba para o ensino superior.

Este é o quarto ano, segundo os cálculos do Expansão, que o orçamento cabimentado para o ensino superior cai quando há uma necessidade de revisão do OGE- em 2015 a revisão do orçamento retirou 32% nas despesas para o ensino superior, em 2016 caiu 3%, 2019 diminuiu 6% e agora em 2020 são menos 13%.

Esta realidade deixa preocupados os gestores das instituições do ensino superior público que receiam o condicionamento do avanço de vários projectos, destacando a investigação científica e uma quebra no reforço do potencial humano, bem como equipamentos para os laboratórios.

"Não se pode falar de qualidade de ensino enquanto não se realizar investimento nas instituições. E para termos bons quadros precisamos de ter bons laboratórios e um bom corpo docente", realçou o reitor da Universidade Agostinho Neto, Pedro Magalhães.

O reitor da maior instituição de pública do ensino superior sublinhou que este corte terá impacto na qualidade do ensino.

"Temos sérias dificuldades para cumprirmos com o papel de uma instituição que garante o desenvolvimento da economia do País. Ou seja, existimos para apresentar soluções, a partir das nossas cátedras e departamentos, para os projectos que o Governo tem", afirma.

Já o director-geral do Instituto Superior de Ciência da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA), José Luís, preferia que o Executivo não mexesse no orçamento.

"Já temos estado a viver essas dificuldades porque as nossas planificações orçamentais a nível da universidade nunca passaram de 25% da sua execução, tanto no domínio de ensino e investigação, porque quanto menos esperamos orçamento é reduzido", lamenta

Quanto à atribuição das verbas, a Universidade Agostinho Neto lidera com uma verba de 9,6 mil milhões Kz, seguidos da Universidade 11 de Novembro 2,7 mil milhões Kz, José Eduardo dos Santos com 2,2 mil milhões, Katyavala Buila 2,1 mil milhões Kz, a Kimpa Vita recebeu 1,2 mil milhões, Mandume Ya Ndémofayo dispõe de 1,7 mil milhões, a Cuito Cuanavale com 787 milhões Kz, sendo que o menor valor recai para a Universidade Lueji A'Nkonde com 606 milhões Kz.

4.4 Verba de 36,6 mil milhões Kz «limita realização) nas autarquias, diz ADRA

Novo Jornal

7 De Agosto de 2020

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos cambuta, entende que o valor de 0,27% do Orçamento Geral do Estado (OGE), atribuído às autarquias, indica, por si só, que em 2020 não haverá eleições autárquicas, como estava inicialmente previsto.

O responsável adianta que, apesar de compreender ser impossível a ocorrência das eleições autárquicas, por causa do contexto actual, "os que têm o direito de se pronunciar sobre esta matéria devem fazê-lo enquanto cedo".

"Este compromisso tem de ficar bem claro no orçamento, porque não se sabe se 0,27% é para a realização das eleições autárquicas ou para a sua preparação", exige.

Em contrapartida, o director considera ter havido melhorias na proposta do OGE revisto, sobretudo por prestar alguma atenção à área social, mas peca pelo facto de nele conter muitas «zonas cinzentas».

"Repetiram-se os vícios, já que os recursos atribuídos aos sectores-chave estão longe de corresponder aos padrões internacionais", refere, exemplificando que "a Educação devia ter 20% do OGE, mas não passa de 06% desde 2018".

Constata, por exemplo, que, nas verbas alocadas para o sector da Educação, aparece uma rubrica do subsídio que, em seu entender, "não está clara, por ter mais despesas em relação ao ensino pré-escolar".

"É preciso ter-se em conta que o investimento na Educação não deve começar só pelo ensino primário, mas também pelo pré-escolar, que é o passe do sector", sublinha.

Já em relação à Agricultura, considera que o recomendável é ter 10%, mas tem 0,3%, "numa altura em que se apregoa a diversificação da economia".

As «zonas cinzentas», enfatiza, "surgem recorrentemente porque o Executivo se habituou a trabalhar sozinho".

"Por isso, apelamos ao Executivo que, apesar da Covid-19, possamos encontrar fórmulas de participação do cidadão, pois ninguém, sozinho, é

detentor da verdade nem de soluções para reverter o quadro penoso em que se encontra o país", frisa.

Para corrigir os vícios constantes do OGE, a ADRA, através do seu director-geral, sugere que a sociedade civil seja tida em conta nos processos da sua elaboração.

"Para além de consultar, deve-se concertar e negociar-se com a sociedade civil, no sentido de se ter a melhor via", aconselha.

Carlos Cambuta diz ainda que, para se evitarem desequilíbrios regionais, a densidade populacional não deve ser a única referência para a alocação das verbas.

"Daí que o OGE deve ser bem elaborado para melhorar as despesas", acrescenta, tendo aconselhado o Executivo a ter em conta os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) durante a produção do OGE.

Baseando-se em dados, o responsável trouxe à reflexão o município do Curoca, considerado mais pobre, de acordo com os dados do INE.

NOVO JORNAL

4.5 Crise corta 70% dos 2.829 projetos previstos para o sector social

Jornal Expansão

14 De Agosto de 2020

Texto: Martins Chambassuco

A crise com a pandemia da Covid-19 afectou negativamente as finanças públicas e obrigou o Governo a rever em baixa o número de projectos e programas do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, cortando 1.990 projectos, o equivalente a 70% dos 2.829, inicialmente inscritos na rubrica despesas de apoio ao desenvolvimento.

Com este corte, serão financiados apenas 839 projectos com o dinheiro de fundos do tesouro nacional, uma medida adoptada na revisão ao Orçamento Geral do Estado para 2020.

O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) justifica a revisão do programa com o ambiente macroeconómico desfavorável que obrigou o Governo a rever em baixa a despesa pública para o exercício de 2020, situação que obrigou as autoridades a reposicionar os gastos em projectos para o sector social, nomeadamente nas áreas de

saúde, desporto, ambiente, alfabetização e formação profissional.

O objectivo desta revisão, segundo avançou recentemente o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, é acelerar o programa de diversificação da economia com projectos exequíveis e que tenham os financiamentos garantidos através da despesa pública, linhas de crédito ou inseridos no PIIM.

Os recentes cortes na despesa com programas de vacinação, apoio ao desporto, alfabetização e formação profissional obrigaram à redução do programa de desenvolvimento do País que comporta seis eixos.

PIP reduz 25%

Os cortes estendem-se também ao Programa de Investimentos Públicos (PIP) que no PDN 2018-2022 previa a execução de 3.431 projectos até 2022. Nesta rubrica, de acordo com os dados do MEp, dos 3.431, apenas 2.570 têm financiamento, representando uma redução de 25% do total de projectos.

O PDN 2018-2022, de acordo com o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, será adequado à actual conjuntura macroeconómica nacional e global, afectada com a pandemia da Covid-19, com forte impacto sobre a economia e as receitas com a exportação do petróleo.

Só haverá projectos com financiamento garantido

O Governo adianta que, face à disponibilidade dos recursos previstos, o PDN 2018-2022 foi adequado à actual conjuntura, por isso, foram priorizados os projectos com financiamentos garantidos por linhas de crédito internas e externas, como Eurobonds, Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), entre outros.

Os projectos com financiamento em negociação e os projectos em curso dos sectores da saúde, educação e acção social, financiados por recursos ordinários do Tesouro, mereceram igualmente prioridade de execução.

Essa nova abordagem visa manter o programa de desenvolvimento e bem-estar da população - com prioridade para 23 dos 27 programas inicialmente previstos - e de desenvolvimento económico sustentável, diversificado e inclusivo - com prioridade para 20 dos 24 programas inicialmente previstos.

Já para o eixo das infra-estruturas nacionais para o desenvolvimento foram escolhidos 10 dos 11

programas anteriormente previstos, enquanto, para a questão da consolidação da paz, reforço do Estado democrático e de direito, boa governação, reforma do Estado e descentralização a prioridade recaiu em oito dos nove programas antes previstos.

Sem qualquer alteração ficou eixo do desenvolvimento harmonioso do território, mantendo-se os seis programas previstos, ao passo que para o eixo da garantia da estabilidade e integridade territorial de Angola e reforço do seu papel no contexto internacional e regional foi dado enfoque a três dos sete programas inicialmente previstos. Para este último, a certeza é de que o Governo pretende trabalhar para a integração do País nas organizações regionais e internacionais, com destaque para o mercado único africano e a zona de comércio livre da SADC.

Nos próximos dois anos, de acordo com Milton Reis, o Executivo prevê potenciar o desenvolvimento socioeconómico do País, com quatro macro objectivos, entre os quais assegurar a evolução da taxa de crescimento real do PIE não petrolífero para que continue a ser positiva, promovendo o seu incremento médio anual à volta de 2%.

4.6 Municípios vão receber 25 Milhões de kwanzas para projectos

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2020

Texto: Arão Martins

Os municípios vão passar a receber 25 milhões de kwanzas por ano para serem empregues na iluminação pública, áreas verdes e saneamento básico, no quadro do orçamento participativo, informou, ontem, no Lubango, a directora nacional da Administração Local do Estado do Ministério da Administração do Território, Isabel Coimbra Lopes.

Isabel Coimbra Lopes, que falava no encontro com membros do Conselho de Auscultação às Comunidades, da Administração do Lubango, acrescentou que o valor em referência vai ser, ainda, empregue em gastos dos centros comunitários, no que diz respeito às políticas sociais de apoio à infância, juventude, terceira idade, desporto e mulher.

Actividades culturais, manutenção de bibliotecas municipais e outras despesas com impacto directo na vida da população são outras áreas de intervenção, segundo a directora do MAT.

Isabel Coimbra Lopes esclareceu que os 25 milhões de kwanzas a serem atribuídos a cada município é diferente do orçamento da Administração Municipal.

“Esta verba não tem nada a ver com o orçamento da Administração Municipal. É uma verba à parte e o titular do Poder Executivo é que decide o montante a atribuir. Neste arranque foi definido o valor de 25 milhões de kwanzas para cada município, sendo que os munícipes do Lubango poderão organizar-se para fazer a gestão do montante”, esclareceu.

Segundo a directora do MAT, a participação dos munícipes na gestão do orçamento participativo é assegurada através das estruturas das comissões de moradores e conselhos.

Defendeu, por isso, a criação dos conselhos de moradores, por serem um elemento fundamental na gestão e execução do orçamento participativo.

A responsável lembrou que o Ministério da Administração do Território (MAT) assinou, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um acordo sobre o Projecto de institucionalização do Orçamento Participativo ao nível das administrações municipais, alinhado à meta estabelecida no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018/2022. O acordo prevê a implantação do orçamento participativo nos 164 municípios até 2022.

Segundo Isabel Coimbra Lopes, é a partir dos comités técnicos que os valores e projectos são implementados.

“Sabemos que o município do Lubango já tem 304 comissões de moradores, mas ainda não tem nenhum Conselho de moradores”, disse.

O orçamento do município, informou, comporta três fases. A primeira é da apresentação, seguida da análise e aprovação das propostas, que acontece de Setembro a Novembro do ano em curso. “Estamos em Agosto, ainda vamos a tempo de o fazer”, sublinhou.

No município do Lubango, informou, realizou-se a constituição, por votação, do Comité Técnico de Gestão do Orçamento Participativo. O Comité é integrado por membros das comissões de moradores e representantes da Administração Municipal do Lubango.

O administrador municipal do Lubango, Armando Vieira, disse que a Administração controla 304 comissões de moradores. “Temos mais de um milhão e meio de habitantes e qualquer cidadão pode propor

um determinado projecto que gostaria de ver implementado na comunidade”, salientou.

O Ministério da Administração do Território realizou, recentemente, em Luanda, um seminário sobre a Revitalização das Comissões de Moradores, no quadro da Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores.

Na ocasião, o ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, afirmou que as comissões de moradores organizadas vão ajudar a reduzir o distanciamento entre os órgãos da Administração Local do Estado e os cidadãos. Marcy Lopes acrescentou que as mesmas vão, também, servir para que os interesses das pessoas sejam conhecidos pelo Estado e assegurar melhor interacção entre os residentes de um mesmo prédio, rua ou bairro.

O ministro sublinhou que aglutinar os interesses das pessoas não é tarefa do Estado, mas das próprias pessoas e que para isso servem as comissões de moradores que “devem, cada vez mais, trabalhar com as comunidades”.

4.7 As medidas de alívio – O novo perdão fiscal previsto na lei de alteração ao OGE

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2020

Texto: Hélia Miguel Estevão

No âmbito das acções destinadas a mitigar o impacto da Covid-19, o Executivo aprovou um conjunto de medidas transitórias para aliviar o impacto económico-fiscal provocado pela pandemia da Covid-19 sobre as empresas, as famílias e o sector informal da economia. Foi ainda anunciado que a lei de alteração ao OGE traria também algumas medidas importantes que complementaríamos aquelas.

Chegado o momento, a Lei n.º 31/20, de 11 de Agosto, que aprovou a revisão do OGE, trouxe como novidade, de pouco impacto, um Regime Excepcional para o Cumprimento de Obrigações Tributárias. O novo regime permite a regularização de dívidas tributárias em litígio judicial, no âmbito de processos anteriores a Abril de 2020, sem pagamento de juros e multas, bem como a redução de 30% do valor do imposto ou tributo, desde que o autor da acção desista do processo judicial e efectue o pagamento total ou parcial da dívida, no prazo de 60 dias ou até 6 meses, respectivamente, a contar da data de entrada em vigor da respectiva lei.

O referido regime é de simples adesão. Para tal, é apenas necessário que seja precedido da desistência do processo judicial junto das Salas do Contencioso Fiscal e Aduaneiro ou do Cível nos Tribunais Provinciais ou da Câmara do Cível e Administrativo do Tribunal Supremo. É necessário ainda que se junte o comprovativo de pagamento total ou parcial da dívida tributária. A adesão dá ainda lugar ao levantamento de quaisquer penhoras eventualmente constituídas no âmbito da cobrança coerciva.

É um regime mais favorável que aprovado na Lei de aprovação do OGE para o exercício de 2019, na medida em que, além do perdão das multas e juros, perdoa-se também 30% do valor dos tributos.

Entretanto, o regime beneficia apenas os contribuintes que exerceram as suas garantias até ao limite, isto é, abrange apenas os que já impugnaram judicialmente as decisões da Administração Tributária ou os que já se encontram nesta fase. Os contribuintes que não impugnaram judicialmente as decisões, seja por se encontrarem na fase de impugnação administrativa (designadamente em fase de reclamação ou recurso hierárquico) ou por se terem contentado com a decisão proferida naquela fase, não verão os seus impostos e penalidades perdoadas.

E, por outro lado, digno de nota, será destacar que a adesão a este regime apenas interessa aos contribuintes cujos processos judiciais estão destinados ao insucesso. Pelo que temos por "fora da sombrinha", os contribuintes cujos processos não chegaram ainda à fase de impugnação judicial, os que nem sequer impugnaram (ainda) e os que, mesmo impugnando, têm chance de vencer a demanda.

Portanto, em privilégios ficam todos os contribuintes que, por um lado, não preenchem os requisitos para aderir ao referido regime, mas, por outro, também não têm condições para beneficiar das medidas fiscais anteriormente emanadas pelo Executivo, a saber: (i) isenção do pagamento do IVA e dos direitos aduaneiros às mercadorias importadas para fins de ajuda humanitária e doações; (ii) extensão do prazo limite do pagamento do Imposto Industrial para 30 de Junho e 39 de Maio para os contribuintes do grupo A e do grupo B, respectivamente; (iii) crédito fiscal de 12 meses sobre o valor do IVA pago na importação de alguns produtos e (iv) diferimento das prestações do pagamento do IPU.

Nesta ordem de ideias, muitas são as críticas ao pacote de medidas de âmbito fiscal aprovadas pelo Executivo para fazer face ao impacto negativo da Covid-19 na economia angolana. Afirmando-se com acutilância que tais medidas pouco ou nada

representaram na vida das empresas, sendo medidas que do ponto de vista financeiro não correspondem, de longe, ao problema que as empresas têm porque têm impacto no seu cashflow.

Deste modo, pretende-se com presente artigo apresentar algumas sugestões, sugerindo que nos abstraíamos deste pacote de medidas e deixemos de esperar por perdões fiscais, e foquemo-nos nas soluções oferecidas pelo nosso sistema fiscal- "façamos a omelete com os ingredientes que temos". Pois, existem alguns mecanismos já previstos por lei que, embora não extingam por si só a dívida fiscal, auxiliam na sua redução e/ou prorrogação, aliviando de certo modo a liquidez das empresas este ínterim, destacam-se:

A Compensação! Esta forma de extinção da obrigação tributária foi recentemente melhorada (em benefício das empresas), por via da Lei n.º 18/17, de 17 de Agosto, que alterou o Código Geral Tributário (CGT), e passou a permitir a compensação de créditos tributários por dívidas não tributárias. Esta forma de extinção permite que os credores do Estado - qualquer pessoa que tenha prestado qualquer tipo de serviços ou fornecimento de bens ao Estado - possam extinguir a sua dívida (fiscal) não em numerário, mas por compensação do seu crédito (não fiscal).

A Compensação pode ser despoletada por iniciativa do contribuinte - empresas ou pessoas singulares - no momento em que se for notificado da liquidação pela AGT para pagar uma dívida fiscal ou da instauração do processo de execução fiscal. É simples, com a nova alteração do Código Geral Tributário, operada pela Lei n.º 21/20, de 9 de Julho, a compensação (total ou parcial) de créditos não tributários por dívidas tributárias pode efectuar-se a qualquer momento (no âmbito do procedimento ou processo de execução) por carta ou requerimento.

Digno de nota importante é que regime de compensação só tem lugar após o prévio reconhecimento do crédito pela entidade competente, actualmente o GTACE- Grupo Técnico de Apoio ao Credor do Estado. Todavia, é fundamental que a compensação seja solicitada dentro do período de pagamento voluntário, para que não se vençam ou deixem de vencer juros e multas. Nestes termos, um contribuinte que solicite a compensação, depois de ter sido notificado ou que tenha pendente uma dívida tributária, considera-se, para todos os efeitos legais, cumpridor e conseqüente mente com a sua situação jurídico-fiscal regularizada.

O Pagamento em Prestações! É outro mecanismo fiscal, relativo ao cumprimento das obrigações, com

impacto directo no cashflow das empresas. O pagamento em prestações pode e deve ser solicitado no prazo de pagamento voluntário ou até ao prazo de oposição à execução. Com as alterações introduzidas pela Lei n. 021/20, este mecanismo dispensa a apresentação de quaisquer garantias; impede o início ou suspende o processo de execução fiscal e dependendo da situação económica do contribuinte, pode ser efectuado em 24 prestações.

Dispensa de Prestação de Garantia! É também um mecanismo que pode ser accionado sempre que se reclame ou se recorra administrativa e hierarquicamente das decisões da Administração Tributária, para que, mesmo sem a garantia, se suspenda a cobrança da dívida tributária. Nos termos da legislação tributária, a garantia pode sempre ser dispensada, se o contribuinte provar que não está em condições de a prestar. Porém, atendendo que a dificuldade das empresas solverem os seus compromissos é um facto de conhecimento notório, considerando o actual cenário económico, a Administração Tributária estará mais sensível ou susceptível em dispensar os contribuintes da prestação de garantia idónea.

As pequenas e médias empresas devem ainda explorar o novo Regime Simplificado de Tributação, previsto na Lei n. 026/20, de 20 de Julho, Lei que alterou o código do Imposto Industrial. É um regime aplicável aos contribuintes sujeitos a Imposto Industrial que estejam abrangidos pelo Regime de Não Sujeição do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado. Consagrando-se, alternativamente fórmulas simplificadas de apuramento da matéria colectável, taxa de imposto de apenas 15% e inclusivamente torna dispensável a apresentação de justificativos de custos por parte do contribuinte. Será oportuno analisar e compará-lo com o regime fiscal previsto na Lei das Micro, Média e Pequenas Empresas, para ver o regime fiscal mais conveniente à situação económica financeira dos contribuintes, no âmbito de um planeamento fiscal eficaz.

Os contribuintes com a sua situação irregular podem sempre recorrer aos mecanismos que o CGT consagra para reduzir o valor das multas. De acordo com as alterações recentemente introduzidas pelo mesmo diploma legal, as multas foram reduzidas para 25% do tributo em falta e, se o pagamento for efectuado de forma espontânea, isto é, quando ocorrer por iniciativa do contribuinte antes de ter sido notificado para o efeito ou fiscalizado, a multa é ainda reduzida para 50% do montante aplicável.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Oposição quer discutir as autarquias antes do fim do ano legislativo

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2020

Texto: Adelina Inácio

Numa altura em que resta apenas cerca de uma semana para o fim da terceira sessão legislativa da actual legislatura, a oposição exige que se discuta a Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, um dos diplomas essenciais para a implementação do Poder Local, mas o MPLA defende mais diálogo, pois o assunto é fracturante.

A segunda vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, Albertina Navita Ngolo, entende a proposta de Lei devia fazer parte da agenda da sessão plenária da próxima terça-feira, “uma vez que se está a terminar o ano legislativo e o Presidente da República terá anunciado que 2020 seria o ano das eleições autárquicas”.

A deputada, que falava no final da conferência de líderes parlamentares, disse que a UNITA acredita que a institucionalização das autarquias é estruturante para a consolidação do processo democrático em curso e, também, uma oportunidade para os cidadãos participarem no desenvolvimento dos municípios.

Para Navita Ngolo, a realização das eleições nos 164 municípios do país não pode constituir num assunto fracturante: “fracturante é desrespeitar a Constituição que trata os angolanos de forma igual e que, por isso, todos eles, nos seus municípios, merecem que as autarquias sejam institucionalizadas”. A deputada concluiu que a não realização das eleições autárquicas é apenas um sinal de “falta de vontade política do MPLA” que, na sua óptica, não pretende institucionalizar as autarquias.

Alexandre Sebastião André, presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, afirmou que todos os partidos estão interessados que a proposta de Lei seja aprovada imediatamente, para se criarem os pressupostos de ordem legal para a implementação das autarquias.

“Os munícipes estão ansiosos para escolher directamente as personalidades do município e as forças políticas estão igualmente à espera que se façam representar directamente nos municípios e isto passa, necessariamente, pela aprovação da Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais”, afirmou.

Para a CASA-CE, disse, este ano parlamentar “não termina bem”, por não se ter concluído a discussão do processo legislativo autárquico. Alexandre Sebastião André afirmou que as eleições autárquicas correm o risco de não serem implementadas este ano.

Bendito Daniel, presidente e deputado do PRS, defende que o Parlamento devia dar uma explicação sobre as razões para o não agendamento do diploma sobre a institucionalização das autarquias.

“A justificação que nos foi dada é que existe falta de concertação entre os grupos parlamentares, por se tratar de uma lei fracturante para que não crie rotura durante as discussões”, afirmou. O deputado reconheceu que as eleições autárquicas devem ser realizadas com o Pacote Autárquico concluído. “É tempo de se dar um passo adiante para que transmitamos uma boa imagem ao povo que almeja que as eleições autárquicas sejam realizadas brevemente”, defendeu.

Lucas Ngonda, líder e parlamentar do partido FNLA, manifestou, igualmente, preocupação pelo não agendamento da discussão e votação da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais.

“No decurso das discussões devia ter-se em conta a continuação das discussões do Pacote das Eleições Autárquicas”, sugeriu Lucas Ngonda, para quem a discussão devia ser concluída antes do encerramento do ano legislativo.

5.2 UNIT A diz que PIIM deve merecer controlo

Novo Jornal

7 De Agosto de 2020

O presidente da UNIT A, Adalberto Costa Júnior, disse, recentemente, que as acções em curso no quadro do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) devem merecer maior fiscalização da sociedade civil. O líder do «Galo Negro» referiu que o facto de o programa não ter sido aprovado pela Assembleia Nacional deve merecer um acompanhamento rigoroso por parte dos cidadãos. Acrescentou ser necessário verificar se as empresas construtoras cumprem com os prazos de execução

dos diferentes projectos, bem como a qualidade dos mesmos.

5.3 Verba de 36,6 mil milhões Kz «limita realização) nas autarquias, diz ADRA

Novo Jornal

7 De Agosto de 2020

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, entende que o valor de 0,27% do Orçamento Geral do Estado (OGE), atribuído às autarquias, indica, por si só, que em 2020 não haverá eleições autárquicas, como estava inicialmente previsto.

O responsável adianta que, apesar de compreender ser impossível a ocorrência das eleições autárquicas, por causa do contexto actual, "os que têm o direito de se pronunciar sobre esta matéria devem fazê-lo enquanto cedo".

"Este compromisso tem de ficar bem claro no orçamento, porque não se sabe se 0,27% é para a realização das eleições autárquicas ou para a sua preparação", exige.

Em contrapartida, o director considera ter havido melhorias na proposta do OGE revisto, sobretudo por prestar alguma atenção à área social, mas peca pelo facto de nele conter muitas «zonas cinzentas».

"Repetiram-se os vícios, já que os recursos atribuídos aos sectores-chave estão longe de corresponder aos padrões internacionais", refere, exemplificando que "a Educação devia ter 20% do OGE, mas não passa de 06% desde 2018".

Constata, por exemplo, que, nas verbas alocadas para o sector da Educação, aparece uma rubrica do subsídio que, em seu entender, "não está clara, por ter mais despesas em relação ao ensino pré-escolar".

"É preciso ter-se em conta que o investimento na Educação não deve começar só pelo ensino primário, mas também pelo pré-escolar, que é o passe do sector", sublinha.

Já em relação à Agricultura, considera que o recomendável é ter 10%, mas tem 0,3%, "numa altura em que se apregoa a diversificação da economia".

As «zonas cinzentas», enfatiza, "surgem recorrentemente porque o Executivo se habituou a trabalhar sozinho".

"Por isso, apelamos ao Executivo que, apesar da Covid-19, possamos encontrar fórmulas de participação do cidadão, pois ninguém, sozinho, é detentor da verdade nem de soluções para reverter o quadro penoso em que se encontra o país", frisa.

Para corrigir os vícios constantes do OGE, a ADRA, através do seu director-geral, sugere que a sociedade civil seja tida em conta nos processos da sua elaboração.

"Para além de consultar, deve-se concertar e negociar-se com a sociedade civil, no sentido de se ter a melhor via", aconselha.

Carlos Cambuta diz ainda que, para se evitarem desequilíbrios regionais, a densidade populacional não deve ser a única referência para a alocação das verbas.

"Daí que o OGE deve ser bem elaborado para melhorar as despesas", acrescenta, tendo aconselhado o Executivo a ter em conta os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) durante a produção do OGE.

Baseando-se em dados, o responsável trouxe à reflexão o município do Curoca, considerado mais pobre, de acordo com os dados do INE.

NOVO JORNAL

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Mais de 800 lotes para auto-construção dirigida

Jornal de Angola

5 De Agosto de 2020

Texto: Venâncio Victor

Oitocentos e um lotes infra-estruturados vão estar disponíveis, nos próximos dias, para auto-construção dirigida, no âmbito do plano de urbanização do município de Cacuso, a 74 quilómetros a Oeste da cidade de Malanje.

A informação foi avançada no último fim-de-semana pelo administrador municipal adjunto para a área Técnica e Infra-Estrutura, Duarte Ginga, durante a segunda reunião ordinária da Administração Municipal, que teve lugar no auditório do Centro de Formação Profissional de Cacuso.

Segundo o administrador, foram identificadas três áreas onde já teve início a desmatação para posterior loteamento.

Duarte Ginga explicou que a obtenção de lote deve ser feita o mediante um requerimento a ser entregue ao gabinete do administrador municipal.

Uma vez entregue o espaço, acrescentou, o beneficiário terá um tempo determinado para fazer o aproveitamento útil do espaço, sob pena de ser expropriado a favor do Estado.

Da lista de zonas identificadas para o loteamento, destacam-se os bairros do Grémio, com 332 lotes, Brita, com 248 e Zona Nobre, que fica entre as 28 casas e a Casa da Juventude, com 96 lotes.

Referiu que todas as áreas identificadas serão contempladas com espaços para os serviços públicos e comércio.

6.2 Casas de diamba

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2020

Texto: Luciano Rocha

A diamba, liamba ou riamba, como é pronunciada em Angola, consoante a origem do falante, considerada, entre nós, apenas estupefaciente e, por isso, proibida,

é utilizada lá fora na fabricação de alimentos, medicamentos, cosméticos e na construção civil.

Folhas, sementes e caule da diamba são, cada vez mais, aproveitadas na indústria de chocolates, cremes de beleza e medicamentos. Aliás, em Angola, o chá dela é usado, desde tempos imemoráveis, para minorar, por exemplo, os efeitos da asma. Jamais esquecerei o que presenciei, na década de 1960, numa das sessões semanais de julgamentos sumários, maioritariamente preenchidos com casos de pilha-galinhas, que decorriam na Polícia Judiciária, onde agora funciona a Procuradoria Militar.

No banco dos réus sentava-se um homem, talvez de 40 anos, franzino, de camisa branca e calças de caqui, ambas a darem sinais de terem servido de pijama e colchão no chão de um cela quente e húmida de qualquer cadeia de Luanda a abarrotar de autores de pequenos delitos, alguns deles nem isso. Rosto e olhos dele eram testemunhos de noite em claro, o constante arfar comprovava a doença que o fazia estar ali de mãos esqueléticas a torcerem-se.

E o réu, a custo, entre inspiração dolorosa e profunda seguida expiração de alívio momentâneo, tudo ao som de um gemido cavernoso que lhe saía do peito, explicou: os “senhores guardas” foram na minha casa e logo no encalço da caneca que estava a ferver, com as folhas do meu chá de diamba. Não acreditaram que era para tratar minha doença, me sorriram só atoamente, me falaram palavras muito de porcarias. Agora, senhor doutor juiz, o senhor que é doutor juiz e mais velho, me fala então, como vou ficar, sem meu remédio, ainda por cima preso sem ser gatuno, nem que fiz mal em ninguém?

Juiz Coutinho arrastou os óculos da testa franzida para o lugar deles e falou, na sua voz firme: absolvo o réu. Pode ir para casa e as melhoras, tenha cuidado. As bocas abertas na sala eram quase todas. Eu, jovem repórter do quotidiano luandense, fui para o jornal de peito a bater a minha alegria contida. Limitei-me a narrar o sucedido no meio do texto cheio de casos de pilha-galinhas e outros nem isso. Sem grandes pormenores, mas com a sentença de absolvição, por falta de provas, de “um suspeito de tráfico e consumo de droga”. E a notícia saiu. É que na década de 60 do século passado, em pleno regime colonial fascista, a censura existia mesmo e as ousadias pagavam-se caro.

Esta lembrança de tempos antigos, com censuras de amputar verdades, medos muitos e alegrias sussurradas ou faladas nos olhos, veio a propósito do aproveitamento que a diamba, planta que não requer grandes investimentos, basta-lhe água, podia ter em Angola. Na feitura de medicamentos,

produtos de beleza, alguns deles anunciados em várias televisões estrangeiras, até de guloseimas, mas, também, na edificação de casas. Neste último caso, como me mostrou um programa recente de uma estação portuguesa, com pouco investimento: caule da planta, cimento e água. Ainda por cima, os materiais usados tornam as habitações permanentemente frescas e resistentes a incêndios.

Angola, por motivos por demais conhecidos, atravessa mais uma fase de dificuldades económicas que a Covid-19 agravou, destapando o oceano de fragilidades que registamos em todos os sectores. O aumento da produção nacional para contrabalançar as importações de tudo e mais alguma coisa é dos caminhos que já começamos a trilhar, a confiscação de bens construído com dinheiros públicos em posse de privados é outro, mas há mais trilhos que podem ser desbravados. Num país onde a falta de habitação é gritante, o regresso ao adobe e à madeira, que ganham, igualmente, adesão lá fora, são outras opções a termos em conta e juntar à do caule de diamba.

6.3 Casas sociais para famílias vulneráveis

Jornal de Angola
7 De Agosto de 2020

A Organização Não-Governamental ATUS, parceiro do projecto "Luanda Emergência Covid-19", está levar a cabo um projecto habitacional na comunidade de Camizungo. Numa primeira fase, serão construídas 50 casas sociais para os moradores, que vivem em condições deploráveis de habitabilidade.

Em declarações ao Jornal de Angola, o director-geral da ATUS, Itamar Vieira, disse que o grande objectivo é ajudar os moradores de Camizungo a terem uma vida mais digna, no que toca as condições de segurança, higiene e habitabilidade, particularmente, em tempos de pandemia.

"Vamos construir casas a base de tijolos ecológicos, feitos com uma terra (areia) própria para este fim", explicou.

Acrescentou que, para aquisição das casas, as famílias terão de dar uma contribuição simbólica, além do apoio na construção da própria casa que escolher.

Itamar Vieira fez saber que o projecto está na fase de urbanização, com abertura e nivelamento das ruas de Camizungo e foram já construídas algumas casas modelos.

A ATUS, que há dois anos trabalha com a comunidade de Camizungo, tem instalado um centro social que atende as necessidades básicas daquelas famílias. O centro, antes da pandemia da Covid-19, atendia 300 crianças com aulas do ensino primário, saúde, alimentação e higiene.

"Hoje, desde a paralisação das aulas, atendemos diariamente, na nossa cozinha comunitária, 500 crianças com uma refeição. Criamos, também, um poço de água para acudir as necessidades desses moradores, que precisavam andar longos percursos para encontrar o precioso líquido", disse.

Para o desenvolvimento desses projectos, a ATUS conta com apoio de voluntários, parceiros nacionais e internacionais. A ONG está também a desencadear um programa de agricultura sustentável, artesanato e de corte e costura, que já tem gerado, para muitas famílias, recursos para a sobrevivência. Futuramente, será implementado um estabelecimento que vai servir de oficina de costura, carpintaria e produção de sabão artesanal.

"Acreditamos que juntos podemos ajudar o Estado angolano a transformar a vida de muitas comunidades. O nosso maior desejo é investir mais em projectos agrícolas. Trabalhar com o Governo, fazendo a nossa parte a nível de conhecimento e tecnologia social para ajudara população a ser produtiva", frisou.

6.4 FFH apressa vendas para conter ocupações ilegais de apartamentos

Jornal Expansão
7 De Agosto de 2020

D Fundo de Fomento Habitacional (FFH) está a acelerar a entrega de habitação em algumas centralidades de Luanda para evitar a contínua invasão e vandalização de que têm sido alvo os apartamentos concluídos, mas fechados há mais de um ano.

Esta foi uma das soluções encontradas pela entidade responsável pela comercialização dos projectos habitacionais do Estado, depois de ver a 17a Secção dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda dar razão a dois invasores, que permanecem em posse dos apartamentos ocupados na centralidade do Zango O, em Viana, apesar do lamentado do FFH que alega que os referidos apartamentos já têm proprietários legais que aguardam pela sua recuperação.

Uma outra medida para conter as invasões dos apartamentos nas centralidades passa pelo reforço da segurança em conjunto com as forças da ordem destas localidades.

Mais de 3 mil apartamentos estão fechados em Luanda e aguardam a sua comercialização, com as autoridades a apontarem 1 falta de infraestruturas como a causa para o não início das vendas, sobretudo no Zango O. Esta sentença que mereceu o recurso do FFH terá sido o despertar para uma realidade que tem sido denunciada há já algum tempo por cidadãos desesperados por uma habitação.

Para conter as invasões, o Fundo de Fomento Habitacional iniciou na semana passada o processo de entrega dos mais de 1.500 apartamentos da centralidade do Capari, localidade que também tem imóveis ocupados ilegalmente. Aqui, o FFH teve mais sorte e viu o Tribunal da Comarca do Dande (Bengo), dar-lhe razão, o que poderá permitir a recuperação de mais 150 apartamentos, que ainda continuam ocupados.

Apesar destas vendas, 1.700 apartamentos estão fechados na centralidade do Zango O, sem qualquer horizonte temporal para o início do processo de comercialização. Os imóveis do tipo T3 e T4 estão fechados há mais de 5 anos e alguns deles têm sido vandalizados.

O Expansão contactou o Fundo de Fomento Habitacional para saber concretamente o número de apartamentos vandalizados e invadidos nas centralidades do País, mas até ao fecho da edição não obteve qualquer resposta.

Faustino Diogo

6.5 Casas da vergonha

Jornal de Angola

8 De Agosto, 2020

Texto: Carlos Calongo

Para uma boa parte dos jovens angolanos continua válido o adágio segundo o qual -quem casa quer casa-, vontade acolhida pelo artigo 83^a da Constituição da República de Angola, que reflecte o compromisso do Estado com este direito fundamental dos cidadãos.

Sobre o direito à habitação e à qualidade de vida, corporizado no texto “Todo o cidadão tem direito à habitação e a qualidade de vida”, podemos aferir que por via dos vários projectos habitacionais realizados um pouco por todo o país, o Estado pode ser adjectivado como um ente que fez algo considerável, tendo beneficiado muitos cidadãos.

Ainda assim é mister dizer que o sonho de aquisição da casa própria, assim como o emprego, continua a ser a prioridade na agenda dos jovens, muitos deles “condenados” a iniciar a vida conjugal na condição de inquilinos, com todo o universo de desconforto que a realidade provoca, o que não poucas vezes roça o opróbrio.

Os senhorios, em inúmeras ocasiões agem com elevado prazer desumano, colocando condições ou se preferirem cláusulas contratuais, que deixam os inquilinos entre a espada e a parede, como se dizer-se, ao ponto destes obrigarem-se a expressar de uma única forma:- vou fazer então mais como, se preciso da casa-!

Entram nas contas da relação entre inquilino e senhorio - não importa a posição das partes aqui estabelecidas, a questão do défice de conhecimento dos meandros jurídicos legais que os negociantes denotam e que, com as excepções salvaguardadas, apenas olham para o que mais precisam.

E neste quesito, do que mais se precisa, ao proprietário do imóvel interessa a maior quantidade de meses pagos de forma adiantada e, ao arrendatário, o espaço para viver e proteger-se das intempéries naturais e outras, típicas da função primária que uma casa desempenha.

Feito o negócio, as partes, por via de regra, estabelecem o mínimo contacto possível ao longo da vigência do mesmo, pelo que a situação se altera em véspera de vencer o prazo contratual, com ligações telefónicas por parte do senhorio que, quando não aumenta o valor do arrendamento do imóvel, dizem precisar do mesmo, por terem um familiar que irá casar, entre outros contos com sentido vexatórios.

Perante o cenário acima exposto, que desequilibra qualquer jovem que, lutando para melhorar as suas condições de vida, ainda tem de aturar peripécias de vária ordem, a tendência de conseguir um espaço ganha força e, muitas vezes, não se tem a cabeça fria para percorrer o caminho certo para o efeito.

Da frustração de não ter casa própria à entrada em negociatas promovidas por intermediários (não os queremos tratar por correctores por serem mais burladores que sérios), o percurso é bastante ténue, bem como é o passo que leva à privação de liberdade, em que resultam muitos negócios de casas nas centralidades ou terrenos em vários bairros de Luanda.

O Kilamba, Sequele, Zangos são os espaços privilegiados em que adeptos do mal, fortemente apegados à ambição financeira, realizam as suas

ações, cujas histórias servem bem para best sellers, que venham a ser produzidas pela indústria de Hollywood, tal é a habilidade dos negociantes.

Os casos existem aos pontapés, como se diz, quer a nível das várias unidades da polícia nacional, Procuradoria-geral da República, Serviços de Investigação Criminal, Tribunais, etc.

Os implicados, muitos deles têm vários cadastros pela prática do mesmo acto, sem que se lhes conhece qualquer sanção exemplar na base das falcaturas por eles realizadas, parecendo existir uma espécie de máfia bem organizada, envolvendo pessoas bem posicionadas em certos órgãos que intervêm na administração da justiça, nas administrações municipais, etc.

Pois só assim se compreende a razão de muitos esbulhadores serem tomadas à seu favor, decisões de órgãos do Estado ante evidências mais do que claras, de que conseguiu a casa por via ilegal, e quando menos, se dão ao luxo de realizarem manifestação quando as medidas sobre as casas da vergonha não condiz os seus intentos macabros.

6.6 Invasores de casas do Capari desobedecem ordem da PGR

Jornal de Angola

8 De Agosto de 2020

Os indivíduos que ocuparam, ilegalmente, os 150 apartamentos do bloco 8, na centralidade do Capari, na província do Bengo, recusam-se a cumprir as ordens da PGR para abandonarem as residências.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, um dos ocupantes que preferiu o anonimato, afirmou que não vai abandonar o projecto habitacional e espera por uma negociação com o Governo a legalização do imóvel. “Não temos para onde ir com os nossos filhos, aqui só esperamos negociar com o Governo, para passarmos a cumprir os pagamentos mensais exigidos”, alegou.

Durante a conversa, disse ter gasto já “algum dinheiro” empregue na reparação do apartamento, que se encontrava totalmente vandalizado. Por isso, apela ao Governo que se encontre um “meio termo”, para resolver o problema, pois, justificam, as casas estavam abandonadas e, na sua maioria, vandalizadas.

Fernanda Tavares, outra invasora revelou que, entre os ocupantes, constam militares, professores e muitos agentes da Polícia Nacional

“Embora reconheçamos a nossa ilegalidade, pretendemos contratar um advogado para nos defender, porque queremos, apenas, um tecto condigno para morar e realizar o sonho da casa própria”, disse.

A representação do Fundo de Fomento Habitacional no Bengo, recusou falar à nossa reportagem, por alegada falta de autorização para o efeito. O *Jornal de Angola* soube, no local, que entre os ocupantes estão, moradores dos blocos 6, 9 e 10, que viviam antes na centralidade sob a condição de inquilinos.

6.7 Falta de pagamentos paralisa obras da nova urbanização

Jornal de Angola

Marcelo Manuel

Os trabalhos que decorriam para a edificação da nova urbanização de Ndalatando, capital do Cuanza-Norte, tiveram de ser paralisados, por falta de pagamento ao empreiteiro, soube ontem o *Jornal de Angola*, no termo da I sessão ordinária do Conselho de Auscultação Social e Económica do Governo Provincial:

Na leitura do resumo da reunião, presidida pelo governador Adriano Mendes de Carvalho, o porta-voz do Governo Provincial do Cuanza-Norte, Mayama Salazar, disse que os trabalhos, que continuam paralisados' atingiram apenas 16 por cento da sua execução física.

Durante a I sessão ordinária, as autoridades governamentais apresentaram, igualmente, aos membros do Conselho um total de 46 projectos em execução, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), orçados em mais de dois mil milhões e novecentos kwanzas.

Os projectos, que são, na sua maioria, ligados à construção e ao apetrechamento de escolas, unidades sanitárias, bens e serviços, terraplanagem, geraram empregos para 676 cidadãos, dos quais 343 do sexo feminino. Para o presente ano, o Cuanza-Norte, que inscreveu 52 projectos, dos quais 46 aprovados, recebeu do Executivo, no âmbito do PIIM, um total geral de 8.904.723.285,00 (oito mil milhões, novecentos e quatro milhões, setecentos e vinte e três mil, duzentos e oitenta e cinco) kwanzas.

Caça furtiva

Na ocasião, o governador Adriano Mendes de Carvalho condenou os indivíduos que praticam a caça furtiva e o abate indiscriminado de árvores para o

fabrico de carvão e madeira em toro, crimes ambientais que o responsável quer ver travados.

O governador referiu que, nos últimos tempos, a província tem registado diversas ocorrências ligadas a atropelos da fauna e da flora local, tendo" apontado a região do Luinha, no município de Cazengo, e em Cambambe como as localidades onde mais casos se verificam em acções de caça furtiva, de exploração ilegal da madeira em toro e do fabrico de carvão.

Adriano Mendes de Carvalho chamou a atenção do novo director provincial do Serviço de Investigação Criminal (SIC), subcomissário José Vunge, apresentado na sede do governo local, no sentido de prestar um combate cerrado ao negócio ilegal da vendadocarvãovegeta1, da carne de caça e da madeira.

6.8 Ordem controla 1.428 arquitectos

Jornal de Angola

11 De Agosto, 2020

Texto: Isaque Lourenço

A Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA) publicou, esta semana, através do Jornal de Angola, uma listagem de 1.428 profissionais como sendo os técnicos autorizados pelo país para o exercício legal da actividade.

O documento assinado pelo seu bastonário, o arquitecto Celestino Chitonho, é assumido como uma forma de alerta e também de sensibilização às pessoas que contratam os serviços, uma vez que apenas técnicos com carteira devem conceber e assinar projectos e fiscalizar empreitadas.

Para o arquitecto José Macuanda, inscrito sob o número 0713, o trabalho do arquitecto, embora nem sempre compreendido, deve ser entendido como de elevado valor social e económico.

Segundo ele, os arquitectos podem dar um grande contributo às cidades e , referindo-se no caso específico de Luanda, diz, por exemplo, que por se tratar da mais habitada, logo uma “cidade sufocada”, só estudos especializados podem trazer soluções funcionais à sua organização.

“As cidades para sobreviverem devem ser revitalizadas e esta é tarefa dos arquitectos e urbanistas aos quais devemos incumbir a missão de procurar soluções para temas como a mobilidade, acessibilidade, vias de comunicação etc, etc”, disse. No quesito formação especializada, o arquitecto diz

ser preciso muito trabalho, pois tal como noutras áreas profissionais, é gritante a falta de formação interna com a qualidade e custo desejável.

Já o arquitecto Daniel Carlos, com a carteira 0712, entende ser promissora a sua área de trabalho, devido ao estado das cidades e estilo de vida das populações.

Embora existam vários projectos governamental e também privados, que dão corpo aos trabalhos de arquitectura, a actual situação económico/financeira é para ele um factor adverso, o que, aliás, justifica a redução de solicitações, levando mesmo a que muitos arquitectos recorram a outras áreas.

O arquitecto de quem tivemos o ensejo de ver e conhecer projectos concebidos, uns implantados já e outros em fase de estudos, tem na falta de rigor e fraca organização no licenciamento de projectos e obras por parte de administrações um entrave e até mesmo factor de vulnerabilidade ao officio, pois permite-se a solicitação ou apresentação de projectos assinados por arquitectos não inscritos na ordem.

Sobre o custo dos projectos, estes variam de acordo com a intenção e o valor apresentado pelo solicitante. Todavia, afirma, os custos oscilam entre os 5 e 10 por cento da construção.

6.9 Construção de 500 apartamentos sociais por ajuste directo

Jornal Expansão

14 De Agosto de 2020

O Presidente da República autorizou a construção de 500 apartamentos sociais em três municípios de Cabinda por ajuste directo, depois de revogar um despacho em que ordenava a abertura de um concurso público para o mesmo efeito.

Segundo o Despacho Presidencial n. o 111/20, de 7 de Agosto, João Lourenço justifica a medida com "a necessidade urgente e na medida do estritamente necessário de se prosseguir com a construção dos 500 apartamentos sociais e as respectivas infra-estruturas internas, nos municípios de Cabinda, Cacongo, Buco Zau e Belize" . Assim, serão construídos 140 apartamentos no município de Cabinda, 120 no Cacongo, 120 no Buco Zau, e 120 no município de Belize.

"É autorizada a realização da despesa e a abertura do procedimento de contratação simplificada, pelo critério material, para a adjudicação dos contratos para a elaboração dos estudos e projectos,

empreitadas e fiscalização da construção de quinhentos apartamentos sociais", refere o despacho.

Desta forma, fica revogado o Despacho nº 213/19, de 2 de Dezembro, que autorizou a despesa e aprovou a abertura de um concurso público para a construção de infra-estruturas da centralidade de Cabinda no valor de 33,6 mil milhões Kz, dos quais 31,9 mil milhões Kz seriam para a "operacionalização do contrato de concessão e construção" e os restantes 1,6 mil milhões para a operacionalização do contrato de fiscalização.

Os contratos por ajuste directo, ou por contratação simplificada, representaram 85% dos gastos do Estado na contratação de bens e serviços em 2019. Apesar de os montantes gastos em concurso público terem disparado 1.433%, para 46 mil Kz, a adjudicação por via deste procedimento considerado o mais justo e transparente, representa, apenas 6% dos contratos celebrados entre as instituições do Estado e os privados.

Por cada 1.000 Kz gastos pelas entidades públicas no ano passado, 850 Kz foram na contratação de bens e serviços através de contratação simplificada (ajuste directo), de acordo com contas do Expansão baseadas em dados do relatório anual do serviço Nacional de Contratação Pública (SNCP).

José Cassanda

6.10 Governador anuncia reinício de trabalhos

Jornal de Angola
24 De Agosto de 2020

As obras da nova urbanização do Luena, paralisadas há cinco anos, por falta de financiamento, já foram retomadas, anunciou o governador provincial do Moxico, Gonçalves Manuel Muandumba.

O governador, que falava à margem da visita que efetuou no local, afirmou que, numa primeira fase, estão a ser feitos os trabalhos preliminares que incidem sobre a mobilização de empresas, verificação do plano 2021 e a revisão do orçamento.

Gonçalves Muandumba assegurou que todos os pressupostos estão a ser revistos junto dos Ministérios das Obras Públicas e do Ordenamento do Território, para evitar constrangimentos no decorrer das obras.

O governador afirmou que as obras foram interrompidas, numa altura em que o grau de execução física situava-se em cerca de 40 por cento e,

com o reinício dos trabalhos, a conclusão será num curto espaço de tempo (não especificado).

Numa primeira fase, a empresa chinesa Kora Housung – Angola, que está a dar continuidade da obra, vai concluir 441 apartamentos do tipo T3, num universo de três mil previstos.

Muandumba garantiu todo o apoio institucional necessário, para que as obras corram da melhor maneira possível. “Estamos com problemas da falta de casas aqui na província, e o nosso desejo é que estas obras terminem, para acudirmos a necessidade de alguma parte dos habitantes”, realçou.

O governador provincial do Moxico sublinhou que as estruturas centrais estão a envidar todos os esforços para continuar a honrar os compromissos, em termos de pagamento, no sentido de não comprometer o andamento das obras.

Casas económicas

Gonçalves Muandumba visitou ainda o projecto habitacional de 450 casas económicas, localizado no bairro 4 de Fevereiro, com obras já concluídas. Neste projecto, falta apenas a instalação dos serviços complementares como água, luz e saneamento básico

O governador do Moxico explicou, igualmente, que o referido projecto foi concebido para atender as necessidades habitacionais de um grupo de quadros que se desloca para aquela província do leste do país, no cumprimento de missões de trabalho.

6.11 Invasores têm 72 horas para deixar apartamentos

Jornal de Angola
18 De Agosto de 2020

O Tribunal da Comarca do Dande, em Caxito, província do Bengo, deu, ontem, um prazo de 72 horas para que os cidadãos que ocuparam ilegalmente 150 apartamentos, no bloco 8, da centralidade do Capari, abandonem livremente as casas, sob pena de serem processados criminalmente.

A medida deveu-se ao não cumprimento da certidão de sentença da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal da Comarca do Dande, que indica que os cidadãos que ocuparam ilegalmente apartamentos na centralidade deverão fazer a restituição ao Estado angolano, na pessoa do Fundo de Fomento Habitacional.

No cumprimento desta decisão, foram colocados selos nas portas de alguns apartamentos do bloco 8,

onde foi notória a ausência de alguns ocupantes ilegais e algumas portas fechadas.

O bloco 8 comporta 30 edifícios com mais de 5.250 habitantes. Em declarações à Angop, o coordenador do bloco 8, Paxi Silva, considerou a situação preocupante, adiantando que espera do Governo boa-fé no processo de desalojamento.

Por seu turno, o advogado de defesa, Jeovete Domingos, é de opinião que se deve abrir uma excepção na aplicação das medidas de desalojamento, para acudir as 496 famílias que se encontram nesta situação.

Há cerca de três meses, 150 residências do tipo T3, desocupadas há mais de sete anos, na centralidade de Capari, província do Bengo, foram invadidas por cidadãos oriundos de Luanda e Bengo.

A centralidade de Capari foi concebida para quatro mil fogos e prevê albergar uma população estimada em 24 mil habitantes, desenvolvendo-se numa área total de 90,5 hectares, incluindo a área adicional onde foram construídos equipamentos sociais colectivos. Entretanto, há cerca de duas semanas o Ministério Público, em representação do Estado angolano, interpôs uma providência cautelar de restituição provisória de posse no Tribunal da Comarca do Dande contra os cidadãos que invadiram o bloco número oito da centralidade de Capari e que habitam nele ilegalmente.

Um total de 1.174 apartamentos da tipologia T3 começou a ser entregues, desde o dia 27 de Julho, pelo Fundo de Fomento Habitacional, a funcionários públicos de Luanda e Bengo, na modalidade de renda resolúvel, devendo pagar as prestações em trinta anos.

Subdivididos em onze sectores urbanos (blocos), separados entre si pelas vias primárias da urbanização, não existe diversidade nos edifícios habitacionais que a centralidade disponibiliza, limitando-se a apartamentos do tipo T3 com duas variantes (A e B), em edifícios de dois pisos.

6.12 Administração da massa falida em guerra com ex-colaboradores

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2020

Texto: Isaque Lourenço Domingo

São 17 viaturas, 60 residências na Urbanização Boa Vida (UBV) e um ano e meio de salários atrasados os três principais assuntos que alimentam um braço de

ferro entre os ex-colaboradores do Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) e a administração da Massa Falida da instituição financeira angolana.

Os anúncios sucessivos feitos nas páginas do Jornal de Angola, no mês de Julho, pela administração da Massa Falida do BANC, são vistos como uma exposição de identidades em praça pública sem razões justificáveis.

As viaturas adquiridas em anos idos e muitas delas já fora dos prazos de garantia, actualmente, são uma Toyota Rav 4, seis (6) Suzuki Jimny, seis (6) Hyundai Santa Fé, três (3) Hyundai IX35 e uma Volvo XC60, que continuam na posse dos ex-colaboradores, 18 meses após a falência do banco.

No comunicado do dia 22 de Julho, o administrador da Massa Falida, Sérgio Eduardo Sequeira Serrão, assinou o anúncio que dava um prazo de quatro dias aos beneficiários para a entrega dos meios. Findo tal período, a recolha seria coerciva com a ajuda das forças policiais.

Conforme contam os ex-colaboradores, os oficiais de diligência encarregues do processo usam de arrogância e desrespeito para com o grupo e chegaram mesmo, nalguns casos, de ir à casa de colegas e sem a presença destes para receberem as chaves das viaturas estacionadas, através dos filhos.

Embora reconheçam que as viaturas lhes foram atribuídas no exercício das funções de direcção e chefia, sentem-se no gozo do direito de preferência no caso de abate das mesmas. Por isso, acusam a gestão da Massa Falida de pretender apossar-se dos meios sem dar-lhes a possibilidade de concorrerem a cada um dos meios postos em leilão.

Outra divergência, segundo relato dos que já entregaram as viaturas solicitadas, é que o preço de leilão está muito acima do custo inicial do referido meio. Ou seja, viaturas compradas a três ou quatro milhões de kwanzas, na altura, estão a ser abatidas ao preço de seis ou sete milhões. Logo, discordam e dizem que vão bater-se nos tribunais, para que os seus direitos sejam respeitados. Sobre o crédito à habitação, os ex-colaboradores lembram que os mesmos foram obtidos, legalmente, em 2014.

Crédito de Akz 40 milhões

As residências em disputa na Urbanização Boa Vida custaram entre 25 a 40 milhões de kwanzas, avaliação do momento da contratação do crédito. Os ex-colaboradores devem liquidar através de prestações definidas num prazo de até 360 meses (30 anos).

A verdade é que os mesmos se dizem impossibilitados de pagar as prestações, uma vez estarem sem remunerações e sem conhecimento do que têm direito no quadro do vínculo laboral.

Por tudo isso, o grupo de ex-colaboradores do Banco Angolano de Negócios e Comércio acusa de má-fé as opções assumidas, até aqui, inicialmente pela administração provisória indicada pelo banco central e agora pela gestão da Massa Falida da instituição.

Dizem-se espantados com a cobrança do crédito à habitação sem que se pronuncie sobre os 18 meses de salários atrasados dos cerca de 200 trabalhadores.

“Há quem só de indemnizações, sem contar os salários, poderá receber à volta de sete ou 10 milhões de kwanzas por aí, mas todos estes cálculos podem estar errados, uma vez faltar diálogo para que se conheçam os direitos e deveres de cada uma das partes”, disseram.

Alguns dos colegas, segundo explicam, convocados pela Massa Falida foram notificados da urgência de liquidarem 16 prestações de créditos tidas por atrasadas. Para eles, é impossível considerar haver atrasos, pois a contrapartida para a liquidação das obrigações contraídas com o banco é o salário de cada um.

Conforme disseram, até ao momento, nunca foram chamados para quaisquer negociações, embora saibam de colegas, repescados pela administração da Massa Falida, os quais estão a prestar serviço sob condições contratuais que o grupo desconhece totalmente.

Sem emprego à vista

A situação dos ex-colaboradores fica mais apertada ainda quando se sabe que sem a declaração de idoneidade, que deveria ser passada pela administração provisória ou mesmo agora pela Massa Falida, nenhum deles pode concorrer e ser admitido como quadro efectivo noutros bancos. Nas condições actuais, apenas podem vincular-se como colaboradores, mas sem os direitos dos anos de experiência de labor adquiridos no BANC.

Todo este cenário coloca muitos destes bancários como indigentes, neste momento.

Relatos na primeira pessoa contam sobre extrema carência, falta de dinheiro para muita coisa, incluindo para o suprimento de necessidades básicas como alimentação, transporte e saúde dos ex-bancários.

Outro banco no negócio

Embora achem estranho o silêncio e ausência de uma comunicação formal, os ex-colaboradores dizem que determinados clientes foram notificados pela Massa Falida sobre a existência de uma conta, num outro banco privado angolano, aqui propositadamente omitido, para a liquidação dos compromissos contraídos junto da instituição falida.

Trata-se de empresas e clientes em nome individual, os quais têm obrigações creditícias com o banco e foram indicados para proceder aos pagamentos nas novas coordenadas bancárias.

Património em liquidação

O grupo diz ter ouvido que os anteriores administradores do banco estão foragidos, uma situação que não podem confirmar. Ainda assim, assumem ter tomado conhecimento da liquidação do escritório de representação sediado em Portugal e de alguns imóveis do banco, aqui em Luanda, sem contudo notificação pública do processo de leilão.

Quanto às agências de Luanda e fora da capital, o património mobiliário e outros existentes, também desconfiam estar-se a fazer a liquidação a favor de terceiros de modo clandestino, situação estranha, segundo dizem, pois que os trabalhadores em nenhum momento estão a ser notificados a participar da alienação do património entre os quais contam-se aparelhos de AC, escritórios e outros imóveis.

Nessa perspectiva, os mesmos não acreditam na falta de condições financeiras do banco para liquidar os deveres contraídos com os ex-colaboradores, pois o património do banco é suficiente para cobrir tais responsabilidades.

O histórico

O BANC, como instituição financeira, deixou de exercer funções desde 5 de Fevereiro de 2019. Neste período, quem estava a responder já não eram os administradores mas uma entidade provisória nomeada pelo BNA. A administração provisória tomou posse com a intenção de concretizar o saneamento do banco, ou seja, devolver à instituição a saúde financeira. Tal objectivo foi por água abaixo por motivos, eventualmente, ligados ao crédito malparado e à falta de liquidez. O banco precisava de um aumento de capital não realizado no tempo previsto pelos accionistas. Diante das irregularidades, o banco central retirou-lhe a licença.

6.13 Município de Talatona com mais 140 moradias

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2020

O município de Talatona, na província de Luanda, vai contar com mais um projecto imobiliário, com 140 residências, das tipologias T4 e T5. As obras começaram na semana finda e, de princípio, vão durar um ano.

O complexo habitacional, denominado “Condomínio Souvernir”, vai ter também lojas, farmácias, ginásios, escola do I e II ciclos, centro infantil, biblioteca, auditório, campo multiuso, bancos, ginásio, restaurantes, estufa, entre outros equipamentos sociais.

O projecto, avaliado em sete mil milhões de kwanzas, ocupa uma zona de seis hectares e vai criar cerca de 400 empregos directos, dos quais 97 por cento para jovens angolanos residentes nas imediações.

Segundo Nuno Sebastião, presidente do conselho de administração da Exlis, promotora do projecto, as residências da tipologia T4 vão custar 35 milhões de kwanzas e as T5 vão ser vendidas a 45 milhões de Kwanzas.

“Os interessados que procederem ao pagamento na totalidade ou 30 por cento do valor e garantia bancária vai receber de imediato as chaves e toda a documentação de titularidade do imóvel, entre os quais a escritura e direito de superfície”, garantiu Nuno Sebastião.

Minéulia de Carvalho, administradora do Condomínio “Souvernir”, disse que o projecto habitacional está a ser construído com material local, para potenciar o empresariado nacional. “Acreditamos na mão-de-obra angolana e nos produtos locais, muitos dos quais com mais durabilidade que os importados”.

A componente ambiental também é outra das preocupações da direcção do projecto, daí a existência de uma estufa, que já está a produzir plantas e árvores.

Administrador local enaltece parcerias

O administrador do Talatona, Ermelindo Pereira, enalteceu as vantagens das parcerias público/privadas, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo Ermelindo Pereira, a província de Luanda, em especial o Talatona, tem um défice muito grande

em termos de habitação, principalmente para a juventude, daí esperar que esse projecto venha dar algum alívio a essa necessidade e sobretudo na componente de emprego.

Ermelindo Pereira promete apoio a todo o empreendedor que queira investir no município do Talatona.

6.14 Urbanização Boa-Vida no centro das maiores polémicas

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2020

Os ex-colaboradores do Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) alegam sobre uma pretensa negociata entre os vários actores no processo, acusando-os de terem interesses nas habitações da Urbanização Boa-Vida, em Belas, Luanda.

Falam da pretensão de expropriação para repasse a outros grupos, uns até ligados ao processo e, por sinal, muito influentes. Lembram que o BANC concedeu crédito habitação a vários funcionários e para vários projectos habitacionais existentes.

Curioso, consideram, é que umas quatro ou cinco pessoas e algumas até com laços familiares ao sócio-maioritário não são citados, mesmo estando na mesma situação, enquanto os outros, embora sem laços, também não constem das notificações feitas pelas páginas do jornal. Acrescentam existirem clientes particulares com crédito habitação e de aquisição de lojas no referido projecto não citados em nenhum dos anúncios até aqui divulgados.

“Nunca ninguém da actual administração ligou para nós a dizer que precisamos negociar sobre os financiamentos das nossas habitações. Os nossos advogados não receberam notificação nenhuma e, entretanto, começamos a ver existir dois pesos e duas medidas para uma mesma situação”, disseram.

O grupo admite a existência da dívida e de que durante anos terá de amortizá-las, pois, “na vigência dos vínculos contratuais nunca deixaram de pagar quaisquer prestações devidas ao banco.

Actualmente, por ordem da administração da Massa Falida, de acordo com o grupo, aquelas pessoas, cujas casas ainda não estão terminadas, sabem que as obras das mesmas estão paralisadas e as já concluídas, mas ainda sem as chaves, também não serão dadas as mesmas, por ordem da gestão.

Diante dos factos, o grupo quer saber sobre que critérios estão a ser usados para expor uns e proteger outros, bem como porque aqueles que muito precisam de protecção serem os que menos gozam dela no momento.

Na Urbanização Boa-Vida, os créditos que o banco cedeu aos seus funcionários visou três tipologias de habitação: T3 térreo, de 25 milhões, T3 Duplex, de 30,2 milhões e uma terceira, não especificada, avaliada em 42 milhões de kwanzas.

Os visados dizem ter conhecimento de interessados na compra das casas dos colaboradores, para as revender, aproveitando-se do facto de os beneficiários em causa estarem desempregados e revelarem alguma fragilidade financeira.

Sobre o assunto, o Jornal de Angola procurou ouvir, para o devido cruzamento, a administração da Massa Falida, mas tal intenção foi sem êxito. Na sede do banco, em Talatona, o secretariado em serviço prometeu contacto para breve com o jornal, mas passadas três semanas, não responde e nem retorna as chamadas e mensagens enviadas.

6.15 Contratos para terrenos assinados segunda-feira

Jornal de Angola
26 De Agosto de 2020
Texto: André Sibi

Os candidatos sorteados, em Março, para a aquisição de terrenos infra-estruturados na centralidade do Kilamba, em Luanda, começam a fase de entrevistas e assinatura de contratos na próxima segunda-feira, anunciou, ontem, Jaqueline Coelho, directora de Marketing Vendas da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI).

"Já começamos a ligar para os candidatos seleccionados em Março e estes, a partir de segunda-feira, vão à sede da EGTI, no Talatona, para serem informados sobre os preços dos lotes e o valor inicial a pagar pela parcela solicitada, bem como as condições para o iniciadas obras depois do acordo entre as partes", disse.

A directora de Marketing da EGTI indicou que cada metro quadrado de terreno infra-estruturado vai custar, no mínimo, 43 mil kwanzas. "Não vamos receber candidatos que não foram notificados para a entrevista", alertou.

Numa primeira fase, disse, a empresa vai atender até dez candidatos por dia, um número que pode

aumentar à medida que os funcionários se vão adaptando às condições de trabalho em tempo de pandemia.

"Nós temos mais de 41 mil candidatos sorteados para os 500 lotes de terrenos de 15 metros de largura e 25 de comprimento, localizados na centralidade do Kilamba, razão pela qual vamos dar até dois dias para que o candidato decida se vai ou não ficar com o espaço solicitado", frisou.

A responsável explicou que dos 41.265 candidatos inscritos, aqueles que não forem contemplados nesta primeira fase vão ser notificados para receber parcelas de terreno em outras localidades, como o Zango Cinco, que já tem espaços infra-estruturados disponíveis.

Sublinhou que os candidatos que já possuem residências e estabelecimentos comerciais nas centralidades, um pouco por todo o país, à partida estão excluídos do processo, através da base de dados do Fundo Nacional de Habitação ..

Miguel Capitão, director do Gabinete de Estudos e Investimentos da EGTI, explicou .que os espaços de 15 por 25 metros disponíveis vão permitir ao cliente construir uma residência de um ou dois pisos, com três quartos, sala, cozinha, dispensa, casas de banho, garagem para duas viaturas e espaço para uma piscina.

No ano passado foram inscritos 54.985 candidatos, dos quais 41.265 foram seleccionados para aquisição de lotes para construção de edifícios unifamiliares, espaços culturais, de lazer, de serviços, comércio, ensino e saúde.

6.16 Construtora assegura que fez coisas que «não estavam sequer previstas)

Novo Jornal
28 De Agosto de 2020

O responsável da Obra-Prima Manutenção refere que, para proceder aos trabalhos de reordenamento das residências, a construtora contou com a assistência de um grupo de arquitectos e que, nos 75% dos trabalhos já executados, foram feitas obras inclusivamente que não estavam previstas no contrato assinado com o Governo da Província de Luanda.

"O projecto foi feito com muito carinho, com a envolvimento de um gabinete de arquitectos, que nos ajudou a fazer o reordenamento das casas. Falámos

com cada uma das famílias [cujas casas foram demolidas para dar lugar a outras residências, destinadas às mesmas famílias desalojadas], para que percebessem o que estávamos a fazer. Fizemos coisas que não estavam, sequer, previstas, coisas como o saneamento básico", afirma Fernando Júnior.

Em declarações ao Novo Jornal, o engenheiro descreve um conjunto de estruturas que dão suporte às oito residências em construção no local.

"Há toda uma infra-estrutura que não é visível, porque as casas já se encontram por cima de esgotos e de uma fossa séptica comunitária, que nós também já construímos, já existe um tanque para fornecer água àquelas casas onde estamos a intervir. Tudo isso faz parte do projecto", realça.

Insiste no destaque ao trabalho de reordenamento das casas: "As casas serão, exactamente, como eram, mas de uma forma mais ordenada e de enquadramento da própria rua. Quando terminarmos, vai ser possível uma ambulância passar por ali, na rua. Tivemos alguns cuidados. As casas ali estavam desordenadas, umas entravam noutras, mas já foram ordenadas. Portanto, todas elas agora têm pilares e vigas, que as mantêm alinhadas".

Réplica dos compartimentos das novas casas em relação às demolidas

Fernando Júnior informa, em entrevista ao NJ, que a definição dos compartimentos das novas residências foi feita a partir de levantamentos efectuados às antigas estruturas das residências das oito famílias.

"Os compartimentos das casas foram todos reordenados, sempre em sintonia com os moradores, mas mantêm, exactamente, os números de cômodos que tinham. Ou seja, se era uma casa de quarto e sala, ela será de quarto e sala, se era de dois quartos, ela será de dois quartos", explica o responsável da empresa Obra Prima Manutenção.

Sublinha, entretanto, alguns itens que não terão constado das estruturas das casas demolidas: "O que acrescentámos foi uma casa de banho, e todas as casas de banho vão ter duche, lavatório e sanita, coisa que não acontecia anteriormente".

.AV

6.17 Do Imposto Predial Urbano para o Imposto Predial: a propósito do alargamento da incidência

Novo Jornal

28 De Agosto de 2020

A reforma do Sistema Tributário angolano encontra-se - hodiernamente -, num prisma de consolidação sustentável. Com efeito, no dia 9 de Julho de 2020, através da Lei n.º 20/20, com data de entrada em vigor 30 dias após a sua publicação, foi aprovado o Código do Imposto Predial, revogando, além de outros, por consequência lógica sistemática -, o Diploma Legislativo n.º 4044, de 13 de Outubro de 1970, que aprova o Código do Imposto Predial Urbano. Portanto, passou-se do Imposto Predial Urbano para o Imposto Predial

O Código do Imposto Predial, revoluciona o imposto sobre o património em referência, trazendo definições e delimitação de conceitos fundamentais que, outrora, eram, salvo melhor, motivos de dúvidas e que constituíam empecilhos na fiscalização tributária. Na sequência, teleologicamente, dentre variadíssimas novidades, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º, o Imposto Predial incide sobre o valor patrimonial ou da renda dos prédios urbanos e rústicos e, também, sobre certas transmissões de bens imóveis - quer sejam gratuitas quer sejam onerosas, independentemente do procedimento operativo da transmissão.

Nos termos do artigo 16.º do Código do Imposto Predial, a taxa sobre a detenção dos prédios urbanos será determinada da seguinte maneira: (i) nos prédios de valor patrimonial de até cinco milhões a taxa é de 0,1%; (ii) nos prédios de valor patrimonial, entre cinco milhões a seis milhões, o valor será, residual, de cinco mil kwanzas; (iii) nos prédios com valor superior a seis milhões de kwanzas, sobre o excesso de cinco milhões de kwanzas, a taxa será de 0,5%. Cumpre referir que, a taxa sobre os terrenos para construção é única de 0,6%.

O Código de Imposto Predial, nos termos do n.º 4.º do artigo 16.º, resolvendo históricas questões sobre o rendimento colectável, bem como sobre o cálculo e resultado da respectiva taxa aplicável no caso de imóveis arrendados, literalmente, postula que a mesma é de 25%.

Destaca-se que, verificando-se as situações previstas no artigo 17.0 do Código de Imposto Predial, agravar-se-á, adicionalmente, em 50% o imposto que resultar dos factos de desocupação, por certo lapso de tempo (legalmente postulado) de prédios, não aproveitamento útil e efectivo de terrenos, também, por certo lapso de tempo legal. Acresce que, nos termos do artigo 18.0 do Código de Imposto Predial, salvo melhor, de bases para um desejável e futuro imposto único sobre o património, aplica-se a taxa de 2% na transmissão dos bens imóveis, realizadas através das formas, exemplificativamente, indicadas no Código de Imposto Predial.

No nosso ponto de vista, as pessoas singulares, bem como as colectivas que possuem patrimónios em números significativos e sem utilização, executarão procedimentos de planeamento fiscal, com o fim de obtenção de rendimentos em valores menos apelativos ou efectuarão processos de venda em pacotes, para efeitos de diminuição de custos e/ou dispersão das fontes de provisão financeira para cumprimento das obrigações tributárias e outras.

Assim, no caso da escolha da diminuição do património, expectavelmente, os preços para quaisquer formas de transmissão ou figuras parcelares, encontrar-se-ão muito influenciáveis pelas questões tributárias, pela adopção dos melhores procedimentos legais de efectivação, pela Lei da oferta e da procura, no sentido de vira resultar externalidade de muita procura e muita oferta mas sem haver harmonização de pretensões ao ponto de serem celebrados vínculos transmissivos.

Cumpre referir que, com respaldo no artigo n.º 2 da Lei que Aprova o novo Código do Imposto Predial, aguardamos pela regulamentação, dentre outros, dos aspectos essenciais e melhor ajuste dos procedimentos de organização, conservação, alteração, renovação, substituição de matrizes, inscrição, avaliação e reavaliação dos prédios quer rústicos quer urbanos, para efeitos de mais harmonizável fiscalidade.

Por fim, especialmente, as empresas deverão implementar procedimentos de reestruturação tributária, no sentido de se planearem as melhores formas de cumprimento das obrigações fiscais e que se manifestem, financeiramente, menos onerosas.

6.18 EGTI inicia negociação com os sorteados para aquisição de terrenos

Jornal Expansão
28 De Agosto de 2020

A Empresa Gestora de Terrenos e Infra-estruturas (EGTI), inicia, na próxima segunda-feira, a negociação dos lotes de terrenos com os candidatos sorteados em Março.

Os candidatos apurados começam a fase de entrevistas e só depois do acordo entre as partes é que serão assinados os contratos que permitem iniciar as obras de construção das habitações e outros empreendimentos previstos para os 560 lotes disponíveis.

De acordo com a directora de marketing e venda da EGTI, Jaqueline Coelho, os cidadãos sorteados em Março vão ser notificados com a indicação do dia da entrevista. "Todos os sorteados serão notificados por SMS ou e-mail com a indicação do dia e hora que devem comparecer para entrevistas. E só serão atendidos com base nesta notificação. Ninguém será atendido sem notificação", disse

No caso das habitações, a EGTI irá propor aos candidatos os modelos a serem edificados para preservar a harmonia urbanística da zona. "Desenhámos quatro tipos, dois para cada tipologia, entre habitação térrea e de um piso, para que o promotor tenha a possibilidade de escolher a que mais gostar. A intenção é garantir que não hajam construções anárquicas que furem ao projecto urbanístico da zona", explicou Jaqueline Coelho.

Entre os lotes sorteados existem também espaços para a construção de empreendimentos para o desenvolvimento de actividades comerciais

Os candidatos apurados à compra de terrenos infra-estruturados para a construção de habitações, na central idade do Kilamba, vão pagar entre 13 a 17 milhões Kz. Os preços variam em função do número de pisos do imóvel e da sua localização.

Um metro quadrado para a construção de uma habitação de dois pisos, no primeiro sector, vai custar o equivalente a 75,15 USD e do terceiro sector com um piso 97,06 USD.

A habitação multifamiliar de cinco pisos (para actividade comercial) do primeiro sector está no valor de 141,72 USD e do terceiro sector 128,83 USD.

Apesar das facilidades apontadas pelos promotores, depois do acordo entre as partes, os contemplados devem pagar uma prestação inicial igual ou superior a 20% do valor total da parcela.

M.C.

6.19 «Esperemos que o GPL resolva o pagamento a empreiteira»

Novo Jornal
28 De Agosto de 2020

Jaia Borges, que coordena a Comissão de Moradores do Bairro Prenda, augura que o Governo provincial de Luanda (GPL) e a construtora Obra Prima Manutenção ultrapassem o impasse que condiciona o prosseguimento dos trabalhos de construção das oito residências das famílias desalojadas, depois da remoção da imponente grua, em Maio último.

"Esperemos que o GPL resolva o pagamento à empreiteira. Segundo sabemos, a Obra Prima [Manutenção] chegou num momento em que tem estado a gastar os seus próprios valores para dar continuidade às obras. Parece que eles exigem ao GPL o pagamento de por aí 50% a 70% das obras já executadas. É preciso que encontrem solução": apela morador.

Em declarações ao NJ, o homem que coordena, há seis anos, a Comissão de Moradores do Bairro Prenda confirma o pagamento da renda do mês de Setembro às oito famílias desalojadas.

"Confirmamos, sim, que já foram pagos a todas as famílias envolvidas neste processo de desalojamento os valores referentes à renda de Setembro", assegura Jaia Borges, cuja instituição que dirige controla 280 membros.

Informa que a Comissão de Moradores efectuou; no início desta semana, uma visita de cortesia às respectivas famílias, garantindo que estas se encontram "bem acomodadas".

"Na verdade, a nossa maior preocupação são as quatro famílias que dependiam directamente das suas casas, porquanto outras quatro tinham as casas em renda, não moravam nelas", refere o líder associativo.

.AV

6.20 Fundo Habitacional assume urbanização Vida Pacífica em substituição da SONIP

Jornal Expansão
28 De Agosto de 2020
Texto: Faustino Diogo

A urbanização Vida Pacífica vai passar para a gestão do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), que com este passo chama a si a responsabilidade da única centralidade em Luanda que até então não estava sobre o seu domínio.

O processo já está em curso, segundo apurou o Expansão, embora existam ainda algumas incertezas. Sobretudo as relacionadas com os funcionários do grupo Sonangol residentes nesta localidade. "Ainda não está decidido como ficará a situação dos trabalhadores da Sonangol", disse uma fonte ligada ao processo.

Nesta urbanização existem moradores da Sonangol que foram contemplados pela imobiliária da petrolífera nacional ao abrigo de acordos existentes na empresa e cidadãos que adquiriram os imóveis na modalidade de propriedade resolúvel nos processos de venda livre dos projectos habitacionais do Estado.

Há dois anos, quanto o FFH assumiu a gestão das habitações do Estado em substituição da Imogestim, mas esta urbanização continuou sob a responsabilidade da SONIP com a justificação que os prédios habitados até àquele momento eram propriedade da Sonangol

Na altura, passou para o Fundo de Fomento Habitacional, a parte da urbanização que não estava habitada (assim continua), que ganhou a designação de Zango Zero.

A situação dos trabalhadores da Sonangol residentes nesta zona de Viana não é a única incerteza. Por clarificar está também a questão do pagamento das habitações. É que os residentes da urbanização Vida Pacífica continuam a pagar as prestações mensais indexadas ao dólar, apesar de ter sido definido um valor único em função da tipologia dos apartamentos, aumentado assim os anos de pagamento dos imóveis

Das várias tentativas feitas pelas comissões de moradores junto da SONIP nenhuma obteve o aval desta imobiliária para que os contratos deixassem de estar "agarrados" a moeda norte americana. E devido a desvalorização do kwanza face ao dólar, estes moradores viram o valor das habitações dispararem.

Agora com a entrada em cena do FFH a expectativa é que esta urbanização passa a ter o mesmo tratamento que as restantes centralidades. "Esperamos que agora passamos a ter o mesmo tratamento que os moradores das outras centralidades têm. Desindexação do dólar aos pagamentos e a possibilidade dos imóveis serem pagos em 30 anos", disse um morador da Vida Pacífica.

Zango Zero aguarda por comercialização

Mais de setecentos apartamentos na centralidade do Zango Zero (outra parte da Vida Pacífica) continuam fechados sem data para a sua comercialização, quase dez anos depois da sua conclusão.

A falta de infra-estruturas externas é apontada como justificação para que estes imóveis não sejam vendidos. No mês de Fevereiro, o secretário de Estado para a habitação, Joaquim Silvestre, avançou que estes imóveis só serão vendidos quando houver dinheiro para a conclusão das infra-estruturas em falta.

Enquanto isso não acontece, apartamentos e prédios estão a ser vandalizados e alguns mesmo invadidos por vários cidadãos a semelhança do que está a acontecer em outras centralidades com casas fechadas.

O Expansão contactou o Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território e o Fundo de Fomento Habitacional para o esclarecimento da situação e até ao fecho desta edição (quarta-feira 26), não obtivemos qualquer resposta das suas áreas de comunicação.

6.21 GPL informa -se sobre termos do contrato e prepara alterações pontuais

Novo Jornal

28 De Agosto de 2020

Texto: Álvaro Victória

Há três meses no trono do Palácio da Mutamba, Joana Lina terá encontrado, entre os vários complexos dossiês sob égide do GPL, o processo de realojamento das oito famílias cujas casas foram demolidas, em Maio, após a retirada da «Grua do Prenda», na vigência da liderança do seu antecessor, Sérgio Rescova. Em face dos valores «em jogo» no referido contrato, a mulher que governa a capital do País terá optado por rever todo o processo, recusando-se a desembolsar qualquer tranche à empreiteira, avança fonte do NJ.

"O valor desta empreitada não foi previsto, ou seja, não se encontrou, a nível dos cofres do GPL, quantia alguma destinada a pagar a empresa que está a construir aquelas casas no Prenda. O que o elenco da governadora decidiu fazer foi rever, antes, os termos deste contrato, para posterior tomada de decisão", realça um quadro da área técnica do Governo da Província de Luanda.

A fonte deste jornal esclarece que, segundo os documentos em posse do GPL, o valor total da empreitada está orçado em 57 milhões de kwanzas, ao contrário dos 50 milhões Kz que têm vindo a ser referenciados.

"Neste momento, de acordo com os autos de medição da obra já erguida, o GPL deve à empreiteira 21 milhões Kz, mas o valor total para 'fechar' o pagamento de toda a obra são 41 milhões Kz. Trata-se de uma quantia que não foi prevista, pelo que se estão a encontrar as melhores vias de se resolver a questão e atender às preocupações das famílias que, neste momento, se encontram desalojadas, apesar de estarem assegurados os valores da renda de outras residências", observa.

Gestão do processo muda de direcção

Não obstante o assunto sobre o processo de realojamento das famílias cujas casas foram demolidas após a remoção da «Grua do Prenda» não estar ainda encerrado, é um "dado quase certo», observa a fonte, que a condução do processo deverá conhecer mexida.

Conforme o técnico do GPL, a gestão do processo deverá sair da jurisdição da Direcção provincial de Trânsito e Mobilidade para a liderança de um dos vice-governadores.

"É um dado quase certo que este processo não continuará nas mãos da Direcção de Trânsito. Deverá ser entregue à área Técnica e Infra-Estruturas", avança a fonte deste jornal.

GPL está a dar a «devida atenção» à questão

Contactado pelo NJ, o Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII) do GPL refere que o assunto sobre o realojamento das oito famílias no Prenda está a ser tratado "com a devida atenção» pelo pelouro de Joana Lina.

"É um assunto que está a merecer o devido tratamento, para que estejam salvaguardados todos os direitos das famílias», garante Ernesto Gouveia, director do GCII do Governo provincial de Luanda.

alvaro.victoriaenovojournal.co.ao

6.22 Pagamento de 21 Milhões de kz condiciona avanço das obras, GPL examina contrato

Novo Jornal

28 De Agosto de 2020

Texto: Álvaro Vitória

Um processo de reavaliação do contrato firmado entre o Governo da provincial de Luanda (GPL) e a empresa Obra Prima Manutenção - encarregue da remoção da «Grua do prenda», demolição de casas em volta e construção de oito novas residências - está na base da paralisação das obras. O Novo Jornal sabe que a entrada em cena de Joana Lina no Palácio da Mutamba impôs uma revisão ao referido contrato, estando sobre a mesa das discussões as modalidades que ditaram os 57 milhões de kwanzas a que o GPL «versão» Sérgio Luther Rescova se comprometeu em pagar à empreiteira.

Fontes deste jornal sublinham que as partes se viram motivadas a suspender as obras de construção de oito casas no espaço adjacente, onde, durante mais de 40 anos, esteve instalada uma imponente grua, com cerca de 100 metros de altura e mais de duas toneladas, que coloca em risco a segurança de centenas de moradores.

Do lado da Prima Manutenção, empresa de direito angolano, pesou, descrevem as fontes, um sentimento de incumprimento da entidade contratante, relativamente ao pagamento das tranches do valor das obras.

"À empreiteira falta apenas cumprir menos de 30% da execução das obras, mas, até agora, o GPL só pagou 28% do valor acordado. Não havia como continuar com as obras", referem as fontes.

Em relação às motivações do Governo da Província de Luanda, referem que, tão logo chegou ao comando do GPL, Joana Lina se terá surpreendido com o compromisso assumido pelo seu antecessor, particularmente pela falta de valores destinados a responder à empreitada.

"Não foi previsto o valor para o pagamento deste processo. Tanto é que, até ao momento, o GPL pagou apenas 16 milhões Kz, referentes apenas à remoção da grua. Dos 57 milhões Kz totais, nesta altura, segundo os autos de medição, foram feitos avanços na obra equivalentes a 21 milhões Kz. O elenco da actual governadora de Luanda decidiu passar em revista este contrato", observam as fontes.

Rescova destacou acessibilidade dos preços da Prima Manutenção Numa das suas aparições durante o

processo de remoção da «Grua do Prenda», em Maio último, o anterior governador de Luanda, Sérgio Rescova, a quem coube a celebração do contrato para a referida empreitada, destacou a acessibilidade dos valores acordados no contrato com a Obra Prima Manutenção.

"Foram aparecendo várias propostas, muito mais altas que esta. Se fôssemos por elas, teríamos muitas dificuldades de tirar a grua", disse, na ocasião, Sérgio Rescova, agora governador do Uíge.

«Boa-fé» é o que augura a

O engenheiro Fernando Júnior confirma ao NJ estarem em curso discussões junto do novo elenco que governa Luanda, mas negou-se a avançar pormenores sobre as negociações.

"Existem questões que estão a ser ultimadas e resolvidas. Não consideraria correcto, da minha parte, a meio das conversações, estar a falar [sobre as negociações]. Vamos acreditar que todas as pessoas estão de boa-fé, que todas as pessoas estão com vontade de resolver as coisas", anseia.

Informa que, até ao momento, tem já concluídos 75% da execução das obras, lamentando o facto de se ter falhado o prazo de entrega das oito residências, previsto para final deste mês.

"Infelizmente, em termos de prazo, não foi possível cumprir. Estamos a tomar decisões, e as entidades envolvidas, acredito, estão imbuídas do espírito de resolver o problema, e vai, com certeza, ser resolvido", afirma Fernando Júnior.

6.23 Renda de Setembro paga para realojar no final do mês

Novo Jornal

28 De Agosto de 2020

As oito famílias cujas casas foram demolidas para dar lugar a outras residências nas redondezas em que estava instalada, há mais de 40 anos, a «Grua do Prenda» já receberam os valores para o pagamento da renda de casa referente a Setembro, após terem esgotado os 120 mil Kz dados, a cada uma, pelo GPL para encontrarem moradias provisórias, enquanto durar a construção das suas novas moradias - a previsão era de três meses.

Posso-lhe adiantar que o mês de Setembro já foi pago às famílias que estão desalojadas e não lhe quero acrescentar mais nada por agora", assegura engenheiro Fernando Júnior.

O representante da Obra Prima Manutenção, construtora a quem foi concedida a adjudicação da remoção da grua, demolição das casas e construção de oito novas residências, recorda a emoção gerada durante a retirada do equipamento.

"Foi um processo que, para além da questão económica, havia uma questão emocional, com a retirada daquele monstro [referindo-se à grua], que desosssegou, durante mais de 40 anos, as pessoas. Havia toda uma envolvimento emocional que, bom, não morreu, mas está só um bocadinho adormecida por alguns dias", tranquiliza.

Lamenta, finalizando, o facto de os realojamentos não terem acontecido na data prevista: "É uma coisa que devia ficar pronta e deveriam estar a ser finalizados os últimos pormenores, infelizmente, as coisas não ocorreram como gostávamos, e nós conhecemos o nosso País. São contingências próprias, e, ainda por cima, envolvidos nesta pandemia. Temos, todos, de ter paciência uns com os outros".

AV

6.24 Urbanização Ndalatando paralisada por falta de verbas

Jornal Expansão
28 De Agosto de 2020

A construção da urbanização Ndalatando, localizada no Cuanza Norte, está paralisada devido à falta de verbas, três anos depois do lançamento da primeira pedra em 2017

A urbanização, que começou a ser erguida em 2018, prevê a construção de 14 edifícios de quatro pisos cada do tipo A com 176 apartamentos e 11 do tipo B com 36, totalizando 212 apartamentos de tipologia T3, com um investimento de 6,5 mil milhões Kz.

Além das habitações, o projecto contempla edifícios com serviços sociais, construção de 10 lojas, um posto de saúde, construção de escolas, esquadras policiais, espaço de lazer, creches, central de distribuição de água e outros serviços.

A paralisação da obra foi confirmada, esta semana, pelo ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida, que reconheceu a situação e avançou que estão a ser estudadas diversas formas de engenharia económica para terminar a obra.

O responsável, que falava à Angop, no âmbito da visita de constatação àquele projecto imobiliário, avançou ainda que as formas que estão a ser estudadas passarão pelo estabelecimento de parcerias com investidores privados ou captação de recursos para a conclusão da construção das habitações.

Manuel Tavares de Almeida garantiu ainda que é preocupação do seu pelouro concluir todas as obras que estão paralisadas por falta de pagamento aos construtores.

Dos 6,5 mil milhões Kz, o valor inicial do contrato para edificação da obra, o empreiteiro já recebeu dois mil milhões Kz e falta receber 4,5 mil milhões Kz para a continuidade dos trabalhos.

A urbanização, que está a ser construída numa área de 400 hectares, na região de Catome de baixo, será desenvolvida em duas fases, mas com a situação financeira desfavorável, a urbanização não passou da primeira.

A obra, que na altura do seu lançamento criou 150 postos de trabalho, tinha uma previsão de 18 meses para a sua conclusão, ou seja, estava marcada para terminar em Junho passado.

A Imogestin é a promotora do projecto e a Jonce é a construtora encarregue da execução dos trabalhos das habitações da urbanização Ndalatando.

A.L.

6.25 Estrada do Bairro da Juventude tem sete quilómetros degradados

Jornal de Angola
29 De Agosto de 2020
Texto: Justino Victorino

A estrada que liga o Bairro da Juventude, Cacilhas, Centralidade do Lossambo e demais zonas do Centro da cidade do Huambo tem sete quilómetros de extensão em avançado estado de degradação. A situação deixa os automobilistas e transeuntes agastados, devido ao aproximar do tempo chuvoso.

Devido à degradação da estrada, há o risco de desabamento da passagem hidráulica, além de outros danos materiais que, eventualmente, podem causar às viaturas.

O mau estado da via tem facilitado a vida dos marginais' segundo moradores, em declarações ao Jornal de Angola, em virtude de os automobilistas serem forçados a reduzir a marcha diante das

enormes crateras e outros obstáculos existentes no troço, como quantidades enormes de lixo e pedras.

"Quando saímos da cidade e chegámos nesta via, o coração fica na mão. É só orar que nada aconteça. Se pensas que fugiste um buraco, o azar vem do outro lado, com os marginais a puxarem as pastas ou mercadorias na carroçaria do carro" , descreveu Felisberta Manuel, que disse ter perdido a conta de quantos amortecedores terá mudado a sua viatura.

Amável Negritude, morador no Bairro da Juventude, há sete anos, lamentou o actual estado da via, afirmando "não compreender

Moradores não compreender como foi possível idealizar um projecto habitacional nesta localidade, de enorme dimensão e abrangência social, sem ter sido acautelado a construção de uma estrada de carácter definitivo".

"As casas estão aí. Mas a estrada, para chegarmos em segurança, não existe. É complicado", desabafou.

As chuvas, na região planáltica, são um "dos meus maiores medo", contou Regina Gamba, assegurando que "quando está a chover não sabemos se chegaremos a casa", porque, disse, "a estrada transforma - se num autêntico rio" , que dificulta a circulação dos moradores utentes de viaturas ligeiras.

"Há momentos que temos de dormir na cidade. É que depois da água, tudo fica cheio de lama" , apontou.

Iluminação pública

A falta de iluminação pública e asseguramento policial, nesta jurisdição, foram outras das inquietações apresentadas pelos cidadãos Salvador Cameia e Januário Geraldo.

"Sem estas condições, o combate à criminalidade será uma tarefa impensável, numa altura em que os marginais estão a "aperfeiçoar as técnicas de atacar" as pessoas que circulam à noite.

A asfaltagem das vias de acesso ao Bairro da Juventude e a colocação de postes de iluminação contribuiriam para abrandar as ocorrências de assaltos à mão armada, roubos de motorizadas e violações sexuais, salientaram os moradores...

Consideram ser um contra -senso ter, por um lado, uma centralidade toda iluminada e com armamentos, enquanto, noutro lado, um bairro com a carência de serviços básicos.

O Bairro da Juventude, habitado por mais de duas mil pessoas, maioritariamente jovens, está localizado nas cercanias da Centralidade do Lossambo. Surgiu entre 2009 e 2010, com a construção de 200 fogos habitacionais, no âmbito do Programa Habitacional "Angola-Jovem", do Ministério da Juventude e Desportos, tendo, posteriormente, evoluído com a implementação de outros projectos sociais.

7. TERRA

7.1 Ocupação ilegal de terras é problema de todos

Jornal de Angola

4 De Agosto de 2020

Nos arredores da cidade, vamos assistindo o surgimento de muitos bairros de lata. O que se está a fazer para combater este fenómeno?

As invasões de terra acontecem quase todos os dias. É um problema de responsabilidade individual e colectiva. Todo cidadão deve ajudar a administração a estancar as invasões. Quando calculamos o orçamento de Estado para o município de Moçâmedes, projectamos para um determinado número de habitantes; não fizemos a contar com pessoas que vêm e no calar da noite, sem a presença das autoridades, instalam-se onde bem querem e entendem.

O cidadão, ao não se preocupar com isso, as comissões ao não denunciarem isso, amanhã, quando quisermos levar, por exemplo, a rede de água, aproveitando os pontos mais altos, esta não terá onde passar porque a invasão tomou o local onde devia-se fazer.

Temos poucos fiscais; estamos a trabalhar com o nosso cadastro. Já fizemos algumas demolições e vamos continuar a fazer. Vamos continuar a fazer o processo de entrega de terrenos.

A administração está atenta a isso, e a Covid-19 veio destapar muita coisa; toda gente que estava nesses terrenos invadidos na periferia é praticamente a mesma que anda a deambular pelos mercados, ruas e outros a irem mesmo às lixeiras procurar alimento. Temos que pôr regras nisso. É um grande desafio para a nossa administração estancar essas invasões.

O que pensa dos projectos do PIIM aprovados para o município?

Os projectos do PIIM para Moçâmedes são bem-vindos. Estão dirigidos a equipamentos sociais como escolas e centros de saúde, há uma adenda que estamos a aguardar de outros projectos do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) está a tratar, de âmbito central e vão minimizar os problemas dentro do casco urbano e não só. A nível da primeira fase do PIIM, todos os projectos para Moçâmedes já arrancaram. São sete projectos, estamos a acompanhar as percentagens de execução e financeira, tínhamos alguma preocupação com uma obra, mas

começou a ter outra evolução em função das exigências técnicas, e acredito que dentro dos prazos contratualizados essas obras vão ser concluídas.

As obras incluem equipamentos desportivos?

Os equipamentos desportivos não entram no PIIM. Na nossa administração, essa questão teremos de programar para a próxima fase. Mas estamos atentos aos pequenos equipamentos que já estão instalados. Sabemos que as comunidades têm os campos polivalentes construídos no âmbito dos desportos; já reunimos com as comissões de moradores e juventude interessada em que esses equipamentos sejam reabilitados, e vamos transformá-los em nossos parceiros. A administração já não vai lá reabilitar esses campos; a administração vai arranjar os materiais, e a juventude organizada vai reabilitar esses espaços. Assim eles vão conservar melhor, prestar atenção e não vão deixar que os mesmos sejam vandalizados.

Moçâmedes já foi considerada a cidade mais limpa de Angola. O que fazer para resgatar essa mística?

A preocupação primeira da nossa administração é o lixo e o saneamento básico. Moçâmedes deixou de ser a cidade mais limpa, temos uma concentração astronómica de lixo. Dentro do casco urbano temos uma estratégia de remoção e, dentro do PIIM, também estamos a adquirir alguns equipamentos para o combate ao lixo. Temos duas estratégias: durante a semana combate-se os pequenos focos de lixo, e uma vez por semana, aos sábados, atacamos um foco que priorizamos dentro das nossas estratégias. Temos três frentes: combater os pequenos focos de lixo, combater os grandes focos e trabalhar na sensibilização da comunidade através das comissões de moradores para a melhoria na deposição e recolha do lixo. Estamos a trabalhar também com outros parceiros sociais. Irão verificar, daqui há dias, professores a fazer sensibilização, distribuindo cartilhas sobre o combate ao lixo.

É uma batalha muito árdua. Vocês sabem que o município de Moçâmedes tem duas entradas: uma para cruzeiros, outra para quem vem do Lubango. Ali também estamos a combater aquela lixeira. Estamos com uma faixa de 200 metros por três quilómetros, temos lá máquinas a tentar resolver o problema, juntar o lixo, abrir células para depositar aquele lixo que está lá há muito tempo. Conseguimos desobstruir as vias dentro das lixeiras, temos três ou quatro células de que se pode fazer a gestão para deposição naquela zona. A nível da zona do 5 de Abril, quem vai ao Virei, há já um projecto em fase de estudos que é da construção de um aterro convencional para Moçâmedes. Dentro do PIIM, fizemos a proposta

para aquisição de uma pá carregadora, um carro para sucção de águas residuais, porque estamos a ter muitas dificuldades em atender as pessoas que acorrem à administração. Mandamos vir também um camião com capacidade para recolha de lixo em contentores.

Como está o projecto de transformar a comuna da Lucira em município?

A intenção de transformar Lucira em município é um projecto que está entregue ao Ministério da Administração do Território. Foram feitos estudos, levantamentos das delimitações territoriais. Estamos a aguardar que esse processo evolua.

A demolição do mercado do peixe foi a decisão mais acertada, sendo que muitas peixeiras continuam a vender na marginal e noutras ruas?

Além da demolição do mercado do peixe, fizemos um trabalho de formação e sensibilização com as peixeiras. Aquelas que não acatarem a orientação de vender nos mercados com alguma salubridade só vão perder, porque as organizadas, vamos apoiar. As que ficarem na rua, vai ser um problema que a fiscalização terá de resolver. O mercado do peixe foi demolido porque estava apontado para isso.

Primeiro é que elas utilizavam 10 por cento do mercado para vender, preferindo vender na rua. Depois houve um camião que embateu contra o edifício, e o pior só não aconteceu por sorte. Não é justo que as pessoas comprem peixe sem estar conservado. Vendem peixe ao sol, ao lado de águas negras, enganando as pessoas que vão comprar, e isso provoca doenças como febre tifoide. Naquela zona não há sistema de drenagem, e as águas ficam mesmo aí onde elas vendem.

No exercício da actividade que elas fazem, o Estado não consegue ir buscar alguma contribuição. E, como se não bastasse, quando há actividades de desportos motorizados na zona, elas são obrigadas a vender na zona da Comarca. Se vier um navio cruzeiro com turistas, elas também têm de ser levadas daí. Essas senhoras precisam de estar num mercado, pagar as suas contribuições ao Estado e concorrer aos projectos de combate à pobreza lançados pelo Estado, para que se tornem micro ou pequenas empresárias.

Os pedidos de terreno para auto-construção continuam a crescer, mas muitos terrenos que foram atribuídos no passado continuam sem qualquer obra. Que medidas devem ser tomadas?

Nós fizemos sair um edital com 90 dias, para começar a fazer um resgate desses terrenos que

foram entregues mas não estão a ser construídos. Há aqueles terrenos que servem de gavetos para se depositar lixo e para algumas acções delituosas; vamos limpar, selar ou entregar a cidadãos que em menos de trinta dias conseguem vedar e dar dignidade a esses espaços. Temos muitos terrenos que entregamos e até hoje não vimos o resultado da ocupação dos mesmos.

Que mensagem quer passar aos cidadãos de Moçamedes que completa mais um aniversário, face à pandemia mundial da COVID-19?

A mensagem que deixo aos cidadãos é que tenham paciência, observem as medidas de biossegurança, de prevenção e combate à pandemia da COVID-19. Que confiem na administração, ajudem e participem na resolução dos problemas que nos apoquentam.

7.2 Mais de 800 lotes para auto-construção dirigida

Jornal de Angola

5 De Agosto de 2020

Texto: Venâncio Victor

Oitocentos e um lotes infra-estruturados vão estar disponíveis, nos próximos dias, para auto-construção dirigida, no âmbito do plano de urbanização do município de Cacuso, a 74 quilómetros a Oeste da cidade de Malanje.

A informação foi avançada no último fim-de-semana pelo administrador municipal adjunto para a área Técnica e Infra-Estrutura, Duarte Ginga, durante a segunda reunião ordinária da Administração Municipal, que teve lugar no auditório do Centro de Formação Profissional de Cacuso.

Segundo o administrador, foram identificadas três áreas onde já teve início a desmatação para posterior loteamento.

Duarte Ginga explicou que a obtenção de lote deve ser feita o mediante um requerimento a ser entregue ao gabinete do administrador municipal.

Uma vez entregue o espaço, acrescentou, o beneficiário terá um tempo determinado para fazer o aproveitamento útil do espaço, sob pena de ser expropriado a favor do Estado.

Da lista de zonas identificadas para o loteamento, destacam-se os bairros do Grémio, com 332 lotes, Brita, com 248 e Zona Nobre, que fica entre as 28 casas e a Casa da Juventude, com 96 lotes.

Referiu que todas as áreas identificadas serão contempladas com espaços para os serviços públicos e comércio.

7.3 Dino Matross ameaça processar camponeses que o acusam de expropriação

Novo Jornal

7 De Julho de 2020

O deputado do MPLA Julião Mateus Paulo «Dino Matross» ameaça processar, criminalmente, os membros da Associação de Camponeses (ANANDENGUE), em virtude de estarem a acusá-lo de se apropriar das terras situadas no bairro Lar do patriota, em Luanda.

Em exclusivo ao Novo Jornal, o parlamentar disse estar agastado com o uso indevido do seu nome em assuntos polémicos que ocorrem no País, que diz nada te-rem a ver consigo.

"Ainda poderei fazer queixa-crime se essas pessoas continuarem a difamar-me na praça pública ", alertou o político.

Acrescentou que a ANANDENGUE tem um histórico de ocupação ilegal de terras nas zonas do Zango e Kikuxi e desafiou-a a reivindicar a titularidade das terras junto dos dirigentes do Lar Patriota.

"Não é na imprensa que se vai resolver o problema. Aí é só pata sujar as pessoas (...)", disse o deputado.

Dino Matross revelou um episódio recente dos alegados invasores, que derrubaram o quintal de uma senhora, para depois ser colocada na linha da frente dos camponeses contestatários.

"Os mandatários nunca estão à frente, escondem-se dentro dos carros de vidros fumados e pagam pessoas para se fazerem passar de camponeses", informou o antigo secretário-geral do partido no poder.

O entrevistado confirmou, igualmente, que, em 2009, havia sido contactado para mediar o litígio entre os agricultores e o Projecto Habitacional Lar do patriota, tendo-se comprometido a ANANDENGUE em indemnizar os agricultores.

O político afirmou ter cumprido com a sua missão no âmbito do litígio.

"Recebi os camponeses e mandei-os ter com o falecido general Dinguanza, que é o dono do Lar

Patriota. Foram ter comigo, e recebi-os tal como muita gente que foi expor vários problemas. Tentei ajudar essas pessoas", fez saber.

Já o porta-voz da ANANDENGUE, Agostinho Domingos, disse ao NJ que os assusta o facto de o acusado aparecer como proprietário de terrenos no perímetro do espaço dos camponeses, que está em litígio

O responsável acrescentou que o deputado está a abusar do poder, para perseguir os agricultores que estão a ser alvos de detenções pela Polícia Nacional.

A disputa de mais 309.9 hectares de terra começou em 2003, no município de Talatona, a Sul de Luanda. A mesma opõe 536 camponeses afectos à ANANDENGUE aos responsáveis do projecto Habitacional Lar patriota, que tinham à testa o falecido general António Henriques da Silva «Dinguanza».

Em contrapartida, a sociedade de fundadores do Lar do Patriota apelou à Procuradoria-Geral da República (PGR) e à Inspecção-Geral da Administração do Estado (IGAE) para investigarem as denúncias públicas sobre o envolvimento de funcionários intermédios do Estado ligados à ANANDENGUE, por ser, segundo eles, uma rede de ocupação ilegal de terrenos.

BORRALHO NDOMBA

7.4 Gestora de terrenos regista saldo negativo nas contas de 2019

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2020

Texto: Ismael Botelho

O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI) apresentou um resultado líquido negativo no exercício económico de 2019, colocando a empresa dependente do apoio do Estado, enquanto accionista, para solver os seus compromissos financeiros.

A informação consta do parecer das contas auditadas pela empresa de consultoria Crowe e divulgado esta semana, onde o órgão fiscalizador da EGTI recomendou, apesar do saldo negativo, a aprovação do referido relatório de auditoria.

Apesar do quadro negro nas finanças, aquela instância fiscal exortou o Conselho de Administração da empresa pública a continuar com os esforços de

reversão do actual quadro negativo, com realce para o reajustamento dos preços dos terrenos Infraestruturados, com o propósito de criar uma maior procura de promotores e prosseguir com os seus objectivos.

De acordo com os dados constantes do relatório de auditoria independente, o Balanço de 31 de Dezembro de 2019, evidencia um total de 73 milhões e 700 mil kwanzas, um capital próprio negativo de dois milhões e 754 mil kwanzas e inclui um resultado líquido negativo de cinco milhões e 17 mil kwanzas.

Para a Crowe, empresa responsável pela auditoria às contas da EGTI, as demonstrações financeiras apresentadas reflectem a forte desvalorização do kwanza face ao dólar norte americano, ocorrida desde Janeiro até Dezembro de 2019, factor que originou diferentes câmbios desfavoráveis ao contexto financeiro da altura.

O Balanço de 31 de Dezembro de 2019, evidencia um total de 73 milhões e 700 mil kwanzas e um capital próprio negativo de dois milhões e 754 mil kwanzas

7.5 Jurista Albano Pedro atribui culpa ao Estado

Novo Jornal

7 De Agosto de 2020

Fazendo referência à lei de Terras, aprovada em 2014, o jurista Albano Pedro explicou que o referido diploma ainda é desconhecido pela maioria dos cidadãos e atribui a culpa das invasões ao Governo que, no seu entender, não definiu de forma clara os procedimentos para a legalização de terrenos.

"A culpa é atribuída ao Estado.

Portanto, o Governo deve simplificar os procedimentos.

É muita documentação que se solicita aos cidadãos e perde-se muito tempo para legalizar terrenos", refere, ao mesmo tempo que defende ser necessário reduzir o excesso de burocracia nas administrações municipais.

7.6 Serviço de Investigação Criminal «coloca» 170 supostos invasores «atrás das grades»

Novo Jornal

7 De Agosto de 2020

Texto: Faustino Gaspar (textos) e Cesar Magalhães (fotos)

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) deteve, durante os meses de Maio, Junho e Julho, uma rede de supostos invasores de terrenos nos municípios de Belas, Viana e Cacuaco, em Luanda, composta por 170 cidadãos. Os detidos são acusados de burla, ocupação e venda ilegais de terrenos nos três municípios. A informação foi prestada, esta semana, ao Novo Jornal por uma fonte da SIC -Luanda.

"As detenções ocorreram nos municípios de Belas, Viana e Cacuaco, onde a rede operava e se apoderava de terrenos de camponeses que cultivavam nestas zonas. Em diversos casos, muitos dos proprietários eram ameaçados com armas de fogo", informou a fonte, quadro sénior do SIC.

Referiu que, na capital do País (Luanda), os municípios em causa são os que registam maior número de casos de ocupação e venda ilegais de terrenos. Em contrapartida, a fonte do SIC explicou estarem em fase de instrução preparatória processos-crime em nome dos 170 cidadãos acusados, já em posse da Procuradoria-Geral da República (PGR). Para além dos acusados, estão arrolados no mesmo processo-crime funcionários das administrações dos três municípios referidos, efectivos da Polícia Nacional (PN), das Forças Armadas Angolanas (FAA), do SIC e de outras instituições públicas.

"Esta situação não é nova e tem mãos de dirigentes e detentores de cargos públicos no País. Temos feito o nosso trabalho. Se o Executivo não puser um fim a estas práticas indecorosas, dificilmente conseguiremos acabar com estes grupos de mafiosos afectos a instituições públicas", sublinhou o efectivo do SIC.

«Estamos diante de uma rede de crime organizado»

Pelo modus operandi - invasores fazem recursos a documentos falsos e a outras artimanhas para conseguir enganar e expulsar dos terrenos os seus legítimos proprietários-, o SIC acredita tratar-se de uma rede de crime organizado que conta com a participação de funcionários públicos.

Segundo apurou o NJ junto da fonte, este tipo de crime torna-se aliciante para os marginais, por envolver elevadas somas monetárias. Recentemente, por exemplo, um dos burladores conseguiu vender um terreno no município de Belas, que pertence a um casal de idosos, a um cidadão gabonês, no valor de 5 milhões kz.

O NJ sabe que, em vários bairros da capital, alguns terrenos comercializados pelos invasores chegam a custar menos de 200 mil Kz, um preço muito abaixo do praticado actualmente no mercado. As principais vítimas dos burladores costumam ser camponesas e cidadãos estrangeiros.

Administradores reconhecem invasões e colocam esperança às investigações da Polícia

Em declarações a este semanário, o administrador municipal de Cacuo, Auxílio Jacob, reconheceu haver invasões naquela circunscrição e destacou as imediações da Centralidade do Sequele como principal alvo dos invasores.

"Há um grupo de invasores nas imediações da Centralidade ao Sequele, que supostamente representam os camponeses que cultivavam naquela região, mas está em curso um processo de investigação por uma comissão mandatada pela Administração Municipal de Cacuo, para perceber o fenómeno", explica.

Sem indicar números, o responsável afirmou que a administração que dirige tem recebido diversas denúncias de conflito de terras, nos quais estão envolvidos membros das comissões de moradores.

"A Administração Municipal de Cacuo não vende terrenos, simplesmente os cede a cidadãos interessados que se dirigirem às nossas instalações, solicitando espaços através de um requerimento conforme recomenda a lei. Porém, se houver disponibilidade de espaços, há doação de terrenos e não venda", esclareceu.

Já o administrador municipal de Viana, Fernando Manuel, também reconheceu a problemática de ocupação e venda ilegais de terrenos no seu município, mas informou que as autoridades Irreais estão empenhadas em pôr fim ao fenómeno.

"A invasão de terrenos é um dos principais problemas que a circunscrição enfrenta. As autoridades locais estão empenhadas em reforçar os mecanismos de actuação para acabar com essa prática na nossa área de jurisdição. Já identificámos as zonas onde os invasores operam com maior frequência, nomeadamente zango, vila Flor e Quilómetro 30", assegurou.

O NJ contactou Mariana Cunha, administradora de Belas, outro município que regista maiores casos de invasão e vendas ilegais de terrenos, mas esta recusou-se a prestar declarações.

7.7 Terrenos ocupados ilegalmente expropriados a favor do Estado em Menongue

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2020

Texto: Weza Pascoal

A Administração Municipal de Menongue, no Cuando Cubango, expropriou, a favor do Estado, 172 lotes de terrenos, no bairro "23 de Março", sem vedação nem qualquer construção, cujos ocupantes não conseguiram provar a titularidade.

O facto foi anunciado, ontem, pelo administrador municipal, Júlio Vidigal, durante a apresentação da perspectiva do desenvolvimento da futura Região Metropolitana de Menongue, cujo acto contou com a presença do governador provincial, Júlio Bessa.

Júlio Vidigal informou que outra acção de expropriação de terrenos decorre na reserva fundiária de Mupambala, a leste do bairro Chivonde, arredores de Menongue, na qual várias pessoas ocuparam ilegalmente extensas parcelas de terra e algumas construíram sem licenças e de modo desorganizado.

O local, disse, está devidamente sinalizado e os ocupantes "têm plena consciência que se trata de uma reserva fundiária do Estado". "Mesmo assim, pela calada da noite, invadiram-na e muitos deles já vivem nas casas que construíram sem qualquer plano de urbanização, razão pela qual têm de se sujeitar ao plano da futura Região Metropolitana de Menongue", avisou.

Segundo ainda o administrador, os terrenos ocupados na periferia descaracterizam a cidade de Menongue, conferindo-lhe "uma imagem triste e desorganizada". As obras abandonadas, acrescentou, acabam por transformar-se "em esconderijos de marginais". Ainda assim, disse, os fiscais da

administração municipal têm sensibilizado a população a não ocupar ilegalmente os terrenos.

Júlio Vidigal informou que a administração de Menongue tem 136 lotes de terra, devidamente loteados e ruas bem definidas, tendo aconselhado os cidadãos que necessitam de “uma parcela de terra para os mais variados fins a contactarem os serviços criados para o efeito”.

O administrador avisou que as zonas da Mupambala e Tucuve I e II, no bairro soba Chicomba, Forte Menongue e a adjacente à central térmica, são reservas fundiárias do Estado, nas quais estão a ser preparados lotes para serem entregues à população, com o propósito de acabar com a ocupação ilegal de terras.

A apresentação da futura Região Metropolitana de Menongue contou com a presença dos vice-governadores, directores e quadros do governo provincial, autoridades tradicionais e representantes de partidos políticos e da sociedade civil.

7.8 Desvalorização do Kwanza atrapalha negócio de terrenos

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2020

A desvalorização acentuada do Kwanza face ao dólar, que se registou ao longo do exercício económico de 2019, traduziu-se numa diferença cambial desfavorável e muito contribuiu no resultado líquido negativo, de 5,017 mil milhões de kwanzas, da Empresa Gestora de Terreno Infra-estruturado (EGTI).

A única empresa pública do sector do Ordenamento do Território e Habitação esteve muito aquém da realização do seu objecto social em função da actual conjuntura económica. Apesar disso, o seu Conselho de Administração (CA), exalta o papel que a empresa tem vindo a fazer, no sentido de reverter o actual quadro negativo, com realce na actualização dos preços dos terrenos infra-estruturados, com o propósito de se criar uma maior procura de promotores e prosseguir com os seus objectivos.

O Conselho de Administração consente, que o resultado negativo alcançado pode também ser superado com a solicitação ao accionista (Estado), para que este efective o remanescente do capital social da empresa.

Neste capítulo, o auditor externo salienta que, de acordo com a Lei de Base do SEP (Sector Empresarial Público), que estabelece o regime

jurídico das empresas públicas, o Estado deve subscrever e realizar o capital estatutário adequado ao exercício da sua actividade. O auditor diz que está por realizar o capital subscrito no montante de 1,2 mil milhões de kwanzas.

Os estatutos também não prevêem em qualquer exigibilidade para a realização do mesmo, nem o Conselho de Administração possui um cronograma do accionista sobre as datas para a realização do montante em falta.

O auditor externo - Crowe Angola – Auditores e Consultores, SA - sustenta que, tal como no ano passado, a gestão de terreno infra-estruturado do Estado em que a empresa se dedica, associado ao reconhecimento do redito, em função dos custos ocorridos com a gestão, obriga, para cada processo, a um conjunto de procedimentos de controlos associados ao controlo de cobrança dos valores em contratos.

Esse mecanismo, segundo o auditor, vai servir para a actualização cambial dos valores, uma vez que os montantes contratualizados nos contratos promessas de constituição de direitos de superfícies estão associados ao dólar norte-americano. O mecanismo servirá ainda para o controlo das prestações vencidas e não pagas, para o reconhecimento do redito e dos custos associados e a capitalização dos valores do fundo patrimonial do Estado proveniente de um percentual de 80 por cento do valor da venda efectuada.

O auditor avança que estas actividades (por processo) possuem uma dimensão plurianual, conjugadas com o volume que se prevê que a empresa tenha de gerir, leva-os a sugerir que a EGTI conecte ao seu programa informático o conjunto de modelos (ERP) que lhe permita a gestão eficiente do negócio e o efectivo controlo das principais actividades acima referidas.

A auditoria enfatiza que, no decurso do trabalho contabilístico de 2019, o auditor detectou alguns documentos que podem não ser aceites fisicamente, devido a falta de Número de Identificação Fiscal (NIF) do fornecedor e da própria empresa, que estava errado, assim como a existência de facturas produzidas e ou emitidas por programas informáticos que não estão homologados pela AGT (Administração Geral Tributária).

Com a entrada em vigor da lei que aprova o código de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), segundo o auditor, são sujeitos passivos do imposto qualquer pessoa singular que exerça, de modo independente, a actividade económica de prestação

de serviços ou profissões liberais, tornando-se obrigatório o registo de início de actividade.

“Salientamos que esta carta de comentários em nada altera o nosso parecer de auditor emitido nesta data e que é da responsabilidade do Conselho de Administração a manutenção de um sistema de controlo interno e contabilístico adequado, cabendo-lhe ponderar os custos e os benefícios da eliminação das deficiências”, conclui a Crowe Angola – Auditores e Consultores.

7.9 Invasores têm 72 horas para deixar apartamentos

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2020

O Tribunal da Comarca do Dande, em Caxito, província do Bengo, deu, ontem, um prazo de 72 horas para que os cidadãos que ocuparam ilegalmente 150 apartamentos, no bloco 8, da centralidade do Capari, abandonem livremente as casas, sob pena de serem processados criminalmente.

A medida deveu-se ao não cumprimento da certidão de sentença da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal da Comarca do Dande, que indica que os cidadãos que ocuparam ilegalmente apartamentos na centralidade deverão fazer a restituição ao Estado angolano, na pessoa do Fundo de Fomento Habitacional.

No cumprimento desta decisão, foram colocados selos nas portas de alguns apartamentos do bloco 8, onde foi notória a ausência de alguns ocupantes ilegais e algumas portas fechadas.

O bloco 8 comporta 30 edifícios com mais de 5.250 habitantes. Em declarações à Angop, o coordenador do bloco 8, Paxi Silva, considerou a situação preocupante, adiantando que espera do Governo boa-fé no processo de desalojamento.

Por seu turno, o advogado de defesa, Jeovete Domingos, é de opinião que se deve abrir uma excepção na aplicação das medidas de desalojamento, para acudir as 496 famílias que se encontram nesta situação.

Há cerca de três meses, 150 residências do tipo T3, desocupadas há mais de sete anos, na centralidade de Capari, província do Bengo, foram invadidas por cidadãos oriundos de Luanda e Bengo.

A centralidade de Capari foi concebida para quatro mil fogos e prevê albergar uma população estimada em 24 mil habitantes, desenvolvendo-se numa área

total de 90,5 hectares, incluindo a área adicional onde foram construídos equipamentos sociais colectivos. Entretanto, há cerca de duas semanas o Ministério Público, em representação do Estado angolano, interpôs uma providência cautelar de restituição provisória de posse no Tribunal da Comarca do Dande contra os cidadãos que invadiram o bloco número oito da centralidade de Capari e que habitam nele ilegalmente.

Um total de 1.174 apartamentos da tipologia T3 começou a ser entregues, desde o dia 27 de Julho, pelo Fundo de Fomento Habitacional, a funcionários públicos de Luanda e Bengo, na modalidade de renda resolúvel, devendo pagar as prestações em trinta anos.

Subdivididos em onze sectores urbanos (blocos), separados entre si pelas vias primárias da urbanização, não existe diversidade nos edifícios habitacionais que a centralidade disponibiliza, limitando a apartamentos do tipo T3 com duas variantes (A e B), em edifícios de dois pisos.

7.10 Urbanização Boa-Vida no centro das maiores polémicas

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2020

Os ex-colaboradores do Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) alegam sobre uma pretensa negociata entre os vários actores no processo, acusando-os de terem interesses nas habitações da Urbanização Boa-Vida, em Belas, Luanda.

Falam da pretensão de expropriação para repasse a outros grupos, uns até ligados ao processo e, por sinal, muito influentes. Lembram que o BANC concedeu crédito habitação a vários funcionários e para vários projectos habitacionais existentes.

Curioso, consideram, é que umas quatro ou cinco pessoas e algumas até com laços familiares ao sócio-maioritário não são citados, mesmo estando na mesma situação, enquanto os outros, embora sem laços, também não constem das notificações feitas pelas páginas do jornal. Acrescentam existirem clientes particulares com crédito habitação e de aquisição de lojas no referido projecto não citados em nenhum dos anúncios até aqui divulgados.

“Nunca ninguém da actual administração ligou para nós a dizer que precisamos negociar sobre os financiamentos das nossas habitações. Os nossos advogados não receberam notificação nenhuma e,

entretanto, começamos a ver existir dois pesos e duas medidas para uma mesma situação”, disseram.

O grupo admite a existência da dívida e de que durante anos terá de amortizá-las, pois, “na vigência dos vínculos contratuais nunca deixaram de pagar quaisquer prestações devidas ao banco.

Actualmente, por ordem da administração da Massa Falida, de acordo com o grupo, aquelas pessoas, cujas casas ainda não estão terminadas, sabem que as obras das mesmas estão paralisadas e as já concluídas, mas ainda sem as chaves, também não serão dadas as mesmas, por ordem da gestão.

Diante dos factos, o grupo quer saber sobre que critérios estão a ser usados para expor uns e proteger outros, bem como porque aqueles que muito precisam de protecção serem os que menos gozam dela no momento.

Na Urbanização Boa-Vida, os créditos que o banco cedeu aos seus funcionários visou três tipologias de habitação: T3 térreo, de 25 milhões, T3 Duplex, de 30,2 milhões e uma terceira, não especificada, avaliada em 42 milhões de kwanzas.

Os visados dizem ter conhecimento de interessados na compra das casas dos colaboradores, para as revender, aproveitando-se do facto de os beneficiários em causa estarem desempregados e revelarem alguma fragilidade financeira.

Sobre o assunto, o Jornal de Angola procurou ouvir, para o devido cruzamento, a administração da Massa Falida, mas tal intenção foi sem êxito. Na sede do banco, em Talatona, o secretariado em serviço prometeu contacto para breve com o jornal, mas passadas três semanas, não responde e nem retorna as chamadas e mensagens enviadas.

7.11 Contratos para terrenos assinados segunda-feira

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2020

Texto: André Sibi

Os candidatos sorteados, em Março, para a aquisição de terrenos infra-estruturados na centralidade do Kilamba, em Luanda, começam a fase de entrevistas e assinatura de contratos na próxima segunda-feira, anunciou, ontem, Jaqueline Coelho, directora de Marketing e Vendas da Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados (EGTI).

"Já começamos a ligar para os candidatos seleccionados em Março e estes, a partir de segunda -

feira, vão à sede da EGTI, no Talatona, para serem informados sobre os preços dos lotes e o valor inicial a pagar pela parcela solicitada, bem como as condições para o iniciadas obras depois do acordo entre as partes", disse.

A directora de Marketing da EGTI indicou que cada metro quadrado de terreno infra-estruturado vai custar, no mínimo, 43 mil kwanzas. "Não vamos receber candidatos que não foram notificados para a entrevista", alertou.

Numa primeira fase, disse, a empresa vai atender até dez candidatos por dia, um número que pode aumentar à medida que os funcionários se vão adaptando às condições de trabalho em tempo de pandemia.

"Nós temos mais de 41 mil candidatos sorteados para os 500 lotes de terrenos de 15 metros de largura e 25 de comprimento, localizados na centralidade do Kilamba, razão pela qual vamos dar até dois dias para que o candidato decida se vai ou não ficar com o espaço solicitado", frisou.

A responsável explicou que dos 41.265 candidatos inscritos, aqueles que não forem contemplados nesta primeira fase vão ser notificados para receber parcelas de terreno em outras localidades, como o Zango Cinco, que já tem espaços infra-estruturados disponíveis.

Sublinhou que os candidatos que já possuem residências e estabelecimentos comerciais nas centralidades, um pouco por todo o país, à partida estão excluídos do processo, através da base de dados do Fundo Nacional de Habitação ..

Miguel Capitão, director do Gabinete de Estudos e Investimentos da EGTI, explicou .que os espaços de 15 por 25 metros disponíveis vão permitir ao cliente construir uma residência de um ou dois pisos, com três quartos, sala, cozinha, dispensa, casas de banho, garagem para duas viaturas e espaço para uma piscina.

No ano passado foram inscritos 54.985 candidatos, dos quais 41.265 foram seleccionados para aquisição de lotes para construção de edifícios unifamiliares, espaços culturais, de lazer, de serviços, comércio, ensino e saúde.

7.12 Construtora assegura que fez coisas que «não estavam sequer previstas»

Novo Jornal

28 De Agosto de 2020

o responsável da Obra Prima Manutenção refere que, para proceder aos trabalhos de reordenamento das residências, a construtora contou com a assistência de um grupo de arquitectos e que, nos 75% dos trabalhos já executados, foram feitas obras inclusivamente que não estavam previstas no contrato assinado com o Governo da Província de Luanda.

"O projecto foi feito com muito carinho, com a envolvimento de um gabinete de arquitectos, que nos ajudou a fazer o reordenamento das casas. Falámos com cada uma das famílias [cujas casas foram demolidas para dar lugar a outras residências, destinadas às mesmas famílias desalojadas], para que percebessem o que estávamos a fazer. Fizemos coisas que não estavam, sequer, previstas, coisas como o saneamento básico", afirma Fernando Júnior.

Em declarações ao Novo Jornal, o engenheiro descreve um conjunto de estruturas que dão suporte às oito residências em construção no local.

"Há toda uma infra-estrutura que não é visível, porque as casas já se encontram por cima de esgotos e de uma fossa séptica comunitária, que nós também já construímos, já existe um tanque para fornecer água àquelas casas onde estamos a intervir. Tudo isso faz parte do projecto", realça.

Insiste no destaque ao trabalho de reordenamento das casas: "As casas serão, exactamente, como eram, mas de uma forma mais ordenada e de enquadramento da própria rua. Quando terminarmos, vai ser possível uma ambulância passar por ali, na rua. Tivemos alguns cuidados. As casas ali estavam desordenadas, umas entravam noutras, mas já foram ordenadas. Portanto, todas elas agora têm pilares e vigas, que as mantêm alinhadas".

Réplica dos compartimentos das novas casas em relação às demolidas

Fernando Júnior informa, em entrevista ao NJ, que a definição dos compartimentos das novas residências foi feita a partir de levantamentos efectuados às antigas estruturas das residências das oito famílias.

"Os compartimentos das casas foram todos reordenados, sempre em sintonia com os moradores, mas mantêm, exactamente, os números de cômodos

que tinham. Ou seja, se era uma casa de quarto e sala, ela será de quarto e sala, se era de dois quartos, ela será de dois quartos", explica o responsável da empresa Obra Prima Manutenção.

Sublinha, entretanto, alguns itens que não terão constado das estruturas das casas demolidas: "O que acrescentámos foi uma casa de banho, e todas as casas de banho vão ter duche, lavatório e sanita, coisa que não acontecia anteriormente".

.AV

7.13 EGTI inicia negociação com os sorteados para aquisição de terrenos

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2020

A Empresa Gestora de Terrenos e Infra-estruturas (EGTI), inicia, na próxima segunda-feira, a negociação dos lotes de terrenos com os candidatos sorteados em Março.

Os candidatos apurados começam a fase de entrevistas e só depois do acordo entre as partes é que serão assinados os contratos que permitem iniciar as obras de construção das habitações e outros empreendimentos previstos para os 560 lotes disponíveis.

De acordo com a directora de marketing e venda da EGTI, Jaqueline Coelho, os cidadãos sorteados em Março vão ser notificados com a indicação do dia da entrevista. "Todos os sorteados serão notificados por SMS ou e-mail com a indicação do dia e hora que devem comparecer para entrevistas. E só serão atendidos com base nesta notificação. Ninguém será atendido sem notificação", disse

No caso das habitações, a EGTI irá propor aos candidatos os modelos a serem edificados para preservar a harmonia urbanística da zona. "Desenhámos quatro tipos, dois para cada tipologia, entre habitação térrea e de um piso, para que o promotor tenha a possibilidade de escolher a que mais gostar. A intenção é garantir que não hajam construções anárquicas que furem ao projecto urbanístico da zona", explicou Jaqueline Coelho.

Entre os lotes sorteados existem também espaços para a construção de empreendimentos para o desenvolvimento de actividades comerciais

Os candidatos apurados à compra de terrenos infra-estruturados para a construção de habitações, na

centralidade do Kilamba, vão pagar entre 13 a 17 milhões Kz. Os preços variam em função do número de pisos do imóvel e da sua localização.

Um metro quadrado para a construção de uma habitação de dois pisos, no primeiro sector, vai custar o equivalente a 75,15 USD e do terceiro sector com um piso 97,06 USD.

A habitação multifamiliar de cinco pisos (para actividade comercial) do primeiro sector está no valor de 141,72 USD e do terceiro sector 128,83 USD.

Apesar das facilidades apontadas pelos promotores, depois do acordo entre as partes, os contemplados devem pagar uma prestação inicial igual ou superior a 20% do valor total da parcela.

M.C.

7.14 Renda de Setembro paga para realojar no final do mês

Novo Jornal

28 De Agosto de 2020

As oito famílias cujas casas foram demolidas para dar lugar a outras residências nas redondezas em que estava instalada, há mais de 40 anos, a «Grua do Prenda» já receberam os valores para o pagamento da renda de casa referente a Setembro, após terem esgotado os 120 mil Kz dados, a cada uma, pelo GPL para encontrarem moradias provisórias, enquanto durar a construção das suas novas moradias - a previsão era de três meses.

Posso-lhe adiantar que o mês de Setembro já foi pago às famílias que estão desalojadas e não lhe quero acrescentar mais nada por agora", assegura engenheiro Fernando Júnior.

O representante da Obra Prima Manutenção, construtora a quem foi concedida a adjudicação da remoção da grua, demolição das casas e construção de oito novas residências, recorda a emoção gerada durante a retirada do equipamento.

"Foi um processo que, para além da questão económica, havia uma questão emocional, com a retirada daquele monstro [referindo-se à grua], que desosssegou, durante mais de 40 anos, as pessoas. Havia toda uma envolvimento emocional que, bom, não morreu, mas está só um bocadinho adormecida por alguns dias", tranquiliza.

Lamenta, finalizando, o facto de os realojamentos não terem acontecido na data prevista: "É uma coisa que devia ficar pronta e deveriam estar a ser

finalizados os últimos pormenores, infelizmente, as coisas não ocorreram como gostávamos, e nós conhecemos o nosso País. São contingências próprias, e, ainda por cima, envolvidos nesta pandemia. Temos, todos, de ter paciência uns com os outros".

AV

8. SERVOÇOS BÁSICOS

8.1 Executivo cria gabinetes para a gestão das águas

Jornal de Angola

1 De Agosto de 2020

Texto: Adelina Inácio

O Executivo pretende criar gabinetes regionais de bacias hidroeléctrica para uma gestão mais próxima Executivo e operacional dos recursos hídricos a nível regional.

A informação foi prestada, ontem, à imprensa, em Luanda, pelo ministro da Energias e Águas, João Baptista Borges, no final da terceira sessão ordinária do Conselho Nacional de Águas, orientada pelo Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa João Baptista Borges adiantou que deverão ser criados gabinetes de Administração Regional do Zambeze, Catumbela, Cavaco e Coporolo, Cuanza, Queve e Longa, que vão fazer uma gestão dos recursos hídricos dessas bacias e permitir que haja mais dados e maior acompanhamento das acções em curso nas bacias.

O ministro lembrou que Angola partilha cinco bacias internacionais e que há um trabalho para o cumprimento dos acordos que são estabelecidos com os países com partilha naquelas bacias. Com a Namíbia, lembrou, Angola partilha três bacias, nomeadamente do Cunene, Cuvelai e Ocavangu. João Baptista Borges admitiu que a partilha de recursos entre os dois países requer um trabalho contínuo.

Projectos de combate à seca

O ministro da Energia e Águas informou, ainda, que, durante a reunião de ontem, foram, também, prestadas informações sobre três projectos de combate à seca na província do Cunene, um dos quais já em execução. Trata-se da captação de águas na localidade do Cafu, que depois de concluído vai permitir a diminuição da seca na região e garantir o abastecimento de água às populações.

Quanto ao abastecimento gratuito de água durante o período de calamidade pública, João Baptista Borges disse estarem a ser implementadas acções de reforço e de distribuição por canalização, além do combate ao garimpo daquele líquido e da reparação de fugas nas condutas ou canalizações. O ministro admitiu que o sector está preocupado com o abastecimento de água nas escolas no período de retorno às aulas. “Tão logo sejam retomadas as aulas, vamos ter necessidade

de garantir que as escolas tenham condições de higiene. É um trabalho entre os Ministérios da Energia e Águas, da Educação e os governos provinciais”, disse.

João Baptista Borges garantiu maior articulação e coordenação das tarefas, bem como atenção nas acções que vão concorrer para resultados visíveis no abastecimento de água. “Temos algumas obras paralisadas por falta de pagamentos e outras foram retomadas, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM)”, referiu.

O ministro garantiu atenção primária aos hospitais, centros de quarentena e zonas sem abastecimento regular de água, principalmente as periféricas.

Distribuição de água

Quanto à distribuição de água às populações não abastecidas pela rede pública, no âmbito da prevenção à Covid-19, uma nota distribuída à imprensa indica que foram distribuídos, nos meses de Abril e Maio, em Luanda, 119.136 litros, com custos directos de cerca de 35 milhões de kwanzas, além de cerca de 62 milhões de kwanzas com logística e aquisição de material de biossegurança.

Nas restantes províncias, no mesmo período, o custo de custo de água distribuída gratuitamente foi de um total de 264.867,79 litros, com custos directos na ordem dos 45,2 milhões de kwanzas.

O ministro da Energia e Águas admitiu que há, ainda, áreas que preocupam o sector, entre elas as zonas do Benfica e Talatona, em Luanda. João Baptista Borges garantiu que vai ser concluído, ainda este ano, um projecto para o aumento do aprovisionamento da água no Benfica.

Outro projecto que merece a atenção do sector das águas, segundo o ministro, é o de construção da nova captação e tratamento proveniente do rio Bengo, em Quifagondo, com mais oito mil metros cúbicos que vai permitir levar mais água a toda a zona norte de Luanda.

O ministro referiu-se, ainda, à vice-presidência de Angola no Conselho de Ministros da Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZAMCOM), assumida em Fevereiro deste ano. João Baptista Borges adiantou que o nosso país assume, na próxima reunião, a presidência do órgão. Angola, acrescentou, vai dar o contributo nas questões levadas à comissão e nas que dizem respeito aos nossos interesses.

8.2 Novo projecto de água vai beneficiar 214 mil consumidores

Jornal de Angola

2 De Agosto de 2020

Texto: Marcelo Manuel e André

Brandão

Um total de 214 mil pessoas dos municípios de Cazengo e Lucala, província do Cuanza-Norte, vai beneficiar de água potável, com a construção de uma estação de captação e tratamento no rio Lucala, cuja primeira pedra foi lançada ontem pelo secretário de Estado das Águas, Lucrécio Costa.

O empreendimento, orçado em 22.656.856 milhões de dólares, financiado pelo Banco Mundial, vai criar mais de 600 empregos e atender 182 mil consumidores em Ndalatando (mais 102 mil em relação ao sistema actualmente em funcionamento no rio Mucari), 21.500 no município de Lucala e outros 10.500 clientes das aldeias por onde passar a conduta principal.

O empreiteiro da obra, Wong Guilu, frisou que os trabalhos de construção da estação de captação e tratamento de água terão a duração de 38 meses, dos quais oito para a concepção e 30 para a edificação definitiva da obra.

O secretário de Estado das Águas, Lucrécio Costa, em representação do ministro João Baptista Borges, realçou que o objectivo é a melhoria da qualidade e quantidade do abastecimento do precioso líquido a Ndalatando e Lucala.

Por sua vez, o governador do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, disse que, pela magnitude e importância, o projecto fica para os anais da história da província, principalmente, pelo facto de mitigar o sofrimento da população de Cazengo, que nos últimos tempos sofre com a escassez do precioso líquido.

O administrador municipal de Lucala, Mateus Garcia, avançou que a nível daquela vila decorrem trabalhos de melhoria e expansão da rede interna de distribuição de água potável, que de igual modo beneficiam também vários bairros periféricos.

8.3 Covid-19 e falta de água

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2020

Texto: Luciano Rocha

o asseio de pessoas e espaços, privados ou públicos, indispensável no combate à pandemia, com a qual somos obrigados a conviver, é missão que a maioria dos luandenses, por razões diversas, dificilmente pode cumprir.

A água é indispensável a tudo e todos. Está por descobrir forma de a substituir, nem o popularizado álcool em gel, nunca tão utilizado como agora, com o qual, por exemplo, não se pode cozinhar, tomar banho - embora haja quem se cubra com ele da cabeça aos pés - e os que experimentaram bebê-lo não tiveram tempo para contar a experiência. Ora, numa província como Luanda, onde ela, com frequência, escasseia nas torneiras domésticas, mesmo quem a paga, não raro a custo, como se quem atende o consumidor, em local próprio, lhe esteja a fazer grande favor - para ser mal servido já lhe basta não ser avisado de eventuais razões para os cortes no fornecimento - é extremamente difícil participar, na plenitude, no combate ao coronavírus.

Em piores condições, somente os que vivem em zonas nas quais não há canalizações, sequer chafarizes. Resta-lhes, aos que podem, comprá-la em bidões- os outros que se desenvencilhem "" - forçados, assim, a contribuir para à manutenção de um negócio objecto feito às claras.

A falta de água nas casas dos luandenses, sejam quais forem os motivos, é a mesma que mantém os espaços públicos sujos, nojentos em alguns casos, mas, estranhamente, também, a que se vê, jorrar, dias a fio, semanas, até meses, em ruas, becos, largos e passeios para gáudio dos lavadores de carros, de quem se aproveita dela para a vender, lavar roupa e tomar banho na via pública.

8.4 Distribuição de cestas básicas e água potável

Jornal de Angola

11 De Agosto de 2020

O administrador municipal adjunto do Soyo para o sector Político, Social e das Comunidades, José Suca Londa, disse ao Jornal de Angola que para reduzir as dificuldades alimentares das famílias carenciadas, por causa do confinamento social, são distribuídas cestas básicas.

De acordo com o administrador, são priorizadas as famílias residentes nas distintas aldeias.

Sublinhou que algumas empresas sedeadas na região se têm juntado ao esforço do Governo provincial, entregando doações.

A par disso, José Suca Londa disse que as famílias beneficiam, igualmente, de água distribuída ao domicílio através de moto-cisternas. São no total 11 moto-cisternas destinados à distribuição de água no município.

Assegurou que a Administração Municipal do Soyo vai continuar a acompanhar a situação social das famílias para minimizar as dificuldades. “Vamos continuar a acompanhar as nossas populações, sobretudo as que vivem nas aldeias”, disse o administrador adjunto do Soyo.

8.5 Luanda pode ver melhorada a qualidade de água potável

Jornal de Angola

15 De Agosto de 2020

Texto: Alberto Quiluta

A central de captação Kapiapia e estações da Cassaque e Kicuxi entram em funcionamento no próximo ano, com vista a aumentar a capacidade, qualidade e distribuição de água potável de 2.6 para 5.8 metros cúbicos por segundo, em algumas zonas de Luanda. O projecto está orçado em mais de cem milhões de dólares.

A informação foi avançada, ontem, em Luanda pelo secretário de Estado das Águas referindo que serão abrangidas as zonas da Camama, Talatona, Benfica I, Benficall, Futungo, Golf, Maianga e Aeroporto.

Lucrecio Costa, secretário de Estado das Águas esclareceu que a população consome água sem qualidade devido aos actos de vandalismo, mas

garantiu que haverá melhoria com os trabalhos de intervenção em curso.

Falando sobre a visita do bastonário da Ordem dos Engenheiros, o governante disse que a mesma está enquadrada na melhoria do desempenho das Estações de Tratamento de Água (ETA-S) da parte Sudeste da capital, onde existem três estações que, nos últimos anos, tinham as suas operações muito condicionadas.

Lucrecio Costa disse " ser uma visita histórica, por ser a primeira vez que um bastonário da Ordem dos Engenheiros procura entrar num diálogo, com vários intervenientes da nossa sociedade", reconhecendo tratar se de uma instituição parceira indispensável da EPAL, na melhoria do abastecimento de água potável.

O bastonário da Ordem dos Engenheiros de Angola, Pautino Neto, referiu ter ficado surpreendido pelo trabalho que está a ser desenvolvido, porque antes não tinha a noção do que se estava ser feito.

Em relação às construções na serventia do canal, o bastonário condena a atitude e defende a tomada de medidas para se evitar as construções ao longo do canal, pois, ao contrário, deverá dificultar a implementação do projecto e fazer com que o seu custo aumente.

Por outro lado, Paulino Neto defendeu a realização de um estudo conceptual de localização das diferentes instalações dos projectos de água, a sua viabilidade técnico e económica.

8.6 Tarifário de distribuição de água tem regulamento

Jornal de Angola

15 De Agosto de 2020

Texto: César Esteves

O Conselho de Ministros aprovou, ontem, durante a 5ª sessão extraordinária, o Regulamento do Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e de Saneamento de Águas Residuais.

De acordo com o comunicado saído do encontro, orientado pelo Presidente da República, João Lourenço, o diploma vai estabelecer a metodologia de cálculo das tarifas das actividades de captação, transporte, tratamento e distribuição de água potável, bem como a recolha, tratamento e descarga das residuais.

O regulamento vai estipular os procedimentos de indexação e revisão periódica e as directrizes para a fixação da estruturas tarifária.

Com este diploma, esclarece o comunicado, o Executivo pretende promover a regulação dos preços, de forma a garantir tarifas eficientes e socialmente acessíveis aos consumidores, sem prejuízo da necessária sustentabilidade económica e financeira do sector.

A ideia é conferir maior autonomia à necessária sustentabilidade económica e financeira do sector, aumentar a autonomia da Entidade Reguladora do Sector no processo de definição das tarifas e da receita anual requerida para as entidades gestoras.

O regulamento vai, ainda, permitir a recuperação do capital investido com eficiência e contribuir para a atracção de investimento privado nacional e estrangeiro para o sector.

Proposta de Lei da actividade financeira

Nesta sessão, o Conselho de Ministros apreciou, também, para posterior envio à Assembleia Nacional, a Proposta de Lei do Regime da Actividade e das Instituições Financeiras, diploma que visa a introdução de um conjunto de alterações estruturantes no quadro jurídico das instituições financeiras.

Com este acto, o Executivo pretende harmonizar o diploma com as práticas internacionais, garantindo, desta forma, a melhor defesa dos direitos e interesses dos clientes de instituições financeiras.

Por via desse diploma, refere o comunicado, será possível a institucionalização do regime jurídico de dissolução e liquidação das instituições bancárias e a garantia de acompanhamento público dos processos de alienação da actividade de uma instituição bancária objecto de resolução e de cessação da actividade da instituição de transição.

Nesta perspectiva, o diploma propõe a criação do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira (CNEF), tendo em atenção a previsão legal na qual se indica, expressamente, o Banco Nacional de Angola (BNA) como autoridade responsável pela execução da política macro prudencial.

Para o efeito, o BNA vai exercer funções de identificação, acompanhamento e avaliação dos riscos para a estabilidade do sistema financeiro, bem como a função de executor das políticas tendentes à consecução desse objectivo, mediante a aplicação de medidas de prevenção e de mitigação dos correspondentes riscos.

No mesmo encontro, o Conselho de Ministros tomou conhecimento de uma proposta de Decreto Executivo Conjunto que estabelece as regras e procedimentos para a fixação e alteração dos preços dos produtos derivados do petróleo bruto e do gás natural.

O objectivo do decreto é o de adequar o regime de preços destes produtos ao quadro macroeconómico actual e ao panorama concorrencial do sector, de estabelecer regras de execução e operacionalização do novo modelo de definição dos preços.

Além disso, o diploma visa definir a estrutura de custos e das margens de rentabilidade para cada interveniente na cadeia de valor, para garantir “precificação adequada” destes produtos no mercado angolano.

8.7 Maioria das sedes municipais ainda à espera de água potável

Jornal de Angola

17 de Agosto de 2020

Texto: Miguel Gomes

Entre 134 concursos públicos para a construção de sistemas de abastecimento de água nas zonas urbanas de todo o país (excepto as províncias de Luanda e Benguela), lançado em 2014, foram concluídos apenas 25 projectos. A maioria das sedes municipais continua sem água potável e saneamento básico.

Dos concursos lançados há cerca de seis anos, foram celebrados 118 contratos, segundo um relatório consultado pelo Jornal de Angola, publicado em Junho, relativo ao Programa de Abastecimento de Água em Zonas Urbanas do Ministério da Energia e Águas (MINEA).

A construção e/ou reabilitação dos 25 sistemas permitiu incrementar a produção de água em 89 mil e 623 metros cúbicos por dia, segundo o MINEA.

Actualmente, existem 12 sistemas municipais em construção e 26 em fase de planeamento para início ou reinício das obras. Os restantes 55 contratos foram suspensos, por não terem financiamento assegurado, e aguardam a disponibilização de recursos.

Grande parte destes acordos foram celebrados em 2014, ano em que se registou o início de uma grave crise financeira e económica que condiciona, até hoje, a realização de novos investimentos públicos. No total, os contratos representam cerca de 560 milhões de dólares ao câmbio actual. Segundo o relatório do

MINEA, “o valor médio dos investimentos no sector das águas é de 152 milhões de dólares”. Para realizar os investimentos planeados nos vários municípios seria “necessário um investimento de aproximadamente mil milhões de dólares”.

“Entre 2013 e 2014, foram celebrados acordos no valor de 51 mil milhões de Kwanzas (cerca de 80 milhões de dólares). Em 2016, com recurso à primeira emissão de Eurobonds (o Estado financiou-se no exterior do país em 1,5 mil milhões de dólares, durante o ano de 2015, a primeira operação do género em Angola) celebrámos um novo conjunto de contratos no valor de 54 mil milhões de Kwanzas (93 milhões de dólares). Da linha de crédito da China, que ainda tem projectos em execução, recolhemos 387 milhões de dólares”, explica Elsa Ramos, directora nacional das Águas no MINEA.

O programa visava intervir directamente nas infra-estruturas de todas as sedes municipais, seja por via da reabilitação ou da construção de novos sistemas de produção e distribuição. A iniciativa resultou de uma estratégia, desenhada em 2012, com o objectivo de abastecer de água potável todas as zonas urbanas (a definição refere-se às sedes municipais) fora das províncias de Luanda e Benguela.

Em relação aos 55 contratos sem programação financeira e sem horizonte temporal para serem concretizados, a responsável refere que o MINEA está, em primeiro lugar, “a reequilibrar os orçamentos e a procurar novas fontes de financiamento”.

“O nosso grande foco é terminar os projectos que já avançaram com parte das obras, mas que paralisaram por dificuldades económicas. A segunda prioridade é atender aqueles projectos que têm contratos assinados, mas que não chegaram a arrancar. E a terceira prioridade é identificar os recursos e assinar contratos para os projectos sem financiamento garantido”, disse Elsa Ramos.

A directora nacional das Águas explicou ainda que, “tendo acontecido a crise” de 2014, foi necessário redesenhar toda a estratégia do sector, agora com o horizonte temporal 2017-2022.

“Tivemos de analisar todos os investimentos e acabamos por reduzir o objectivo do programa para 85 por cento das zonas urbanas. Era nesse sentido que estávamos a trabalhar, até 2022, para ver onde poderíamos chegar. Todos os nossos projectos, toda a nossa força recebeu, outra vez, um ponto de interrogação devido à pandemia e novamente pela crise económica associada ao coronavírus. Vamos ver como ajustar o programa”, lamenta a responsável do MINEA.

A estratégia correcta?

Também no início da década de 2010, em paralelo com os programas do Governo, foi consignado um projecto de transformação e desenvolvimento institucional com o Banco Mundial: o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA).

A primeira fase de implementação (PDISA 1) já terminou e a iniciativa foi desdobrada numa segunda parceria (PDISA 2). O grande objectivo do PDISA 1 era alterar radicalmente a estrutura organizacional do sector da água em Angola.

Actualmente, o país conta com 16 empresas provinciais de água efectivamente constituídas (a larga maioria já está em funcionamento) e com um Instituto Regulador do Sector de Energia e Água (IRSEA), com funções de supervisão (apesar de ser um organismo sob alçada do MINEA, facto que limita a sua independência).

Até à implementação do PDISA 1, exceptuando as províncias de Luanda e Benguela (que contam com empresas públicas de distribuição de água desde o período colonial), todas as restantes 16 regiões do país eram abastecidas pela Direcção Nacional de Águas (DNA), que também era responsável por toda a cadeia de valor e pela regulação: produzir, distribuir, cobrar, manter as pequenas redes de distribuição, investir no aumento da cobertura, atender as populações sem acesso à água canalizada e ainda estipular os mecanismos de preços e de exploração comercial.

“O grande objectivo do PDISA 1 era ajudar o país a transitar de um modelo antigo, onde o Governo assumia todo o processo, mas, na realidade, quase não havia acesso à água potável. Agora, a ideia passa por colocar as empresas provinciais de distribuição de água ao serviço do cidadão e implementar um modelo que seja capaz de providenciar um bom serviço, com empresas profissionais, técnica e financeiramente sustentáveis”, explica o catalão Aleix Capdevila, gestor de projectos do Banco Mundial, em conversa com o Jornal de Angola.

O PDISA 2, que já está a ser implementado, basicamente prossegue os mesmos objectivos da primeira fase, em linha com a estratégia previamente definida pelo país.

“Mas podemos considerar que o ponto forte do programa é mesmo o apoio institucional, não só à DNA, mas, sobretudo, às empresas provinciais de água”, destaca o técnico do Banco Mundial.

Na segunda fase do projecto, a instituição multilateral também está a assessorar as instituições públicas na implementação de um plano de assistência técnica junto das empresas provinciais: são equipas de três pessoas que servem de espelho do Conselho de Administração, ou seja, vão assumir funções equivalentes ao presidente do Conselho de Administração, ao administrador técnico e ao administrador financeiro- -comercial. O objectivo destas acções é tornar as empresas sustentáveis que, no longo prazo, possam caminhar sozinhas, sem o apoio financeiro do Governo central.

“As empresas também devem ter capacidade para incrementar e investir na cobertura da rede e na abertura de novas ligações, de emitir facturas e de cobrá-las para que sejam financeiramente sustentáveis. Sem empresas que prestem um bom serviço, não se consegue nada”, defende Aleix Capdevila.

No entanto, a própria estratégia nacional é debatida por figuras ligadas à sociedade civil. A força do país no sector das águas está aplicada no investimento em sistemas convencionais de produção, armazenamento e distribuição nas zonas urbanas (as zonas rurais têm o programa “Água para Todos”, para além dos furos e pontos de água geridos pelas administrações e, em poucos casos, pela própria população), aumento da rede e de novas ligações, ao mesmo tempo que se reestrutura e provincializa toda a prestação de serviços.

António Venâncio, engenheiro formado na ex-URSS (mais precisamente na actual Ucrânia), que faz parte de um grupo de cidadãos interessados em desenvolver o sector, considera que os programas públicos são demasiado caros, necessariamente lentos na sua implementação, e que a ausência de um grande debate nacional tem limitado a busca por novas soluções, mais adaptadas aos recursos internos e às necessidades urgentes em termos de água potável e saneamento básico.

Desígnio nacional

Parece que o país ainda não assumiu que o investimento em sistemas de água, saneamento e higiene tem de ser um desígnio nacional, sobretudo pelo impacto na saúde pública (a maior parte das doenças endémicas estão associadas à falta de água potável e de saneamento básico), na qualidade de vida e na protecção do meio ambiente, factores que se correlacionam de forma decisiva com a economia e o desenvolvimento comunitário e interpessoal.

“Na minha opinião, a primeira coisa a fazer é separar a Energia da Água e Saneamento. O Governo

baralhou tudo e confundiu as pessoas”, considera António Venâncio, que defende a criação de um Ministério do Saneamento Básico e do Meio Ambiente ou, em alternativa, de um instituto ligado ao meio ambiente, “mas com muito poder”.

“Também falta uma autoridade nacional para gerir o saneamento básico e um instituto para regular e analisar a qualidade da água. A DNA deveria gerir apenas os recursos hídricos”, acredita o engenheiro angolano, que assume sem rodeios que “o pensamento do sector está todo errado”.

Se o país continuar a seguir o modelo que tem vindo a ser desenvolvido com o apoio de instituições internacionais, na opinião de António Venâncio, “nem daqui a 50 anos” teremos água potável em casa. Com sérias consequências para o futuro dos angolanos.

“Neste momento, as águas residuais, pluviais e outras estão simplesmente a infiltrar-se na terra, por falta de saneamento básico, e a criar um sério problema ambiental (a contaminação dos solos), quando 90 por cento desta água poderia ser reaproveitada pelo sistema, depois do tratamento adequado”, lamenta o engenheiro civil.

Elsa Ramos, por outro lado, defende que o sector é complexo e que há diversas variáveis com influência directa na forma como são definidos os investimentos.

“Às vezes, parece que demoramos muito tempo a desenhar e a executar os projectos, mas nós somos obrigados a seguir alguns passos”, disse a responsável do MINEA.

Em primeiro lugar, é importante definir se é necessário construir sistemas novos ou reabilitar os sistemas antigos.

Os projectos devem ter uma vida útil de 10 a 20 anos, por isso é necessário acompanhar o ritmo de crescimento da população e o seu impacto nas redes de distribuição de água.

Outro desafio importante são os recursos humanos. O sector enfrenta uma grande carência de quadros (desde as categorias superiores até ao canalizador, técnico de análise de qualidade da água, entre outros) e também não existem muitas instituições direccionadas para a formação em hidráulica, facto que coloca os investimentos públicos em risco.

“Finalmente, enfrentamos grandes desafios na cobrança dos serviços. Realmente, as pessoas querem água potável, mas devem ter consciência de que é

preciso pagá-la”, explica a directora nacional das Águas.

O caso do Cuando Cubango

Cinco dos nove municípios da província do Cuando Cubango, uma das maiores do país, que enfrenta uma crónica falta de serviços públicos, não têm previsão sobre o acesso à água potável.

Os dados constam de um relatório do Ministério da Energia e Águas (MINEA), publicado no último mês de Junho. Apenas as zonas urbanas dos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale e Calai prestam algum serviço institucional de água aos cidadãos. Na sede municipal do Rivungo, as obras estão concluídas e o sistema está em fase de testes.

“Não podemos dizer que a província esteja à parte. Quando identificamos projectos, fazemo-lo para o país todo. Por outro lado, os investimentos não são apenas realizados a nível central, temos investimentos promovidos a nível provincial e municipal. Quando tivermos os financiamentos disponíveis, precisamos de definir prioridades, não só para o Cuando Cubango, mas para o país todo. Temos de ter paciência. Os projectos de água são onerosos e não conseguimos atender o país todo ao mesmo tempo”, lamenta Elsa Ramos, directora nacional das Águas.

Os projectos concebidos para as sedes municipais do Cuangar, Cuchi, Dirico, Mavinga e Nancova não foram enquadrados no Orçamento Geral do Estado para 2020 por falta de recursos financeiros.

8.8 Avaliação independente atribui nota “muito satisfatória”

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2020

O sistema de avaliação de projectos do Banco Mundial, que conta com um ranking de classificação próprio, para além da obrigatória análise externa e independente, considerou “muito satisfatória” a implementação da primeira fase do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA 1).

Segundo a avaliação oficial, o programa “conseguiu atingir os objectivos previstos de uma maneira muito boa”, conta Aleix Capdevila, gestor de projectos do Banco Mundial.

O PDISA 1 estava focado na profissionalização, criação e desenvolvimento das empresas provinciais de água, prestação de serviços de assistência técnica e aumento das redes de distribuição e do número de

conexões domiciliárias. “O que sempre argumentamos é que o ponto forte do PDISA 1 não era a construção de mais conexões, isso qualquer banco pode financiar. O ponto forte do programa é o apoio institucional, tanto à Direcção Nacional das Águas (DNA) como às empresas de produção e distribuição”, explica Capdevila.

Em relação às fraquezas do programa, que precisam de ser acompanhadas durante a implementação da segunda fase (PDISA 2), Elsa Ramos, directora nacional das Águas, defende um olhar mais atento às questões do saneamento básico.

“A falta de medidas relativas ao saneamento de águas residuais foi considerada um ponto fraco. Nós produzimos, consumimos e depois descartamos a água. Mas esta água precisa de ser tratada antes de ser descartada, para não causar problemas no meio ambiente. Este é o momento de olhar para a questão do saneamento”, acredita a responsável, que afirma que o PDISA 1 “veio iniciar a revolução institucional do sector”.

Do lado do Banco Mundial, Aleix Capdevila prefere focar-se no reforço da capacidade de gestão das empresas provinciais que foram criadas ao longo do PDISA 1.

“Não estou a falar de corrupção ou desse tipo de questões, refiro-me mesmo à profissionalização da gestão. Não faz sentido nomear um Conselho de Administração que não se preocupa em implementar uma gestão motivada para servir os cidadãos. Estamos a falar de pessoas que, por vezes, têm outros interesses e que conhecem mal o sector. Isto foi um ponto de diálogo bastante forte entre o MINEA e o Banco Mundial. O PDISA 2 traz uma progressão neste sentido”, explica.

Para além de ter fomentado a reorganização do sector das Águas, com a criação do Instituto de Recursos Hídricos, do Instituto de Regulação do Sector da Energia e Águas e o reforço da Direcção Nacional das Águas, o PDISA 1 concretizou a construção de 108 mil ligações domiciliárias, que servem cerca de 1 milhão de pessoas. Globalmente, os empréstimos assegurados pelo Banco Mundial em parceria com o Governo e a Agência Francesa de Desenvolvimento atingem os 545 milhões de dólares.

8.9 Banco Mundial defende entrada de privados “de forma saudável”

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2020

A participação de operadores privados na prestação de serviços públicos essenciais levanta sempre alguma polémica. O Banco Mundial é conhecido pela defesa de uma agenda liberal na economia, mas, acredita Alex Capdevila, estamos apenas perante um debate sobre regulação, tal como nos subsídios públicos para baixar as tarifas da água.

“Num país como Angola, onde tudo era estatal, o Banco Mundial julga como muito bom que se desenvolva um sector competitivo com a participação de operadores privados, desde que regulado de forma saudável”, explica.

Talvez ainda seja cedo para falar sobre que tipo de envolvimento poderá acontecer com eventuais operadores privados. Mas o da água canalizada. Neste momento, apesar de ainda subsidiar parte do consumo total de água no país, o Governo tem vindo a retirá-los da equação. Banco Mundial já realizou um estudo, solicitado pelo Governo, sobre uma possível Parceria-Público-Privada para o sector da água na província de Cabinda.

“Não é algo que vai começar agora. Foi apenas um estudo - que está concluído -, para analisar quais são as possibilidades e quais as ideias que poderão funcionar no contexto angolano. No futuro, não sei o que vai acontecer”, conta o gestor de projectos do Banco Mundial.

O mesmo se verifica em relação aos subsídios aos preços

No caso de Angola, que enfrenta uma elevada taxa de pobreza, talvez continue a fazer sentido subsidiar um produto essencial para a vida dos cidadãos com menos possibilidades financeiras e menos acesso aos serviços públicos: desta forma os subsídios estariam a ser direccionados, ao contrário do que acontece neste momento, onde quem consome mais água canalizada (as famílias que vivem nas zonas mais infra-estruturadas do país) é mais beneficiado.

Os subsídios também acabam por ser um entrave ao desenvolvimento e autonomia das próprias empresas provinciais (se recebem uma transferência anual que cobre parte da actividade comercial, porque se vão dedicar à cobrança junto dos clientes, por exemplo?).

Do lado dos possíveis operadores privados, os receios relativos aos subsídios também podem limitar o surgimento de novas empresas.

“Os subsídios são uma decisão política e as políticas podem mudar no futuro. O que tem de funcionar é a definição do custo básico de operar o sistema. Não sou um especialista em subsídios, mas, dentro do Banco Mundial, temos muitos peritos neste assunto. Os nossos colegas dizem sempre que não são contra os subsídios - são contra os subsídios mal dirigidos”, explica Alex Capdevila.

Ao mesmo tempo, a privatização da água potável no país avançou sem grandes alaridos há cerca de uma década, com o surgimento de várias marcas de água engarrafada tratada (diferentes das águas de nascente).

Se, por um lado, as empresas provinciais não têm capacidade para entregar e cobrar o consumo de água potável no seio das famílias, acabam por fornecer uma parte das indústrias de bebidas, que tratam a água da rede, embalam e revendem já engarrafada.

O cenário é paradoxal: o cidadão não tem água potável em sua casa e depois é “obrigado” a investir diariamente em água de mesa.

8.10 MINEA aberto a propostas e ao debate

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2020

Do lado do Ministério da Energia e Águas (MINEA), Elsa Ramos, directora nacional das Águas, manifestou algum conhecimento sobre o Rio Luanda. E defende que a instituição está aberta a novas propostas e a provocar o debate, para que as diversas forças do país encontrem soluções para melhorar o acesso à água potável e ao saneamento básico.

"Mesmo assim, considero que devemos deixar a engenharia funcionar e deliberar o que é mais correcto. As novas ideias são sempre bem-vindas. O que posso dizer é que os nossos sistemas de distribuição de água são construídos de forma convencional, dentro daquilo que está habitualmente definido. Um grupo de engenheiros apresentou uma proposta ao sector, já temos algum conhecimento sobre isso. Vamos aguardar", frisou Elsa Ramos.

Em termos de conceito, a responsável do MINEA defende que é necessário “analisar muito friamente todas as questões envolvidas”. Algumas ideias poderão “parecer muito vantajosas, mas, por vezes, há outras implicações que as tornam inviáveis. São questões que devem ser analisadas profundamente em termos de engenharia”, disse a directora nacional das Águas.

Relativamente à falta de debate e de maior participação dos técnicos e da academia angolana nos grandes desígnios nacionais, Elsa Ramos defende que o sector tem as portas abertas.

“O exercício de participação é bem-vindo e tem sido proporcionado. Neste momento, temos vários projectos em auscultação pública, onde fazemos questão de que os sectores associados às águas transmitam a sua opinião. O sector nunca esteve fechado e também não fazemos projectos à porta fechada. Por exemplo, estamos neste momento a lançar, com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), os estudos sobre o saneamento básico em 11 cidades costeiras. Estes projectos estão em auscultação pública em Cabinda e na província do Zaire, onde o processo está mais adiantado”, conta a responsável.

Alex Capdevila, do Banco Mundial, ainda que admita não conhecer o conceito na base do Rio Luanda, levanta algumas reservas e defende o projecto Bitá, que deverá ser construído com o apoio do Banco Mundial, mesmo quando analisa a relação entre custos e benefícios.

“Existem sempre ideias alternativas... Acho que o projecto Bitá é um bom exemplo, mesmo ao nível dos custos”, defende o gestor de projectos do Banco Mundial.

O projecto Bitá prevê abastecer de água potável toda a zona Sul de Luanda. A captação será feita no Rio Kwanza e, numa das margens, vai ser construída uma estação de tratamento. Dalí, por gravidade, as canalizações vão transportar a água para cinco ou seis Centros de Distribuição, que vão abastecer os Ramiros, Bairro Mundial e Cabolombo.

A ligação vai estender-se até à zona sul do Benfica, onde há rede de distribuição, mas não há serviço de abastecimento. “Toda esta zona da cidade compra água dos camiões cisternas. Que é mais cara. Quando analisamos o que as famílias pagam neste contexto, e o que poderão vir a pagar pela água canalizada, os preços reais descem bastante. E também vai melhorar a vida da população”, considera Capdevila.

Ainda no projecto Bitá, as redes secundárias e terciárias vão ser instaladas no interior dos bairros, com utilização de condutas mais pequenas e flexíveis, com capacidade para abastecer habitações que não seriam contempladas num projecto de engenharia convencional. “Por outro lado, a ideia do Rio parece-me um pouco faraónica, um pouco estranha e imaginária. Devido aos custos associados à movimentação de terras, parece-me que não faz muito sentido. Julgo que estou a perceber o conceito, mas em Luanda será de difícil implementação e não seria eficiente em termos de custos”, defende Alex Capdevila, que afirma não ser um conceito comparável ao projecto Bitá, que prevê fornecer água a 1 milhão de pessoas e atingir, no futuro, os dois milhões de clientes.

“Luanda é uma cidade incrível, nunca vi algo parecido, onde a maior parte da população das zonas periurbanas é abastecida por camiões cisternas. Seria muito bom conhecer o desenho do Rio Luanda ou algum relatório sobre a proposta. Todo o debate é interessante e talvez possamos aproveitar algumas ideias”, conclui o responsável do Banco Mundial.

8.11 Um grupo de engenheiros projecta Rio Luanda

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2020

Um grupo de engenheiros angolanos tem vindo a trabalhar num projecto inovador, que propõe a construção de um rio artificial (especialmente concebido para abastecer de água a capital do país), que poderia atravessar toda a cidade de Luanda, numa extensão de 52 quilómetros.

O ambicioso projecto, segundo os promotores, propõe realizar várias funções - produção e distribuição de água potável, acesso ao saneamento básico, reconversão urbana e desenvolvimento económico municipalizado, entre outras. E ainda poderá ser mais barato do que os programas financiados actualmente pelo Governo.

Para António Venâncio, um dos rostos do referido grupo de trabalho, o “Governo habituou-se, por razões históricas, a aprovar projectos elaborados apenas por estrangeiros ou por estrangeiros em parceria com quadros angolanos”. O engenheiro civil considera que “muitos destes planos falharam por falta de aplicabilidade e acabaram por ser impostos a partir de cima”.

“Os técnicos angolanos não tinham palavra e não eram ouvidos. As pessoas que discordavam de determinadas ideias não eram escutadas. Neste momento, sentimos que as propostas já são bem-vindas pela governação, mas que as lideranças intermédias continuam de pé atrás. Mesmo assim, acredito que o Governo já perdeu a hegemonia das engenharias”, defende António Venâncio.

O abastecimento de água canalizada só beneficia uma minoria da população e também não existe estrutura de saneamento básico em Luanda e nas restantes províncias. “Apenas 2 por cento da população tem acesso ao saneamento”, assinala António Venâncio.

O Rio Luanda está a ser pensado com dois braços, um ascendente e outro descendente (entre a zona da Ponte Molhada, no Benfica, e Cacucaco), com iluminação pública em toda a sua extensão (a energia necessária será produzida pelo próprio rio), bacias de retenção, seis metros de profundidade e criação de zonas de reconversão urbana ao longo do projecto (com áreas previstas para realojamento da população e concessão de terras para investimento público e privado), com o objectivo de fornecer água 24 horas por dia.

Todos os projectos que estão a ser ou foram desenvolvidos na província de Luanda serão integrados no Rio Luanda. O custo das obras ainda não está totalmente definido, mas os promotores acreditam que poderá atingir um terço do projecto Bitá, avaliado em cerca de 1000 milhões de dólares.

“A água potável pode levar o desenvolvimento aos musseques e promover uma série de negócios familiares, para além de abrir áreas propícias à reconversão urbana. Também vai promover a criação de empresas municipais de saneamento com gestão local (já tendo em vista as autarquias)”, explica António Venâncio.

O engenheiro civil acredita que a criação das empresas provinciais, do seu ponto de vista, “não é suficiente para descentralizar a gestão do sector”.

“São os municípios que têm de gerir o saneamento básico. A centralização é inversa ao desenvolvimento”, defende. Desde 2010, foram criadas 16 empresas provinciais de água: apenas no Cuando Cubango e no Cuanza-Norte ainda não estão totalmente operacionais.

“Os engenheiros angolanos têm de se unir para alterar o modelo que está a ser implementado. Temos de nos despir de todo o tipo de complexos. Para além do Rio Luanda, estamos a trabalhar numa proposta para um novo plano de recolha de resíduos e numa

estratégia concreta para libertar as linhas de água que atravessam a capital do país”, anuncia Venâncio.

As propostas levam também em conta a própria história das bacias de água presentes em Luanda, desde a antiga lagoa da Cidadela/Bairro Indígena, até à Lagoa do Kinaxixi e as linhas de água subterrâneas que correm até à zona da Corimba, que transportam consigo ensinamentos e memórias colectivas que podem contribuir para o debate.

8.12 Mais de 95% da população consome água imprópria

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2020

Texto: Adão Diogo

Cerca de 95 por cento da população da Lunda-Sul consome água imprópria, proveniente de rios e de cacimbas, revelou, em Saurimo, o governador provincial daquela parcela do país, Daniel Neto.

Em função dessa situação, o governador provincial da Lunda-Sul reconheceu o sacrifício diário que a população é submetida para conseguir água, reflexo do envelhecimento dos equipamentos do actual sistema de água, instalado na Estação de Tratamento de Água (ETA) sobre o rio Chicapa.

Daniel Neto acrescentou que, desde Janeiro, a ETA Chicapa baixou a sua capacidade de distribuição de 5.140 metros cúbicos de água (5.140.000 litros) para 4.600 (4.600.000 litros), no sentido de atender a 1.554 ligações domiciliárias, com auxílio de 120 sistemas de furos artesianos que, através de 40 chafarizes, mitigam as necessidades de 37 mil consumidores.

Com vista a inverter esse quadro, o Governo Provincial da Lunda Sul precisa, com urgência, de 95 milhões de dólares para investir na construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA) junto do rio Luachimo, cerca de 20 quilómetros da cidade de Saurimo.

O presidente do Conselho da Administração da Empresa Provincial de Águas da Lunda-Sul (EPALS), Agostinho Piedade, revelou, ontem, na cidade de Saurimo, que a ETA está projectada para dispor de uma capacidade de 60 milhões litros de água para satisfazer cerca de 800 mil habitantes.

O PCA esclareceu que as avarias constantes nos equipamentos da ETA sobre o rio Chicapa, que serve a cidade de Saurimo, e a acumulação de uma dívida de consumo, na ordem de 100 milhões de kwanzas por parte dos clientes, concorrem para uma prestação

aquém do mínimo desejado para os mais de 500 mil habitantes da sede municipal de Saurimo.

Agostinho Piedade ressaltou que os referidos problemas foram, há muito, identificados e reportados para a estrutura central do sector, para o devido tratamento, enquanto localmente buscam-se soluções, no sentido de se evitar a paralisação do empreendimento, inaugurado há cerca de nove anos, para atender uma população de 250 mil habitantes.

O Gabinete Provincial de Infra-estruturas, Saneamento e Serviços Técnicos da Lunda Sul esclarece que o projecto da nova ETA com capacidade para garantir uma disponibilidade de 60 mil metros cúbicos (60 milhões de litros), necessários para servir a população, através de uma rede de 50 quilómetros foi, há dias, submetido à apreciação da sociedade civil.

O gabinete notou que, quando a ETA-Luachimo entrar em funcionamento, a central de captação de Chicapa, em uso, vai beneficiar de obras e, em caso de necessidade, operar através de uma interligação ao sistema.

8.13 Água potável chega a aldeias de Necuto

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2020

Texto: Bernardo Capita

Pela primeira vez, mais de dez mil habitantes de aldeias da comuna do Necuto, município de Bucu-Zau, em Cabinda, passaram a consumir água potável, produzida a partir da estação de tratamento (ETA) do Chinzembe I, inaugurado, segunda-feira, pelo governador Marcos Alexandre Nhunga.

A ETA de Chimbenzil, localizada no Necuto, tem uma capacidade de 100 metros cúbicos por hora, custou aos cofres do Estado 219 milhões de kwanzas e vai beneficiar habitantes de dez aldeias.

O empreendimento dispõe de uma fonte de captação, adutora de água bruta, sistema de bombeamento do produto tratado sistema de distribuição, tem por três reservatórios e 16 chafarizes, dos quais nove simples e sete combinados. A água é captada a partir do rio Lunsala, que se situa entre a aldeia de Chirnbenza I e Kungo Butuno, daí bombeada por sistemas de gravidade numa rede de cerca de dez quilómetros de extensão até à ETA.

O governador da província de Cabinda chamou a atenção aos habitantes das dez aldeias beneficiárias

do empreendimento para o conservarem devidamente, ao mesmo tempo que anunciou a implementação, nos próximos dias, do projecto de abertura de furos artesianos naquelas localidades.

Marcos Nhunga assegurou a reabilitação do sistema gravítico, que existe desde o tempo colonial, acrescentado ser preocupação do governo que a água potável chegue o mais rápido possível a toda a população da comuna do Necuto.

O regedor do Kungo Butuno, Evaristo Casimiro Télica, disse que a população sente-se feliz, por saber que está a consumir água tratada e solicitou que projectos idênticos sejam extensivos a outras aldeias da regedoria, composta por três sobados.

8.14 Lucrécio Costa desqualifica ideias sobre o "Rio Luanda"

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2020

O secretário de Estado para as Águas, Lucrécio Costa, desqualificou, segunda-feira, em Luanda, aquilo a que considerou "ideias" sobre a construção do "Rio Luanda", defendidas pelos engenheiros António Venâncio e Francisco Lopes.

Segundo uma nota distribuída à imprensa, Lucrécio Costa, em representação do titular da pasta da Energia e Águas, João Baptista Borges, reuniu-se com os engenheiros António Venâncio e Francisco Lopes para perceber melhor essa abordagem, que tem sido frequentemente apresentada pelos promotores do "Rio Luanda".

O encontro decorreu no anfiteatro da EPAL-EP encontrou também com a presença do vice-presidente da Ordem dos Engenheiros de Angola, Augusto Baltazar de Almeida, do PCA da empresa anfitriã, vários quadros do sector e convidados.

Anota, que não faz qualquer alusão ao ponto de vista dos promotores do "Rio Luanda", refere ao secretário de Estado o que ocorreu foi a apresentação de uma "ideia" e não propriamente de um projecto que se possa considerar como peça de contribuição para o aumento da disponibilidade de água bruta para os sistemas e, consequentemente, de água potável para Luanda, ou do seu saneamento.

De acordo com Lucrécio Costa, os promotores da "ideia" não conseguiram responder, de forma convincente, a todas as questões que foram colocadas durante o encontro.

Lucrécio Costa disse que a maioria das perguntas não foi respondida, porque os engenheiros que apresentaram a "ideia" não estiveram em condições de o fazer, já que estão numa fase ainda muito incipiente do estudo, o que serviu para desmistificar a ideia de que havia, a priori, uma base de discussão mais sólida.

Lucrécio Costa disse que ficou com a percepção de que a implementação de uma "ideia" como a que está em causa fere as exigências sanitárias que se devem observar na estruturação e no funcionamento de um sistema de abastecimento de água.

Acrescentou que água em canal aberto, em meio urbano densamente povoado, é, do ponto de vista sanitário, impraticável, não recomendável e na sua relação ambiental pode ser considerado um acto de irresponsabilidade.

Para Lucrécio Costa, a "ideia" pode ainda ser considerada um retrocesso para o nível de desenvolvimento que o sector já atingiu.

A "ideia" apresentada por António Venâncio e Francisco Lopes considera a instalação, em meio urbano, de um número considerável de estações de tratamento de água, mas, disse o secretário de Estado, não tem em conta os custos associados, o que, como sustenta, é impraticável.

Lucrécio Costa refere, ainda assim, que o Ministério da Energia e Águas nunca se mostrou indisponível para ouvir e discutir propostas, pelo que a "ideia" continuará a ser acompanhada pela EPAL- EP, cuja direcção já agendou um encontro, que terá como objectivo fazer a descaracterização técnica das ideias avançadas,

8.15 EPAL arrecada 4,8 mil milhões de kwanzas

Jornal De Angola

20 De Agosto de 2020

Texto: António Eugénio

A Empresa de Águas de Luanda (EPAL) anunciou que arrecadou durante o primeiro semestre deste ano 4,86 mil milhões de kwanzas, contra os 10,17 mil milhões de kwanzas no ano passado.

A arrecadação está em baixa devido ao incumprimento no pagamento do serviço prestado pelos usuários, estando este factor a provocar um desconforto financeiro à empresa. Dados da EPAL indicam que a dívida acumulada de clientes está avaliada em cerca de 87 mil milhões de kwanzas.

Entre o ano de 2019 e o primeiro semestre de 2020, a dívida de clientes cresceu de 80,22 mil milhões de kwanzas para os 87 mil milhões de kwanzas, uma demonstração clara de que os consumidores se furtam a pagar as suas contas com a regularidade que é esperada pela EPAL. Segundo a fonte, caso se mantiver essa tendência, até final de 2020, a dívida pode estar acima dos 90 mil milhões de kwanzas.

“ E restará a EPAL o direito de efectivação de cortes aos clientes devedores, após esgotadas as modalidades de negociação entre as partes”. Por outro lado, a empresa pretende iniciar brevemente a implementação de um projecto-piloto de instalação de contadores inteligentes que vai abranger 500 clientes, para começar com o sistema pré-pago.

Este projecto vai ter início na Centralidade do Kilamba, no município do Belas em Luanda, concretamente no KK5000, já que nesta área da cidade segundo a fonte, a EPAL tem condições de satisfazer as exigências técnicas do pré-pago. A implementação do Sistema pré-pago vai requerer a montagem de contadores inteligentes, assim como a instalação de toda infra-estrutura que o integra, desde fiabilidade na rede de comunicação e conexão com o sistema de facturação usado na EPAL.

A continuidade do projecto depende do sucesso dos resultados que apresentará o teste. De acordo com as recomendações dos especialistas, numa primeira fase, serão instalados de forma gradual 500 equipamentos (contadores inteligentes). “ O início da montagem ou melhor dito, implementação do sistema pré-pago, não tem haver apenas com a montagem de contadores inteligentes, mas sim, com toda a infra-estrutura que o integra, desde fiabilidade na rede de comunicação e conexão com o sistema de facturação usado na EPAL, entre outros”.

O sistema de pré-pago irá permitir a cobrança justa, redução do nível de inadimplência dos clientes e melhoria na gestão financeira. Entretanto, o Jornal de Angola sabe que, na centralidade “horizonte” do Cuito, na província do Bié, os consumidores da água naquela área, já usufruem deste processo. Consta que os clientes pagam as suas contas com regularidade.

Recentemente, O conselho de ministro anunciou que está a preparar estabelecer uma nova metodologia de cálculos das tarifas das actividades de captação, transporte, tratamento e distribuição de água potável.

8.16 China financia 15 por cento de projectos de água do país

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2020

Texto: Ana Paulo

Nos mais de 50 contratos em efectividade, para a edificação do sistema de construção de água em sedes municipais, o Ministério da Energia e Águas pretende concluir apenas aqueles que já dispõem de financiamento garantido, comunicou hoje, em Luanda, o secretário de Estado das Águas, Lucrécio Alexandre Costa.

A ficha da obra dos projectos em curso ronda aproximadamente os 100 milhões de dólares, incluindo as obras da alta do Bengo e alta do Cuanza.

Em declarações à imprensa, após a visita de constatação à estação de Tratamento de Água do Candelabro do Kifangondo, Lucrécio Alexandre Costa disse existir actualmente mais de 60 empreitadas paralisadas, maioritariamente regularizadas, e um conjunto de obras incitadas imobilizadas, não só devido ao surgimento da Covid-19, como pela gritante depreciação da moeda nacional.

Lucrécio Alexandre Costa esclareceu que o valor orçamental para realizar os trabalhos superaria os legalmente permitidos, sendo que os equipamentos valem divisas e os contratos foram feitos em kwanzas. “Quando há necessidade de se comprar uma electrobomba, o preço não será o mesmo valor, porque a cotação do kwanza relativamente ao dólar é diferente, o que constitui grande dificuldade na execução”.

Por um lado, dos 50 contratos de água existentes 15 por cento foram suportados pela linha de financiamento da China, entre os quais os projectos de proa sedeados nas localidades de Huambo, Cabinda, Bengo (Bula Tumba), Muxaluando, no município de Nambuango, Quinjenje (Huambo), Chitembo, Andulo (Bié), Dala, Muconda e Cacolo (Lunda Sul).

8.17 Bairros do Sambizanga enfrentam escassez de água

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2020

Texto: Fula Martins

Há oito anos, quando tomou contacto com a criação de infra-estruturas técnicas, no quadro dos trabalhos

de requalificação do distrito do Sambizanga, Joaquim Gouveia jamais podia prever o calvário que agora enfrenta.

Para Joaquim Gouveia, morador no bairro da Lixeira, a construção e reabilitação de passeios, vias de circulação, viaduto e outras infra-estruturas públicas representou o início da viragem urbanística do Sambizanga, mas também o avolumar de dissabores no acesso à água potável para as famílias dos bairros da Madeira, Lixeira, Frescura, Santo Rosa, entre outros.

“A requalificação do Sambizanga-Sede previa também a construção de serviços médicos, postos policiais, redes eléctricas, de abastecimento de água e drenagem das águas residuais e pluviais. Infelizmente, parte da conduta de transporte de água para o bairro foi cortada e estamos assim até hoje”, disse Joaquim Gouveia.

Para contornar a carência de água, os moradores dos bairros penalizados são abastecidos com alguma regularidade por camiões-cisterna. Outros optam ainda por ter reservatórios nas viaturas e encher sempre que a necessidade exija.

Joana Luís é moradora no bairro da Madeira. Tem presente na mente a placa com os dizeres “Os sacrifícios de hoje vão ser recompensados amanhã”, afixada, à época, em vários locais do Sambizanga. Decorridos esses anos, sente-se desiludida por todos ainda estar a consentir os mesmos sacrifícios.

Joana Luís conta que a “luta” pela disputa de água inicia cedo e, por isso, muitas vezes é obrigada a acordar antes das 5 horas da manhã para evitar o excessivo número de pessoas imbuídas do mesmo objectivo.

“Há anos que o consumo de água ficou limitado e não temos qualquer esperança na resolução imediata deste problema”, lamentou Joana Luís, enquanto aguardava na fila para encher a bacia com água do camião-cisterna.

O administrador do Sambizanga reconhece que o distrito regista algumas restrições do ponto de vista estrutural por força das obras de requalificação do passado recente. Incluiu a carência do precioso líquido em vários bairros e fez saber que a cobertura no abastecimento de água potável está na ordem de 65 por cento.

Tomás Bica lamentou o facto de o Sambizanga ter sido das poucas localidades que não beneficiou do projecto das 700 mil ligações domiciliárias da Empresa Pública de Águas (EPAL).

“Existem várias zonas no Sambizanga que não têm água por falta de ligação domiciliária”, disse.

Tomás Bica explicou que existe um ramal de água no Bairro Operário que percorre a rua de Benguela. Considerou que o mesmo pode beneficiar de obras e ser aproveitado para futuras ligações domiciliárias.

Com as obras paralisadas por insuficiência de recursos financeiros, Tomás Bica informou que a continuidade do projecto de requalificação do Sambizanga e, muito particularmente, o Bairro Operário, é da responsabilidade do Governo central.

“Não é uma tarefa da administração do distrito como tal, é do Governo central e por insuficiência de recursos financeiros as obras encontram-se paralisadas. Somos da área operacional e apenas cabe-nos cumprir os programas de realojamento”, disse.

8.18 PAL acrescenta 210 milhões de litros/dia

Jornal de Angola

31 De Agosto de 2020

Texto: Ano Paulo

O crescimento anual de três por cento da população nacional é, no momento, uma referência considerada nas estratégias do sector de produção e distribuição de água, que estima para a provinda de Luanda, até Março do próximo ano, um aumento no abastecimento com mais 210 milhões de litros/dia.

Recentemente, no quadro de urna visita de campo efectuadas à Estação de Tratamento de Água de Kifangondo, no designado Projecto ETA Candelabro III, o secretário de Estado das Águas, Lucrécio Costa, apontou como necessidade a combinação do crescimento populacional com o melhoramento da urbanização.

Para o governante, a problemática do abastecimento de água não se cinge apenas na mera ligação domiciliar, mas também na requalificação dos centros urbanos, programa de desenvolvimento urbanístico, nos recursos, no Produto Interno Bruto per capita e nas linhas de crédito.

Quanto ao projecto visitado, Lucrécio Costa constatou que a execução das obras rondam apenas os 35 por cento, sendo que deveria estar já a 80 por cento, um grande arraso justificado com os efeitos da Covid-19 e outros de carácter financeiro.

A distribuição de água potável ao domicílio, para o secretário de Estado Alexandre Costa, continua a ser um desafio gritante, pois até ao

momento, o sector não tem dinamismo na execução de redes de distribuição de ligações domiciliárias compatíveis com os níveis de crescimento populacional, o que constitui um verdadeiro problema.

Não obstante as dificuldades, é posição dos gestores do sector que os projectos em execução e a gestão do sistema de abastecimento de água têm que ser compatíveis com as boas práticas e procura da eficiência.

Prevista para o primeiro semestre de 2021 e financiada pela Linha de Crédito da China, a estação de tratamento de água do Candelabro de Kifangondo, denominado por "Projecto ETA Candelabro III", é executada como objectivo de abastecer quase dois milhões de habitantes e aumentar a distribuição nas áreas de influência. Está localizada no município de Cacuaco, em Luanda, e dividida em três fases. De momento já duas fases estão concluídas, faltando apenas a terceira.

A fase I e II de distribuição de água nos centros dependentes contempla diversas áreas do bairro dos Mulenvos, Marçal, Panguila, Centralidade do Sequele, Pólo Industrial de Viana e zonas adjacentes, todos da província de Luanda.

8.19 PIIM leva água potável ao bairro da Paróquia

Jornal de Angola

31 De Agosto de 2020

Pelo menos três mil famílias do bairro da Paróquia, na com uma sede do município de Caluquembe, passaram a usufruir, pela primeira vez, desde o final de semana, do consumo de água potável, no quadro dos investimentos inseridos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O abastecimento de água potável ao bairro da Paróquia resulta da construção de um sistema de abastecimento, com capacidade para bombear 2.6 metros cúbicos de água por hora, equivalentes a 2.600 litros.

A propósito da inauguração da infra-estrutura, orçada em mais de 17 milhões de kwanzas, o administrador municipal de Caluquembe, José Nataniel Chissonde, sublinhou que o sistema de abastecimento vai ajudar na prevenção de doenças, fundamentalmente da Covid-19.

O morador Jeremias Zeferino, que falou em nome da comunidade, reconheceu o empenho do governo na

extensão da rede de água potável para os bairros mais afastados das sedes municipal e provincial.

No quadro do PIIM, está ainda previsto, para o município de Caluquembe, a construção de quatro furos de água, avaliados em 70 milhões de kwanzas.

8.20 Saneamento básico é a principal frente de batalha

Jornal de Angola

4 De Agosto de 2020

Texto: Vladimir Prata

Acaba de completar cem dias desde que tomou posse como administrador municipal de Moçâmedes. Quais são os principais problemas identificados?

Até agora, o principal problema identificado no município é o saneamento básico. Estamos a passar por um período crítico em função da pandemia da Covid-19, por isso gostaríamos de dar uma resposta às questões relativas ao saneamento básico. A distribuição de água estamos a resolver com algum cuidado, mas o saneamento básico é a principal frente de batalha que nós temos. A começar pela falta de alguns meios, incompreensão dos moradores na deposição do lixo, o facto de termos introduzido no município de Moçâmedes 4.000 habitações - que representam quatro mil famílias subdivididas nas duas centralizadas - sem antes prevermos como é que haveríamos de fazer o saneamento básico. Tudo isso é um grande desafio.

O que o senhor define como prioridade para o seu mandato?

Definimos para esse mandato onze eixos que se inserem no exercício governativo: o primeiro tem a ver com um sistema de gestão e recolha de resíduos sólidos, incluindo a própria sensibilização, porque temos que trabalhar muito as mentalidades em relação a esse tema. Outro tema ver com o melhoramento e conservação dos espaços públicos, e neste, âmbito começamos com espaços como o Largo Espírito Santo, Parque Infantil e o Parque de Campismo. Vamos ainda fazer o melhoramento dos outros espaços verdes, apesar das dificuldades financeiras que o país está a viver. Continuamos abertos a iniciativas que visem à melhoria desses espaços; estamos a trabalhar com as comunidades para poda e pintura das árvores e recolha de lixo. Há uma série de acções que vamos levando a cabo e consideramos que, não tendo sido resolvidas nestes primeiros cem dias do nosso mandato, podemos fazê-las até ao fim do ano. Temos também a questão das acessibilidades, mobilidades urbanas e

periurbanas, e como temos alguma maquinaria, vamos tentar resolver alguns problemas das vias, a começar pela construção de passeios, aplicação de lancis, retirada das areias das bermas, lavagem das ruas e uma série de acções nesse sentido. Também temos a regularização e organização da toponímia a nível do município, sobretudo no casco urbano. Temos as centralidades e alguma parte das periferias com ruas sem nome, sem número de Polícia, e isso está incluído também como preocupação da nossa governação. Continuamos a lutar com a organização dos mercados retalhistas, urbanos e rurais, bem como a rede comercial de proximidade e venda ambulante.

A propósito, como pensa a administração resolver o problema da venda ambulante?

Estamos a desenvolver acções, trabalhando com os mercados; estamos a construir um novo mercado e a melhorar o mercado do Valódia. Também temos um programa de ordenamento e melhoramento do trabalho das vendedoras de frutas; elas estão em toda a zona urbana, sobretudo em frente das lojas, fazendo concorrência desleal, então estamos a trabalhar no sentido de ordená-las, obrigá-las a vender nos mercados, fazendo feiras três vezes por semana, em locais onde a Administração indicar, com condições como tendas, bancadas, e elas todas identificadas, pagando à Administração o que é devido, e toda vendedora encontrada fora deste perímetro ou do mercado poderá ter problemas com a fiscalização.

Falemos da distribuição de água. O que está em vista?

Temos também a continuação da reparação e reconstrução do sistema de drenagem de Moçâmedes. Sabemos que o município foi alvo de uma obra de infra-estrutura grande em termos de rede de água potável e residuais, e como todo o projecto não é perfeito, há questões que precisam de ser reguladas. A nossa frente neste momento é retirar e aplicar a tubagem de drenagem que já encontrámos, evitando o estacionamento de águas em certas áreas. Queremos resolver isso. Em frente à ENDE temos águas a fluir; temos alguns prédios da baixa da cidade em que as águas também estão a fluir. Temos aí quatro a seis pontos identificados, e durante este ano temos que resolver o problema dessa drenagem. Temos maquinaria, estamos a gizar um programa de logística, e vamos ter que fazer esse trabalho.

Qual o lugar que a Saúde ocupa na gestão administrativa?

Consta também do nosso programa a criação de um modelo de assistência médica e medicamentosa periodicamente às populações mais carenciadas. Esse

é um programa de continuidade; a nossa directora municipal da Saúde fez um programa de consultas ambulatoriais e visitas às zonas periféricas, sobretudo das povoações mais distantes, no sentido de se fazer um controle e prevenção das doenças existentes.

Moçâmedes é uma cidade centenária. Tem história, tem património. Que planos há?

Temos projectos e está em curso o processo de inventariação do património a nível do município; Moçâmedes tem um grande Património Histórico. Muitos turistas procuram as cidades em que se identificam com o passado. Nós conseguimos preservar isso; temos o Palácio e muitas obras consideradas Património Histórico, e pretendemos que nesta zona considerada histórica haja um trabalho de inventariação e ver se conseguimos elevar outros edifícios a património. Também temos a criação de infra-estruturas para funcionamento das comissões de moradores; encontramos mais de 30 comissões e vamos já nas mais de 80 actualmente empossadas. Este é um programa que não pode parar, porque as comissões de moradores são os parceiros, os tentáculos da Administração; elas é que nos trazem os problemas, e no âmbito da nossa governação, temos que ter em conta as comissões

de moradores. Elas têm que saber onde e como os equipamentos são construídos para ajudarem a conservar, ver a questão da segurança, saneamento básico, delinquências, serviços de saúde, entre outros.

Damos uma grande importância às comissões; vamos dar formação às mesmas e trabalhar com elas sempre como parceiras.

Outro eixo da nossa governação é o aumento da rede de distribuição de água às comunidades. Estamos muito preocupados com o abastecimento de água. Veio a seca, que também afectou Moçâmedes; veio a pandemia, e com as limitações que temos, estamos a fazer a distribuição onde não há água, com motocisternas, mas queríamos reduzir a intervenção do Estado nisso. Temos mesmo é que trabalhar nas redes, aproveitar melhor os reservatórios elevados que foram construídos. É o que estamos a fazer com a empresa provincial de águas, para ver se conseguimos levar o precioso líquido à periferia. Moçâmedes cresceu muito rapidamente, é preciso levar essas pequenas infra-estruturas a essas comunidades.

Temos também acções de formação no âmbito do combate à pobreza, no sentido de imponderar mulheres e jovens, sobretudo empreendedores; formações que possam realmente resolver os problemas deles e dar emprego a outros, com o surgimento de cooperativas, recauchutagens lavagem

de carros, fábricas de sabão, oficinas, entre outros. Outras acções, as comissões de moradores vão identificar e nós vamos trabalhar nelas em conjunto. O desenvolvimento urbanístico de Moçâmedes é um assunto que domina, sendo que esteve vários anos como director provincial de infra-estruturas. Em que pé se encontra esse plano?

Moçâmedes beneficiou de um plano director do município que está em curso, em fase de contribuições, inquéritos e preparação. Não queremos governar mais sem planos. Este plano em curso é o que vai ditar o 'desenvolvimento do município para os próximos anos, em vários sectores- agricultura, desenvolvimento urbano, periurbano e outros. Tudo o que estamos a fazer neste momento e o que foi feito vai se consolidar e enquadrar nesse plano. Há acções que estamos a fazer, que são pequenas requalificações, sobretudo no domínio da terra; temos muitas solicitações de cidadãos, por isso estamos a preparar os bairros 4 de Março, a área da central térmica do aeroporto, Juventude e outras.

Estamos a trabalhar no loteamento e nos processos dos cidadãos; estes não podem só ter croquis de localização para fazer a casa; têm que ter o terreno, pagar e receber uma pasta onde constem documentos como croquis, projecto da casa principal, o espaço para anexos, seguir os afastamentos que lá estão definidos, e nessa mesma pasta ter um compromisso de direitos, deveres e penalizações.

8.21 Investimento no saneamento básico

Jornal de Angola
6 De Agosto de 2020

Para o presente ano, o valor global destinado para trabalhos de saneamento básico no município do Chitato ronda os 320 milhões de kwanzas. O administrador Gastão Cahata explicou que a verba está inscrita no conjunto de projectos aprovados no âmbito do PIIM a par dos investimentos em infra-estruturas públicas de impacto social.

“Foram contratadas três empresas para fazer a limpeza e recolha de resíduos sólidos nos três distritos urbanos do município do Chitato”, disse.

Gastão Cahata revelou que o contrato com as empresas de limpeza prevê pagamentos entre quatro a 10 milhões de kwanzas para prestação de serviço nos distritos urbanos do Chitato, Dundo e Mussungue e garantiu que as mesmas já receberam a primeira prestação, conforme estabelece a Lei dos Contratos Públicos.

8.22 Novo modelo de recolha do lixo melhora a imagem do Dundo

Jornal de Angola

6 De Agosto de 2020

Texto: Armando Sapalo

Em execução há dois meses, o novo modelo de recolha de lixo que vigora no município de Chitato, na cidade do Dundo, segundo os relatos dos moradores dos distritos urbano do Dundo e Mussungue começa a revelar resultados positivos.

Residente no bairro Norte, uma das mais antigas zonas habitacionais da baixa da cidade do Dundo, José Muquengue aplaude a iniciativa que acredita ser o ponto de partida para a melhoria do saneamento básico e recuperação do verde que caracterizava a capital da Lunda-Norte.

Elísio Alan, outro munícipe, alinha no mesmo pensamento. Sem disfarçar a satisfação, destaca que a capacidade técnica, humana e financeira das operadoras contratadas tem sido crucial para inverter o quadro e manter a cidade limpa e acolhedora.

Além das operadoras contratadas, o plano de recolha tem o apoio de uma brigada motorizada, dos munícipes e visa ainda prevenir as doenças. Para se ter uma ideia da sua execução, os focos de lixo, com particular incidência na Centralidade do Mussungue, no distrito urbano com o mesmo nome, fazem parte do passado.

O administrador municipal de Chitato, Gastão Cahata, explicou que a brigada funciona com recurso a 40 motorizadas de três rodas dirigidas por igual número de jovens e referiu que a recolha do lixo produzido nas seis zonas habitacionais que comportam a nova urbanização é feita duas vezes ao dia.

“O modelo escolhido tem contribuído para redução dos focos de lixo que inundavam a Centralidade do Mussungue”, disse.

Composta por 418 prédios de 18, 11, 8 e 4 quatro andares, perfazendo um total de 5.004 apartamentos, residem na centralidade mais de 15 mil famílias, situação que propicia a produção diária de quantidades consideráveis de lixo. Com a criação do novo método de remoção de resíduos sólidos, segundo Gastão Cahata, a administração de Chitato decidiu pela melhoria da imagem do Dundo, aposta na saúde preventiva e resgate da mística de “Cidade Verde”, que ostentou até meados da década de 90.

Para o sucesso deste propósito, os munícipes são solicitados a respeitar os horários definidos para deposição de lixo, para que a recolha decorra sem transtornos. De modo a garantir o bom funcionamento do novo modelo de recolha do lixo, Gastão Cahata declarou que foi aprovada a taxa mensal de mil kwanzas por cada família, que passará a ser incluída na factura mensal do consumo da água potável.

“O pagamento da taxa ainda não está a vigorar, tendo em conta que existem alguns constrangimentos que devem ser removidos pela Administração Municipal do Chitato junto da Empresa Pública de Águas e Saneamento da Lunda-Norte”, justificou, Gastão Cahata, acrescentando, por outro lado, que a limpeza abrange a remoção de sucatas abandonadas na via pública, medida desencadeada em parceria com a Polícia Nacional para tornar o trânsito automóvel mais fluido e melhor organizado.

8.23 Projectos em curso nos municípios do Cunene

Jornal de Angola

7 De Agosto de 2020

Dos 96 projectos previstos no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) na província do Cunene, 56 estão em execução desde Março.

Segundo o director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística (GEPE), Pelágio Pukutukeni, dos 96 projectos, cinco são do âmbito central, dois da competência provincial e 89 da responsabilidade dos municípios. O programa inclui despesas de prestação de serviços de limpeza e de aquisição de equipamentos para a recolha de resíduos sólidos.

Segundo o responsável, até Julho, tinham sido gastos 1.064.873,95 kwanzas, que incidiram sobre 56 projectos de construção de escolas, apetrechamento de complexos residenciais para professores e enfermeiros, centros de saúde e reabilitação do lar dos estudantes de Oncocua.

O dinheiro serviu, ainda, para reabilitar o sistema de captação da água para 200 fogos habitacionais, abertura de furos de água e represas para a retenção das águas da chuva, além da construção de uma zona de lazer, em cada um dos seis municípios da província.

Pelágio Pukutukent disse que o PIIM tem grandes impactos socio-económicos na vida das populações e permite o emprego temporário a 3.520 trabalhadores.

O plano prevê, também, a aquisição de equipamentos de terraplanagem no município do Curoca, a terraplanagem de vias terciárias e de difícil acesso no Cuvelai e em Namacunde, além da construção do morguedo Hospital Municipal do, Cuvelai

Pelágio Pukulukeni informou que decorre a construção de 22 torres de iluminação em oito bairros periféricos de Ondjiva, rede de iluminação pública e ligação domiciliar da comuna do Evale, a linha de 24 quilómetros que une Namacunde e Chiedi, assim como a asfaltagem das ruas da vila de Xangongo.

Adelaide MUalimus;

8.24 Limpeza do Muembeje regista a originalidade

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2020

Texto: Marcelo Manuel

Cerca de três quilómetros do curso normal do rio Muembeje, em Ndalatando, foram desassoreados, no âmbito do projecto que visa o resgate das características originais daquele uso de água, constatou ontem o Jornal de Angola.

Os trabalhos, iniciados em Junho passado, contemplam a remoção de sedimentos, alargamento das beiras, limpeza de passagens hidráulicas, numa extensão de dez quilómetros e, presentemente, decorrem no bairro do Sambizanga, numa altura em que a terra e outros detritos sólidos estão a ser transportados e depositados em locais com ravinas.

A administradora municipal adjunta de Cazengo para o sector Técnico e Infra-estrutura, Helena Pereira, frisou que o desassoreamento do rio Muembeje começou no bairro Embondeiros e termina nas imediações da zona sul da Paróquia São João Baptista da Igreja Católica (Sambizanga),

Quando terminar os trabalhos a nível do rio Muembeje, que nasce na área do Londa (Norte de Ndalatando), rasga o centro da cidade e desagua no rio Lucala (cerca de 25 quilómetros a Sul), Helena Pereira anunciou que decorrer a limpeza do rio Catende.

A administradora municipal adjunta avançou ainda que a conclusão das obras dos rios Muembeje e Catende está prevista para o mês de Dezembro deste e estão orçadas em 109 milhões de kwanzas, enquadrados no PIIM.

Hoje, quando chove e, por causa dos obstáculos existentes no leito, o Catende transborda e arrasta casas e bens diversos. O melhoramento dos referidos rios gera alguma expectativa no seio da população, por se considerar vital para a preservação da biodiversidade fluvial, qualidade das águas desses rios e da drenagem das águas pluviais.

Juliana Bernardo, 30 anos, moradora do bairro Sambizanga, sublinhou que, a par da preservação do sistema ecológico, o desassoreamento vai permitir a redução da proliferação de moscas, mosquitos e de amontoados de lixos, o que, em sua opinião, pode diminuir o paludismo, febre tifoide e outras no seio da população ribeirinha.

Edmundo Joaquim professor de Geografia, há 15 anos, avançou que a remoção de sedimentos e detritos sólidos evita o mau cheiro, garante vida, virilidade e preservação da biodiversidade. "Para mim, o rio Muembeje é o cartão postal desta cidade, o seu desassoreamento vai salvá-lo da morte lenta em que estava condenado", disse.

Valor social do desassoreamento

O mestrando em Gestão Ambiental em Ambientes Construídos, António Paulo, disse que os trabalhos de intervenção de desassoreamento na extensão dos riachos e canais em Ndalatando representa um conceito de drenagem hidráulica urbana para o princípio ecológico correcto.

António Paulo sustenta que, para o sucesso desta empreitada, é preciso primeiro que as entidades locais desenvolvam diversas acções de educação ambiental no seio da população que habita as zonas ribeirinhas, no sentido desta adquirir hábitos de convívio saudável com os rios.

O especialista defende, igualmente, a criação de um Plano de Desenvolvimento e Governança Ambiental Urbano, que incorpore sempre os elementos técnicos de intervenção periódica aos riachos e córregos que cortam o perímetro urbano do Cazengo

António Paulo acredita que a referida medida pôde mitigar ou atenuar os impactos socio ambientais em zonas construídas, mormente no que toca às interferências na drenagem urbana, inundações de moradias assentadas em áreas de riscos, danos humanos e materiais, reprodução de vectores causadores de doenças ao homem, poluição ambiental e das águas.

Auscultação social

O ambientalista sublinhou que os planos de recuperação dos ecossistemas urbanos degradados precisam de ser gizados com o direito à auscultação social, nomeadamente académicos, cidadão comum, especialistas em Ecologia, Arquitectura e Engenharia Civil.

Com esse trabalho de auscultação, Antônio Paulo acredita que se consegue um melhor enquadramento das abordagens nas políticas de desenvolvimento urbano sustentável e de acordo aos principais objectivos do milénio da ONU sobre o habitat.

Salientou, também, a necessidade da criação de zonas com o reflorestamento vegetal nativo e um programa de manutenção e controlo daqueles ecossistemas importantes para a vida do homem. "Depois dos trabalhos de limpeza dos riachos e de valas de drenagem, devem ser plantadas árvores nativas ao longo das suas margens e merecerem um tratamento periódico, concluiu o ambientalista.

8.25 Quando o vidro não é lixo e sim orçamento familiar

Jornal Expansão

14 De Agosto de 2020

Texto: Mirene da Cruz

Todos os dias, pela manhã, enquanto alguns despejam os resíduos resultantes dos hábitos de consumo, outros giram pelos contentores, lixeiras e depósitos de restaurantes e espaços que confeccionam alimentos, para recolherem garrafas de vidro, que depois partem e transformam em casco.

É o caso de Maria Cândido, natural do Uíge, está neste exercício desde 2010 e é daquilo que os outros rejeitam que tira a renda familiar, paga propinas dos filhos, assegura a alimentação da família e, mais importante, com este rendimento ergueu a casa onde vive.

Arrancada da sua terra natal por causa do conflito armado que devastou o País, Maria Cândido chegou a Luanda, não mediu esforços para sobreviver e foi fazendo o que aparecia.

"O sustento da minha família era mais importante", incitada pelas dificuldades que enfrentava enquanto chefe de família e desempregada. Maria, admite, teve que perder a vergonha do estigma que ainda existe em relação aos catadores de lixo, e andar de lixeira em lixeira para recolher as garrafas que, no passado recente vendia a outras pessoas, até "descobrir que

ganharia mais se vendesse directamente à fonte", neste caso a Vidrul.

Hoje, Maria Cândido tem uma renda de até 25 mil kz por cada entrega à Vidrul o que lhe dá uma média de 100 mil Kz/mês, quando consegue efectuar quatro carregamentos.

Segundo Maria o facto de trabalhar com os cinco filhos é a sua maior vantagem, pois consegue um volume de recolha significativo, o que aumenta a renda mensal. Em matéria de despesas com o "negócio" tem que suportar apenas o valor do transporte, 2.000 Kz para o motorista do camião que transporta os sacos de casco, até à fábrica.

"É um trabalho digno como outro qualquer", ressaltou.

Fazer uma casa com dinheiro do casco

Como Maria Cândido outras pessoas têm a sua subsistência assegurada na recolha e venda de garrafas, como Silvana Ambrósio, que começou este negócio influenciada pela cunhada Constância Inácio.

A reportagem do Expansão deparou-se com um micro-negócio familiar, que "salvou" a vida de dois agregados familiares, que tinham ficado sem qualquer rendimento, depois da falência da empresa de limpeza urbana onde trabalhavam, provocada pela crise económica de 2014. Constância e Silvana decidiram não ficar de braços cruzados. A recolha de garrafas foi a solução.

Actualmente, são "sócias" e dividem tanto as despesas como a facturação global de 34 mil Kz quando conseguem entregar duas toneladas de casco. Os volumes de entrega andam pela tonelada ou tonelada e meia. Apesar da discriminação que sentem pela actividade suja entre lixeiras, com o que ganham é possível "dar mais dignidade aos filhos e à vida em sociedade". Também Constância Inácio já construiu a casa onde vive com os filhos. "É do lixo que sai todo o nosso sustento", desabafa

Antes, recolhiam nas ruas e lixeiras com imensa dificuldade, mas dado o tempo que já levam de actividade, desde 2015, o trabalho vai ficando mais facilitado, conforme Silvana Ambrósio, que conta já com a colaboração dos proprietários dos restaurantes. "Conseguimos realizar os nossos projectos a partir do lixo", disse Silvana Ambrósio.

Também neste "negócio" a Covid-19, trouxe dificuldade às famílias, que viram aumentar a "concorrência". Por isso mesmo Teresa Lourenço admite à reportagem do Expansão que "quanto mais cedo sair para a rua melhor".

A moradora do Kilamba Kiaxi recolhe o material nas ruas há mais de três anos e reconhece ser possível sustentar a família com a renda, apesar das dificuldades no processo de recolha "O pagamento não é problema, basta entregarmos a mercadoria recebemos o dinheiro no dia seguinte" disse.

8.26 Gestão Urbana atesta legalidade do aterro na ilha de Luanda

Jornal de Angola

20 De Agosto, 2020

Texto: Rodrigues Cambala

O Instituto de Planeamento Urbano de Luanda (IPGUL) nega ter feito negócio com o seu próprio funcionário e admite que o Contrato promessa de Concessão de Direito de Superfície foi realizado com uma empresa (a Kaiserin), que, depois de concluir o aterro no mar, poderá obter o direito de superfície de 16.071 metros quadrados.

Ao Jornal de Angola, o director do IPGUL, António Bunga, assevera que, no projecto, a empresa vai dar a continuidade à pedonal, com calçada e espaço público, sem perder de vista as regras do Projecto Baía. Há um mês, um grupo de empresários que actua na área de restauração, zona da antiga Casa do Desportista e ao redor, na Ilha de Luanda, acusou a empresa Kaiserin de se apropriar e estar a fazer aterro por detrás do restaurante Cais de 4.

Não obstante admitir que muitos aterros são feitos sem autorização, António Bunga garantiu que o da Ilha de Luanda (por detrás do Cais de 4) foi autorizado e orientado a cumprir as regras, de modo a evitar o impacto negativo. "Não foi negócio com um funcionário. O IPGUL fez uma autorização administrativa para uma empresa e um nosso funcionário, na qualidade de pessoa singular, faz parte desta mesma sociedade.

"É funcionário, mas não se pode fazer insinuação...", disse. Acrescentou que não existe uma concessão sobre o mar. "Existe um contrato promessa de concessão, em função de uma condição que vai ocorrer", esclareceu António Bunga, afirmando que, depois do aterro, o projecto deve ser avaliado, se condiz com o previsto na zona.

Ao admitir que os edifícios previstos para o local podem não ser superior a quatro andares, ele indicou que existem pressupostos legais para os casos de aterro ou intervenção no perímetro da orla marítima. "As especificidades da orla marítima têm a ver com questões ambientais que preocupam as pessoas", explicou, para assegurar que as intervenções, nestes

lugares, exigem um pronunciamento do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.

Ainda em relação à situação da Ilha de Luanda, onde um grupo de empresários tentou inviabilizar o aterro atrás do restaurante Cais de 4, por ausência de uma licença, António Bunga lembrou que já havia uma autorização do Ministério do Ambiente, para a requalificação da Baía de Luanda. "As fotografias de há 15 anos não têm nada a ver com aquilo que vemos hoje.

Foi feito aterro ao longo da Baía (Marginal de Luanda). A história da cidade de Luanda está muito ligada aos aterros", recordou. Na Ilha de Luanda, junto ao local que estava em disputa, já está concluído um aterro num espaço de 30 hectares. O que está em curso é de um hectare e foi autorizado há três anos, pelo Governo Provincial de Luanda, esclarece. Na altura, a empresa promotora apresentou algumas garantias, nomeadamente, o tipo de solo para o aterro e a sua proveniência.

"A exigência visa evitar que seja feito com lixo e materiais menos adequados, como se tem observado em algumas zonas do Benfica e da Ilha de Luanda", anotou. O director do IPGUL reconheceu que há, cada vez mais, tendência de as pessoas ganharem terra no mar, na maior das vezes sem a devida autorização.

Sublinhou que, inicialmente, a Kaiserin, empresa responsável pelo aterro do mar, não tinha licença ambiental, porque existia já uma de 30 hectares, dentro do mesmo perímetro.

"Entendeu-se que aquela cobria a zona toda, uma vez que estão na mesma linha de intervenção", explicou, esclarecendo que o promotor tem uma licença à parte. Mostrando mapas, fotografias tiradas por via aérea e desenhos técnicos da zona da ilha, o director do IPGUL reiterou que, depois de finalizar o aterro, o promotor vai apresentar o projecto que garanta uma área verde e o calçada.

"Porquê a Kaiserin, empresa a que pertence um funcionário do IPGUL, e não um outro promotor? Pergunta-se António Bunga, que responde: "este promotor propôs-se a fazê-lo de forma legal... O normal é esperarmos os grandes projectos. As pessoas podem ir requalificando aos poucos, mas têm de o fazer com a nossa licença, para enquadrar o plano da cidade".

Fecho de restaurante

Quando começaram a circular as informações sobre o fecho do restaurante Cais de 4, na Ilha de Luanda, alegadamente por conta do aterro do mar, realizado

pela Kaiserin, o director do IPGUL recebeu um dos responsáveis do espaço, que negou ter escrito qualquer texto nas redes sociais. “Ele era o único sócio que estava em Luanda, porque os outros estavam em Portugal.

O restaurante estava encerrado por razões sanitárias. No encontro, convocamos o promotor (Kaiserin) que esclareceu a finalidade do aterro”. O responsável reforçou que não se pode confundir a figura de um sócio do projecto que é colega, com a instituição IPGUL. “Tem-se estado a fazer esta leitura.

As pessoas trabalham onde trabalham, mas também têm o direito de, na vida privada, fazer os seus investimentos, separando as águas”, explicou António Bunga. Para ele, a situação ficou esclarecida com o Cais de 4, pois o encerramento do referido restaurante não tem nada a ver com o aterro, mas por razões da pandemia de Covid-19.

Relativamente à Casa do Desportista, o director adiantou que os seus “novos donos” nunca apresentaram qualquer proposta de intervenção no perímetro por trás do Cais de 4. “A nossa intervenção na Casa do Desportista foi porque nos deparámos com obras que estavam a ser feitas de forma irregular. Mandou-se a fiscalização ao local, porque estava a ser feita sem licença”, salientou António Bunga.

Esclareceu ainda que o embargo das obras na Casa do Desportista ocorreu em função de algumas demolições dos quartos e que o caso está agora a ser tratado na Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. Ao reconhecer que o espaço da orla marítima é muito disputado, António Bunga admite ser preciso que as autoridades ditem regras e imponham o seu poder, para que não se faça o uso de qualquer forma.

Sobre a inexistência de um concurso público para o aterro no mar, sobretudo naquele local, o responsável do IPGUL disse que não tinha de haver necessariamente... “Houve um promotor que viu ali uma oportunidade, apresentando garantias de fazer o trabalho dentro das regras. O Governo Provincial de Luanda avaliou a proposta e viu que a intervenção seria uma mais-valia”. Apontou que é preciso corrigir a forma como estão os esgotos no local, para acabar com o mau cheiro do mar.

António Bunga explicou também que o perímetro do calçadão em falta, no quadro da requalificação, vai ser da responsabilidade do Clube Naval, que tem um projecto para ajustar a pedonal. “O Estado pode intervir, mas cada um dos beneficiários daquela zona

deve fazer a intervenção e melhorar o uso que faz do solo, reduzindo o impacto negativo para o mar”.

8.27 País tem mais de seis milhões de usuários de internet

Jornal de Angola
29 De Agosto de 2020

Seis milhões 857 mil e 62 indivíduos fazem o uso do serviço de internet no país e o sector da telefonia móvel conta com mais de 14 mil subscritores das redes da Movitel e Unitel, respectivamente.

Esse dado foi avançado hoje, sexta-feira, à imprensa, pelo director nacional das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Matias Borges, durante um fórum virtual sobre a “Massificação da Banda Larga Após Covid-19”, uma promoção do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (Minttics).

O director nacional fez saber ainda a nível da rede fixa de telefonia, a taxa de teledensidade no país é de 0,41% da população e em termos de internet existem mais de seis milhões 857 mil e 62 usuários.

Ressaltou que a nível do país foram já instalados 22 mil quilómetros de fibras ópticas e as capitais das 18 províncias do país estão cobertas por sinal de telecomunicações, devido ao empenho das empresas públicas e privadas do sector

Fez saber que a visão estratégica do Minttics para o país é continuar a desenvolver infra-estruturas de telecomunicações e comunicação, para ajudar a promover a boa governação, reforma do Estado e modernização da administração pública.

Matias Borges disse que o MINTTICS está a implementar acções no sentido de atender as necessidades da população e não deixar ninguém de fora no campo do serviço da comunicação electrónica, para isso, referiu, pretende massificar e tornar mais robusta a banda larga.

"O objectivo é fazer com que toda a população possa beneficiar das vantagens das telecomunicações electrónicas, mesmo àquelas pessoas que vivem nas zonas mais recônditas do país", sublinhou.

O responsável frisou que as comunicações electrónicas' comunicações sociais, os serviços postais e meteorológicos são necessários para garantir que a população tenha acesso a dados e informações a qualquer momento, assim como permitir a continuidade das actividades de desenvolvimento em Angola.

Deu a conhecer da estratégia para aumentar a capacidade da banda larga no país, que prevê continuar a desenvolver as infra-estruturas do sector, construir a rede nacional com cinco milhões 767 quilómetros de fibra e reparar um milhão 553 quilómetros de cabos.

Para Matias Borges, a rede de fibra óptica estará interligada com a infra-estrutura de micro ondas, para tal uma extensão de 3211 quilómetros serão erguidos 113 sites.

Segundo o responsável, essas medidas constam do Livro Branco do sector das Telecomunicações, que é o documento criado pelo Governo, onde estão as acções e políticas para o período 2019/2022.

Participaram do encontro responsáveis do Minttics e representantes de empresas públicas e privadas do sector das Telecomunicações.

8.28 Cientistas alertam: é preciso começar a reciclar o lixo plástico da pandemia

Jornal de Angola
30 De Agosto de 2020

Quando a pandemia do novo coronavírus galgou as fronteiras da China e se alastrou ao resto da Ásia e à Europa - e logo depois às Américas -, o confinamento generalizado para tentar travar a progressão da doença e evitar o colapso dos sistemas de saúde teve um efeito colateral inesperado: a queda quase abrupta da poluição atmosférica. Foi uma boa novidade, ainda que temporária. Mas as más notícias na frente ambiental não haveriam de tardar.

O ar tinha melhorado, sim, mas, em contrapartida, a quantidade de plástico não reutilizável, entre máscaras, luvas e outros materiais de protecção, que foi preciso passar a usar diariamente para prevenir o contágio pelo novo coronavírus, disparou. E muito desse lixo está agora espalhado no ambiente, a contaminar rios e, certamente, também já os oceanos.

Preocupados com o problema, investigadores da Universidade de Aveiro decidiram fazer uma avaliação da situação e elaboraram uma série de recomendações para uma melhor gestão colectiva, mas também individual, deste novo lixo que ameaça inundar tudo em redor.

Entre essas recomendações, a equipa de Aveiro propõe que todos esses materiais sejam reciclados, depois da sua desinfectação ou quarentena, que sempre que seja possível as pessoas optem por materiais

reutilizáveis, nas máscaras, por exemplo (feita a devida lavagem), e também que se regresse rapidamente ao trilho da economia circular que estava a ser traçado para os materiais plásticos, antes de surgir a pandemia, que virou tudo ao avesso - produzir de forma mais sustentável e com materiais inovadores não poluentes é outro dos conselhos dos cientistas portugueses.

O estudo e as propostas foram publicados num conjunto de três artigos científicos, entre Março e Agosto. O mais recente, que se debruça sobre os impactos a curto prazo da produção e utilização deste lixo e resume uma série de recomendações políticas para a gestão do problema, está na edição deste mês do Chemical Engineering Journal.

Problema

“Máscaras e luvas começaram a aparecer pelo chão, em todo o lado, aqui também e, como o ambiente é a nossa área de trabalho, conversámos entre nós sobre o assunto, aprofundámos a discussão e acabámos por decidir olhar para a questão a sério”, conta Ana Luísa Silva, investigadora do Centro de Estudos do Mar e do Ambiente (CESAM) da Universidade de Aveiro, e uma das principais autoras dos três estudos, juntamente com Joana Prata, do mesmo centro de investigação.

“Começámos numa conversa de café virtual e acabámos com três artigos científicos”, resume, com humor, Ana Luísa Silva.

Para ter uma visão de conjunto sobre o problema, a equipa passou em revista mais de uma centena de estudos internacionais que se focavam sobre o lixo plástico directamente causado pela pandemia. Logo em Março, os investigadores publicaram o primeiro trabalho, na revista *Environmental Science & Technology*, no qual davam uma primeira visão de conjunto, com dados e números, e alertavam para a dimensão do problema.

As contas mostram que a pandemia traduz-se mensalmente, a nível mundial, na necessidade de cerca de 129 mil milhões de máscaras de protecção e de 65 mil milhões de luvas, fora as batas descartáveis e outros materiais de protecção, cuja “gestão desadequada tem como resultado uma contaminação ambiental generalizada”, alertavam os investigadores no artigo.

“Sem pôr a causa a importância dos materiais plásticos na prevenção da Covid-19”, enfatizavam também a necessidade de não destruir os progressos que já tinham sido feitos para a gestão sustentável do plástico.

Um dos problemas ambientais reconhecido como crítico nos últimos anos, a acumulação do plástico no ambiente, com grande impacto nos oceanos, tinha gerado recentemente um movimento global para a redução da sua produção, promovendo a reutilização e reciclagem, e inúmeros países estavam nesse caminho, em plena transição para uma gestão mais racional destes materiais. Mas a pandemia veio alterar (também) isso radicalmente.

“Os Estados Unidos, por exemplo, adiaram as suas políticas de redução do plástico e o medo do contágio com o novo coronavírus levou a que voltassem a ser usados em grande escala em utilização única”, explica Ana Luísa Silva.

Mas não foi um exclusivo dos Estados Unidos. Em muitos outros países, como o Canadá e alguns Estados europeus, incluindo Espanha, Itália e França, ou ainda a China e a Índia, na Ásia, houve recuos e o adiamento das políticas de taxaço e proibição de sacos de plástico de utilização única.

Já em Portugal, a taxa sobre os sacos de plástico de utilização única manteve-se, mas, para prevenir contaminações, o Governo definiu que as máscaras, por exemplo, são lixo indiferenciado, cujo destino final é o aterro ou a incineração.

Para os investigadores de Aveiro, no entanto, o que vai ser necessário é conceber formas seguras de reciclar aqueles materiais.

“É preciso pensar em formas de fazer a sua reciclagem, submetendo esse lixo, por exemplo, a um período de quarentena num local próprio, antes de fazer a reciclagem de forma segura”, diz Ana Luísa Silva. E sublinha: “É preciso mudar o protocolo, não há motivo para deixarmos de lado as estratégias sustentáveis.”

Logo no artigo de Março, os investigadores do CESAM já apontavam a necessidade de “encontrar alternativas para reduzir os equipamentos de protecção e reforçar o uso e gestão final adequados”. Esse foi um primeiro alerta. Depois disso, a equipa decidiu elaborar um conjunto de recomendações que pudessem orientar uma melhor gestão da nova avalanche de resíduos plásticos, que entretanto não pararam de se avolumar.

Em Junho, o problema já era, de resto, visível nos principais rios europeus, a ponto de chegar às notícias. Nessa altura, o alerta chegou pela voz da Ocean Foundation, cujos investigadores “encontraram sistematicamente luvas e máscaras” ao longo das margens e praias do Tibre, Reno, Tamisa, Sena ou o Rhône, entre outros. Em declarações à

imprensa, a responsável de cooperação internacional da Ocean Foundation não escondeu a preocupação. “Só podemos supor que outras máscaras e luvas já chegaram ao oceano”, afirmou.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Cunene regista aumento de casos de violência

Jornal de Angola
3 De Agosto de 2020

Um total de 149 casos de violência doméstica foram registados durante o primeiro semestre deste ano, na província do Cunene, o que representa mais 110 ocorrências em relação ao mesmo período de 2019, informou a directora local da Acção Social, Família e Igualdade de Género.

Elizabeth Mwamelunge disse à Angop que 78 queixas de violência doméstica foram feitas junto do Serviço de Investigação Criminal (SIC), 44 ao Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género, enquanto 27 outras ao Tribunal Provincial.

A responsável fez saber que as queixas estavam relacionadas com a fuga à paternidade, incumprimento de mesada, abandono do lar, ofensas morais, agressões físicas e psicológicas, principalmente, contra mulheres. Os conflitos conjugais, desemprego e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas foram apontados como as principais causas da violência doméstica a nível da província do Cunene.

Referiu que, durante o período em referência, o Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género do Cunene realizou campanhas de sensibilização pelos seis municípios da província, no sentido das famílias primarem pelo diálogo e pela reconciliação como forma de evitar os conflitos domésticos. Elizabeth Mwamelunge sublinhou que o sector vai continuar a reforçar as acções de aconselhamento das famílias e incentivar as vítimas para denunciarem eventuais práticas de violência doméstica.

9.2 Brigada de Vigilância Comunitária desactiva 47 grupos de marginais

Jornal de Angola
6 De Agosto de 2020
Texto: Fula Martins

No âmbito do combate ao crime no Sambizanga, uma iniciativa do administrador do distrito e cuja

ênfase reside no patrulhamento das ruas por mais de mil jovens voluntários, foram desactivados 47 grupos de delinquentes, com destaque para o “Marijuana”, “Da Légua” e “Mana Bela”.

Em declarações ao Jornal de Angola, Tomás Bica explicou que alguns integrantes dos grupos desactivados encontram-se detidos, outros morreram em consequência das acções que praticavam e os restantes têm estado a ser acompanhados pela administração no quadro de um processo de ressocialização.

“O objectivo da constituição das “Brigadas do Apito” não é para combater o criminoso, mas sim o crime. A ideia é a prevenção da delinquência e ressocialização dos jovens”, realçou.

Tomás Bica considera que muitos optaram pela delinquência, porque algo falhou no processo de transmissão de valores e disse acreditar que o envolvimento da família é fundamental para o êxito do combate ao crime. Paralelamente a isso, acrescentou, as autoridades administrativas contam com apoio de antigos marginais que depois de cumprir as penas foram reintegrados na sociedade.

“Contamos com apoio e experiência de vida dos ex-marginais, que tem servido de mola impulsadora para incentivar os jovens a desistirem dessas práticas”, disse o administrador, sublinhando ser impossível combater e prevenir a criminalidade sem o envolvimento de quem durante anos viveu o problema.

O argumento segundo o qual as pessoas roubam por falta de emprego, fome e pobreza não colhe para Tomás Bica, para quem trata-se de uma tese que oficializa o roubo. Sustenta que as pessoas roubam porque alguma coisa falhou no processo de construção de formação da sua consciência e personalidade e, por conta disso, pediu aos pais e encarregados de educação para que assumam o papel de educadores e principal referência dos filhos.

“Em primeira instância estão os pais, depois o professor e o catequista, porque é dos pais que a criança bebe os primeiros ensinamentos e aprende a diferenciar o bom do mau”, disse.

Parceria com outras instituições

A par de acções de patrulhamento e captura de marginais, as autoridades administrativas do Sambizanga trabalham em parceria com as instituições de formação profissional e os empresários com vista a ressocializar os jovens que abandonaram o “mundo do crime”. Assim sendo, foram cadastrados centenas de jovens que pertenciam

a grupos de marginais, para aferir de cada um a documentação, nível académico e eventual profissão.

Tomás Bica anunciou que as construtoras envolvidas na reabilitação das ruas de Benguela, Lobito, Comandante Bula e Agostinho Neto, no distrito do Sambizanga, obras inseridas no Programa de Intervenção Integrado dos Municípios (PIIM) vão contar com esses jovens para constituir a sua mão-de-obra.

“Temos acordos com empresas de construção civil encarregues da reabilitação dessas vias para absorver parte destes jovens. Aqueles que forem disciplinados e possuem algumas valências profissionais terão prioridade”, disse Tomás Bica, salientando que a administração vai continuar a encetar contactos com as empresas sediadas no distrito.

Uma delas, apurou o Jornal de Angola, pode ser um conhecido empreendimento comercial, que dentro de semanas inaugura uma filial no Sambizanga e dispõe de aproximadamente 200 vagas para novos funcionários. O mesmo acontece com uma outra instituição comercial, cujo proprietário tenciona transformar em supermercado uma das infra-estruturas do distrito.

“Quando inaugurarem esse empreendimento, a prioridade no enquadramento passa necessariamente pelos jovens do Sambizanga”, declarou.

Ambiente propício ao negócio

O administrador do Sambizanga afirmou que não é obrigação única do Estado criar emprego. Ao Estado, esclareceu, cabe criar o ambiente propício ao negócio para que os empresários tenham “fôlego” financeiro através de políticas fiscais atractivas, juros bonificados e financiamentos para que possam proporcionar cada vez mais emprego aos cidadãos. Reforçou que o Estado tem a obrigação de garantir infra-estruturas básicas, educação, saúde, habitação, transportes e segurança pública, entre outros.

“Temos que acabar com a ideia enraizada que é obrigação única do Estado criar emprego”, disse.

10. AMBIENTE

10.1 Madeira de garimpeiros foi leiloada em Menongue

Jornal de Angola

4 De Agosto de 2020

Texto: Carlos Paulino

Sete mil troncos de árvores do tipo Mussivi, correspondente a 1.668 metros cúbicos, cortados por garimpeiros, foram leiloados de Janeiro de 2019 a Junho de 2020, no Entrepasto de Madeira da cidade de Menongue, sob a égide do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Cuando Cubango.

O valor arrecadado ainda não foi avançado, mas o chefe de Departamento Provincial do IDF, Domingos Afonso Ndedica, explicou que o depósito do dinheiro arrecadado está a ser feito na Conta Única do Tesouro (CUT). Quatro empresas concorreram ao leilão, entre as quais duas do Cuando Cubango, uma de Luanda e uma outra de Malange, todas com pagamentos por concluir.

Domingos Afonso Ndedica salientou que os 1.668 metros cúbicos de madeira tinham sido apreendidos durante a campanha florestal de 2016 e 2017, períodos em que muitas empresas e grupos organizados, mesmo sem qualquer tipo de documento, se dedicavam ao corte ilegal de madeira e foram surpreendidas quando se preparavam para a sua comercialização nos diferentes estaleiros instalados em Menongue, Cuchi, Cuangar e Cuíto Cuanavale.

O responsável informou que as quatro empresas concorrentes ao leilão só agora começaram a transportar a madeira, uma vez que a circulação e comercialização de Mussivi tinha sido impedida pelo Decreto Executivo 278/18, de 7 de Agosto, como resultado da exploração desregulada de madeira pelo país.

Domingos Afonso Ndedica lamentou o facto de ainda existir no Cuando Cubango muitas empresas que exploram, de forma ilegal, madeira e nem se importam com as consequências. Sabe-se que muitos destes arriscam suas vidas, porque são aliciados sobretudo por chineses e vietnamitas, identificados como os grandes compradores do produto na província. No Cuando Cubango, empresas e

indivíduos que enveredam por essa via têm sido responsabilizadas criminalmente.

Do mesmo modo anunciou, para breve, a realização de novo leilão para a venda de mais de 500 metros cúbicos de madeira do tipo Mussivi, apreendida muito recentemente no município do Cuíto Cuanavale. A detenção desses toros tem sido possível graças a denúncias de populares, porque o IDF vive sérios problemas de falta de fiscais e de meios para fazer face à luta contra o garimpo de madeira.

O IDF no Cuando Cubango conta com apenas 33 fiscais, um número muito irrisório para a cobertura dos cerca de 200 mil quilómetros quadrados da extensão territorial da província. O responsável fez saber que a referida madeira será transportada dos vários pontos em que foram cortados até ao Entrepasto de Menongue, onde as empresas interessadas do ramo vão concorrer.

Entrepasto de madeira

O governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, orientou o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) a dar vida ao Entrepasto de Madeira de Menongue com a instalação de serviços da Administração Geral Tributária (AGT), Comércio e Indústria, Polícia Fiscal, Serviço de Investigação Criminal (SIC) e agências bancárias no local, para facilitar o controlo, circulação e exportação de madeira.

Júlio Bessa visitou a imponente infra-estrutura, cujas obras, iniciadas em Junho de 2018, ainda não foram concluídas por falta de liquidação das últimas tranches. Neste momento, encontram-se finalizados todos os serviços administrativos, que têm favorecido os serviços mínimos na entrada e saída de madeira da província do Cuando Cubango para os portos do Namibe e Lobito.

Orçado em cinco milhões de dólares, as obras de construção do Entrepasto de Menongue está a cargo de empresa chinesa CBTGC e, com a sua conclusão, vai ocupar uma área de 27 hectares, com várias áreas de serviços, designadamente balança, escritórios, espaço de recepção e processamento de madeira, estação de tratamento de lixo, zona de armazenamento e de controlo, classificação e processamento, área de contentorização, oficina, posto de combustível e área de estacionamento.

Júlio Bessa disse que, enquanto o Ministério da Agricultura e Florestas equaciona o problema do pagamento da empresa chinesa CBTGC, o IDF deve criar condições, para que o Entrepasto possa entrar em funcionamento nos próximos dias, com os

serviços essenciais da AGT, Polícia Fiscal e de outros órgãos afins, para o cumprimento cabal da sua função de fiscalização e comercialização de madeira.

10.2 Ministério da agricultura e madeireiro de “costas viradas”

Jornal Expansão

7 De Agosto de 2020

Texto: Martins Chambassuco

O atraso na emissão de licenças pelo Ministério da Agricultura para a exploração de madeira durante a campanha florestal 2020, que iniciou em Maio, está a revoltar os empresários do sector, apurou o *Expansão*.

Os operadores estão agastados e dizem que a produção da madeira, deste ano, poderá atingir os níveis mais baixos dos últimos seis anos. Em resposta, o Ministério da Agricultura e Pescas (MINA-GRIP) justifica estes atrasos com a pandemia da Covid-19, já que há menos funcionários a trabalhar.

Só que a campanha florestal já iniciou em Maio, as empresas estão impedidas de trabalhar e, para os empresários da Associação Nacional dos Industriais da Madeira de Angola (ANIMA), esta época está assim comprometida porque já passaram três meses do início legal para exploração florestal e apenas os operadores do Uíge foram licenciados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Nos últimos dois anos, refere uma fonte da ANIMA, o Uíge tem-se destacado nas quotas de madeira em toro a explorar na floresta natural (ver gráfico sobre as quotas anuais). No entanto, avança a fonte, enquanto a indústria madeireira não for pensada como um todo, os operadores podem enfrentar dificuldades e é importante que a articulação entre os governos provinciais e o MINAGRIP seja eficaz.

"Estamos a assistir à falta de sintonia entre os gabinetes provinciais da agricultura e o órgão de tutela. Desde que os governos provinciais deixaram de ter a responsabilidade de emitir as licenças, embora o processo seja visado a nível local, o MINAGRIP tornou o processo mais burocrático apesar de alegar constantemente a reorganização da actividade de produção de madeira, lenha e carvão", refere.

A fonte acrescentou que a crise no sector madeireiro está a baixar as receitas das empresas e, nesta altura, dos 90 operadores autorizados em todo o País, cerca de 40 não consegue pagar salários devido à queda

do negócio. O sector, refere a fonte, há três anos que não funciona e desta forma é preciso que o circuito da certificação dos operadores seja menos burocrático para que a actividade empresarial não pare.

Reorganização do sector

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), órgão fiscalizador do sector, explica que há três anos o MINAGRIP está a reorganizar a exploração florestal e chamou a si a responsabilidade de atribuição das licenças aos operadores, para evitar a exploração selvagem da madeira. Uma das medidas, revelou a fonte, foi a triagem dos operadores e actualmente existem no País menos de 50% das 300 empresas que existiam em 2017.

Explica, no entanto, que como resultado desta medida, as receitas com a exportação e venda de madeira em toro e serrada no mercado interno fez subir as receitas. A fonte nega haver dualidade de critérios no licenciamento, por isso, lembrou que a atribuição de licenças aos operadores do Uíge resulta da entrada atempada dos processos dos operadores interessados em explorar madeira na campanha de 2020. Faltando apenas três meses para o fim da campanha, o IDF garante que ainda está aberto a receber pedidos de licenciamentos.

O IDF revela ainda que nos últimos cinco anos, o sector da madeira foi invadido por estrangeiros, sobretudo chineses e vietnamitas, com a cumplicidade de empresários nacionais que faziam o trespasse das licenças sem autorização governamental.

Com a triagem feita e o afastamento de muitas empresas devido à irregularidades, foi possível reduzir a "anarquia na exploração florestal e o contrabando de madeira". Das 90 empresas certificadas para a actividade de produção de madeira pelo IDF em todo o País, 60% estão em Luanda.

Quanto à exportação, os empresários, para terem acesso a uma licença, devem apresentar o comprovativo de garantia bancária da entrada de cambiais no BNA

10.3 Incêndios florestais colocam em risco o ecossistema

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2020

Texto: Jaquelino Figueiredo

Não é necessário muito esforço ou percorrer longas distâncias para se deparar com nuvens de fumaça e focos de incêndio nas florestas do Zaire.

Acção premeditada ou não, a vaga de incêndios que assola a província tem deixado um rasto de destruição a fauna e flora e graves consequências para o bem-estar do homem e o equilíbrio do ecossistema. O fenómeno que se repete a cada época de Cacimbo preocupa os habitantes do Zaire, inclusive, leigos em conservação do meio ambiente.

Quase ninguém fica indiferente e quem viaja pela Estrada Nacional 120, por exemplo, não esconde a indignação com a dimensão das queimadas e a letargia das autoridades, supostamente por carência de meios humanos e materiais.

O Jornal de Angola percorreu mais de 250 quilómetros província adentro, constatou a intensidade das labaredas e ouviu relatos de fuga desenfreada de cobras, veados, macacos e outras espécies animais.

De Mbanza Kongo ao Tomboco, passando pelos municípios do Nzeto, Kuimba e Nóqui, o cenário não difere, sendo o dedo acusador apontando aos caçadores furtivos, lavradores e habitantes das áreas adjacentes.

Ana Rita, que este jornal encontrou no percurso Soyo-Mbanza Kongo, não escondeu o espanto diante do que os seus olhos viam. “Estou muito assustada pelo nível de queimadas que deixam desfeitas as florestas e o espaço onde os animais habitam”, disse. A outra consequência, segundo Ana Rita, poderá vir a manifestar-se no empobrecimento da qualidade do ar que se respira, porque esta fumaça desenvolve uma acção negativa sobre a camada do ozono.

Nsambo Emanuel, de 52 anos, reside na aldeia de Papela.

O camponês denuncia que o fenómeno acontece todos os anos na época de Cacimbo, sobretudo sempre que alguns caçadores e lavradores decidem fazer queimadas. “As pessoas que não gostam de trabalhar são as que queimam as matas, mas isso não se faz. O fogo destrói as nossas culturas e mata os

animais”, disse Nsambo Emanuel, salientando que a acção acontece na calada da noite.

O espírito de denúncia é partilhado por Maria Juliana. Residente na localidade de Lumbi, município do Tomboco, lamentou a destruição do laranjal, mandioqueiras, tangerineiras, mangueiras, cajueiros, entre outras culturas. “As pessoas que ateiam fogo aqui são conhecidas e os sobas quase nada fazem. Já tive prejuízos numa das lavras de mandioca, tentamos retirar a produção, mas não conseguimos.

Peço às autoridades que reúnam com os sobas para ditar medidas punitivas de modo que se possa evitar tais práticas”, sugeriu Maria Juliana. No caso de Teresa Nsilu Mía Nzambi, 50 anos, a preocupação vai mais longe. Residente na aldeia Nkiende, que dista cerca de 40 quilómetros da cidade de Mbanza Kongo, teme as consequências das queimadas próximo das residências.

“A juventude rural faz queimadas à procura de ratos. É um perigo para nós que vivemos nas redondezas e a sorte é que não há mais casas feitas de capim. Neste momento, estou a apagar estes troncos para evitar a sua progressão”, disse.

Registo de redução

Apesar dos visíveis focos de incêndio que devastam as florestas no Zaire, o director do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários declarou ter havido uma redução no registo de queimadas nos últimos anos. Ketuzaioko Pinda afirmou que o trabalho de sensibilização levado a cabo nas aldeias tem contribuído para redução gradual dos fogos florestais e sublinhou a necessidade de evitar colocar em risco o meio ambiente.

“Temos trabalhado com as administrações municipais e comunais na sensibilização da população. As queimadas trazem consequências graves ao meio ambiente, deterioram os solos, mata os animais selvagens e provavelmente colocam em perigo a vida das pessoas que residem nas áreas próximas”, disse.

Ketuzaioko Pinda reconheceu a existência de pequenos focos de incêndios em diversos pontos da província e insistiu que não há comparação com os anos anteriores, na sequência do trabalho de sensibilização levado a cabo pelo gabinete que dirige. “Uma ou outra queimada aqui e ali vão surgindo, mas, este gabinete, com as administrações municipais, autoridades tradicionais, sociedade civil e as associações de defesa do ambiente tem feito um

grande trabalho de sensibilização junto da população para que parem de uma vez por todas”, reforçou.

Causas injustificáveis

O chefe de Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Zaire, João Domingos, afirmou que se está diante de uma autêntica devastação da flora e da fauna selvagem, cujas causas não se justificam e lamentou o sucedido. “O que ocorre é praticamente a destruição da flora e da fauna selvagem, onde convergem os animais e as plantas para o equilíbrio do ecossistema.

Por exemplo, uma queimada que encontra o enxame de abelhas vai dizimá-lo, logo cria consequências na produção do mel”, explicou. João Domingos fez saber que as queimadas coincidem quase sempre com a procura exponencial de espécies pré-definidas de animais e insectos e deplorou o risco destas espécies perderem a sua capacidade de regeneração e a natureza alimentar.

João Domingos, referiu, por outro lado, que as queimadas têm feito com que as sementes de algumas espécies vegetais percam o poder germinativo, cortando a sua continuidade na região.

Insuficiente fiscalização

Um total de nove fiscais, dos quais seis trabalham em regime de contrato, controlam aproximadamente 40 mil quilómetros quadrados nos seis municípios da província do Zaire. “Contamos com um quadro de fiscais que, na sua maioria, trabalha em regime de contrato de curta duração em função da disponibilidade financeira, número insuficiente para cobrir toda a extensão territorial da província”, disse João Domingos, sublinhando que, embora seja uma zona de intensa exploração de madeira e carvão, o município do Kuimba está privado de fiscal.

O chefe de Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Zaire considera que o primeiro fiscal para a conservação da flora e da fauna deve ser o próprio membro da comunidade.

“O uso racional da floresta para sustento, mesmo a subtração de lenha ou madeira para construção de uma casa, deve obedecer a lei e critérios. Por isso, o primeiro fiscal deveria ser o próprio membro da comunidade rural”, concluiu João Domingos.

Ignorância caça furtiva

A ignorância de alguns cidadãos, a caça furtiva e o habitual modelo de preparação dos campos agrícolas são no entender de Ketuzaioko Pinda as principais causas das queimadas que devastam a região. “As

causas são várias, podemos apontar a caça furtiva e as práticas do passado para preparação de campos agrícolas, que do ponto de vista científico acarretam hoje graves consequências ao ecossistema”, afirmou.

Bastante preocupado com o evoluir da situação, Ketuzaioko Pinda fez questão de mencionar que as florestas densas da província não foram atingidas pelas queimadas. “As florestas densas não têm sido afectadas pelas queimadas. Temos estado a fazer o acompanhamento com as administrações dessas zonas de protecção e até agora não se verificou nada que diga o contrário”, enfatizou.

10.4 Autoridades surpreendem madeireiros garimpeiros

Jornal de Angola

18 De Agosto de 2020

As autoridades da província do Cuando Cubango surpreenderam, em flagrante delito, na comuna do Baixo-Longa, situada a cerca de 100 quilómetros da sede municipal do Cuito Cuanavale, 11 cidadãos nacionais que procediam ao corte ilegal de árvores do tipo Mussivi, numa área protegida do Estado e disposta para o projecto turístico transfronteiriço de conservação ambiental Okavango-Zambeze (KAZA).

Com os infractores, foram encontrados mais de 200 metros cúbicos de madeira da espécie Mussivi, cortados a menos de 15 dias e cuja exploração está proibida desde 2018, com base no Decreto Presidencial nº 278, de 7 de Agosto. Nessa missão surpresa, dirigida pelo próprio governador provincial, Júlio Bessa, foram ainda apreendidas uma máquina carregadora, três motosserras e peles de animais selvagens que abatiam para consumo.

Junto de Júlio Bessa esteve o comandante da 5ª Divisão das Forças Armadas Angolanas, tenente-general Cruz Fonseca, o comandante provincial da Polícia Nacional, comissário José Chinhama, membros do Governo local e do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e jornalistas, que percorreram quase 100 quilómetros, numa picada acidentada, desde a sede municipal do Cuito Cuanavale até aos estaleiros da empresa Mutango e Filhos limitada (LDA).

A comitiva encontrou o grupo a preparar os troncos das árvores já cortados em dias anteriores em pranchas, para facilitar a sua transportação e posterior comercialização nos estaleiros dos chineses e vietnamitas localizados na cidade de Menongue e na sede municipal do Cuito Cuanavale.

O governador garantiu que não se intimidou com o mau estado e degradação das vias de acesso, caracterizado por terrenos bastante arenosos, buracos e riachos, que em linhas gerais ludibriam qualquer pessoa, nem mesmo com a poeira e sol ardente que se registou na quinta-feira, 13.

Ao se fazerem ao local, o primeiro sinal foi o barulho ensurdecedor das motosserras, que também permitiu que os garimpeiros não se apercebessem da chegada das viaturas, do tipo Unimog, naquele lugar desprotegido.

Contas com a Justiça

Os onze elementos foram detidos de imediato e levados à Justiça, resultado da cooperação de populares. Contudo, fontes no local asseguraram às autoridades que este caso é apenas uma “ponta do icebergue”, porque existem centenas de madeireiros que se encontram mata a dentro a fazerem o corte da espécie *Mussivi*, uma das mais procuradas em todo o mundo, desde a abertura do ano florestal no Cuando Cubango, no dia 20 de Julho.

O governador da província, Júlio Bessa, disse que a detenção dos cidadãos em flagrante delito, numa área protegida do KAZA, é prova inequívoca de que os madeireiros sempre se recusaram assumir as suas responsabilidades perante o Estado. “Como a prática é o critério da verdade, esses exploradores, que se transformam em ilegais, serão responsabilizados criminalmente por danos à fauna e flora”, indicou Júlio Bessa.

Para o governador, o corte desordenado de árvores, em muitas localidades da província, tem estado a colocar em risco o ecossistema, com realce a extinção de várias espécies de animais selvagens e a desertificação crescente, por causa dos equipamentos que utilizam na abertura de picadas para o transporte dos troncos abatidos.

Em todo o Cuando Cubango, a exploração desordenada de madeira tem estado a danificar também as vias de acesso e pontes na província, devido ao excesso de peso das viaturas carregadas com este tipo de matéria-prima, por falta de um mecanismo fiável que pode determinar o limite de carga.

“Por esse facto, o Governo da província será ainda mais implacável no combate cerrado à exploração ilegal de madeira, à caça furtiva e às queimadas anárquicas em toda a extensão da província, já que, se garimpeiros lá conseguem chegar, nós também lá iremos. A partir de agora, este será o nosso lema e está lançado o desafio”, determinou Júlio Bessa.

À Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola (ANIMA) e aos membros desta organização na província, o governador deixou o seu apelo, no sentido destes apoiarem os esforços do Governo nesta empreitada, para que no futuro se tenha uma melhor organização na exploração e fiscalização deste tipo de actividade.

10.5 Empresas aguardam licenças para exploração de madeira

Jornal de Angola

27 De Agosto de 2020

Pelo menos, seis empresas madeireiras aguardam, desde Abril, pela homologação dos processos para licenciamento de exploração de três mil metros cúbicos do produto na província da Huíla. A solicitação de exploração é referente à campanha florestal 2020/2021, aberta em Maio e que encerra em Outubro.

A dois meses do fim da campanha de exploração, os operadores mostram-se exaustos pelo atraso na homologação dos processos por parte do Governo Provincial, de quem é a competência, mas que ainda não respondeu.

Em declarações à Angop, no Lubango, o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na Huíla, Abel Zamba, declarou que os processos já foram remetidos ao Governo Provincial em Abril, pelo que se aguarda pela resposta.

Abel Zamba referiu que depois de receberem a homologação do gabinete do governador, o documento vai passar pelo Gabinete da Agricultura, Pecuária e Pescas e pelo IDF, para posteriormente reencaminharem para o ministério de tutela, que passa as licenças.

O responsável disse que a produção de madeira na Huíla está parada devido ao atraso no processo de tramitação da documentação, uma vez que a exploração legal do produto só deve ser feita por licença e ainda não há nenhum operador autorizado na presente época.

“Existe ainda uma pequena exploração e circulação de madeira que se regista na província proveniente de plantações privadas (pessoas singulares e missões eclesíásticas), sobre a qual a instituição não tem o controlo”, avançou.

Abel Zamba destacou a necessidade das autoridades competentes em parceria com o instituto fazerem um inventário florestal a nível da província para poderem

determinar a capacidade real de exploração anual dos produtos lenhosos e não lenhosos.

A província da Huíla tem uma capacidade de explorar até 10 mil metros cúbicos de madeira por ano, pelo que o número de exploradores organizados é insuficiente e espera aumentar o volume a licenciar nos próximos anos, na Huíla.

A Angop cita ainda uma fonte do gabinete do governador, Luís Nunes, que esclareceu que os processos chegaram com algumas insuficiências, pelo que foram devolvidos ao Gabinete da Agricultura e Florestas para melhor análise.

A fonte precisou ainda que esta semana voltaram a ser submetidos ao gabinete do governador que deve homologá-los já, uma vez que foram cumpridos os procedimentos que impediram o parecer favorável na primeira fase.

A província da Huíla tem como municípios potenciais na produção de madeira, Cuvango, Jamba, Quipungo e Quilengues.

Na Campanha Florestal 2019/2020, foram licenciados cinco madeireiros, que exploraram no total 1.210 metros cúbicos de madeira, nos quais o IDF arrecadou seis milhões e 250 mil Kwanzas de receitas para a Conta Única do Tesouro (CUT).

10.6 Detidos traficantes de madeira preciosa

Jornal de Angola

31 De Agosto de 2020

Texto: Lourenço Bule

O Serviço de investigação Criminal (SI C) , no Cuando Cubango, apresentou, ontem, em Menongue, ao governador da província, Júlio Bessa, o cidadão chinês Yu Shu apanhado em flagrante na posse de 66 metros cúbicos de madeira preciosa da espécie mussívi, cujo corte está sus- penso por um período de dois anos.

Sexta - feira, efectivos do SIC vistoriaram cerca de 45 quilómetros de florestas na localidade de Mupembeio, onde surpreenderam um grupo de sete cidadãos nacionais a efectuarem o abate ilegal de árvores mussivi, supostamente a mando do cidadão chinês Yu Shu.

No local, o SIC apreendeu duas tendas de campanha, igual número de motosserras, um tractor e bens alimentares diversos. O cidadão chinês e os sete angolanos vão ser presentes nos próximos dias ao procurador junto do SIC para a legalização da prisão

O governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, que recentemente declarou guerra aberta ao contrabando de madeira em toda a extensão da província, encabeçando pessoalmente uma comitiva multisectorial que apreendeu cerca de 200 metros cúbicos de madeira mussívi, na comuna do Baixo Longa, visitou ontem os estaleiros do cidadão chinês para verificar as apreensões do SIC.

De acordo com o porta-voz da corporação, Anderson Domingos Luhami, os implicados violaram também o despacho do governador provincial do Cuando Cubango, Júlio Bessa, que determina a abertura da campanha de exploração florestal 2020-2021, na região, apenas para permitir a recolha das matas de toda a madeira cortada entre 2017 e 2019.

Explicou que com base no despacho de Júlio Bessa, durante 2020/2021 não serão passadas novas licenças de exploração, estando proibido. o corte de árvores para a produção de madeira em toda a extensão da província.

Com mais esta apreensão, governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, disse que não tem a menor dúvida da existência de uma verdadeira rede de mafiosos que se dedica à pilhagem dos recursos florestais da província, sublinhando que os órgãos de defesa e segurança vão receber todo apoio do governo para um combate implacável ao contrabando de madeira na região.

Júlio Bessa disse, por outro lado, desconfiar que sejam falsos os 30.902 metros cúbicos de madeira declarados pelos diferentes madeireiros como a produção entre 2017 e 2019 que se encontra abandonada nas matas. "Estes números são falsos, razão pela qual assistimos hoje a um corte desenfreado de árvores da espécie mussívi para que possam completar esta cifra" , disse.

Júlio Bessa reafirmou que o governo da província e os órgãos de defesa e segurança vão continuar implacáveis na sua actuação até que a verdade venha ao de cima, pedindo à Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola (ANIMA) para se associarem aos esforços do Executivo para travar estas práticas nocivas às florestas.

"Esta é a segunda apreensão que se faz num curto espaço de tempo, por isso se apertarmos cada vez mais o cerco aos madeireiros, vamos descobrir muitas coisas más", vaticinou Júlio Bessa.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 "Cidade da China perde mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola
4 De Agosto de 2020

O Centro Comercial da Cidade da China, em Luanda, anunciou, ontem, perdas de cerca de mil milhões de kwanzas durante os quatro dias de paralisação, face aos dois casos positivos da Covid-19.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração da Cidade da China, Jack Huang, que falava durante uma conferência de imprensa destinada a esclarecer a paralisação laboral devido aos casos registados a 20 de Julho, a estatística refere-se apenas às lojas controladas pela direcção do centro, faltando o balanço dos comerciantes particulares para detalhar os valores globais.

Indicou que a suspensão das actividades laborais causou um impacto grave para os negócios e sobrevivência dos lojistas, bem como para os trabalhadores angolanos.

Apesar dos prejuízos, realçou, nenhum funcionário foi despedido, mas regista-se a redução de 50 por cento conforme orientação das autoridades do país.

Para o director Municipal da Saúde de Viana, Abreu Pecamena, até ao momento foram testados 1.700 trabalhadores, entre angolanos e estrangeiros, sendo que 63 tiveram resultado positivo.

Com mais de 300 lojas de comerciantes angolanos, chineses, norte-americanos, portugueses, turcos e libaneses, a Cidade da China tem o registo de mais de quatro mil trabalhadores nacionais.

13.2 Lojas da Cidade da China com perdas de mil milhões

Novo Jornal
7 De Agosto de 2020

O Centro Comercial da Cidade da China, em Luanda, anunciou perdas de cerca de mil milhões Kz durante

os quatro dias de paralisação, face aos dois casos positivos de Covid-19.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da instituição, Jack Huang, citado pela ANGOP, que falava segunda-feira, 3, durante uma conferência de imprensa de esclarecimentos sobre a paralisação laboral, devido aos casos registados a 20 de Julho, a estatística refere-se apenas às lojas controladas pela direcção do centro, faltando o balanço dos comerciantes particulares, para se detalhar os valores globais.

O responsável indicou, igualmente, que a suspensão das actividades laborais causaram impacto grave para os negócios e sobrevivência dos lojistas, bem como para os trabalhadores angolanos.

Apesar da perda, o gestor realçou que nenhum funcionário foi despedido, mas regista-se a redução de 50% da força de trabalho, conforme as orientações das autoridades do País.

O director municipal de Saúde de Viana, Abreu Pecamena, revelou que, até ao momento, já foram testados 1.700 trabalhadores, entre angolanos e estrangeiros, sendo que sessenta e três deram positivo.

Com mais de 300 lojas pertencentes a comerciantes angolanos, chineses, norte-americanos, portugueses, turcos, libaneses, a Cidade da China controla mais de quatro mil trabalhadores nacionais. Recentemente, ofereceu cinco milhões Kz à Administração de Viana para apoiar as actividades sociais.

13.3 China financia 15 por cento de projectos de água do país

Jornal de Angola
26 De Agosto de 2020
Texto: Ana Paulo

Nos mais de 50 contratos em efectividade, para a edificação do sistema de construção de água em sedes municipais, o Ministério da Energia e Águas pretende concluir apenas aqueles que já dispõem de financiamento garantido, comunicou hoje, em Luanda, o secretário de Estado das Águas, Lucrecio Alexandre Costa.

A ficha da obra dos projectos em curso ronda aproximadamente os 100 milhões de dólares, incluindo as obras da alta do Bengo e alta do Cuanza.

Em declarações à imprensa, após a visita de constatação à estação de Tratamento de Água do Candelabro do Kifangondo, Lucrecio Alexandre

Costa disse existir actualmente mais de 60 empreitadas paralisadas, maioritariamente regularizadas, e um conjunto de obras incitadas imobilizadas, não só devido ao surgimento da Covid-19, como pela gritante depreciação da moeda nacional.

Lucrécio Alexandre Costa esclareceu que o valor orçamental para realizar os trabalhos superaria os legalmente permitidos, sendo que os equipamentos valem divisas e os contratos foram feitos em kwanzas. “Quando há necessidade de se comprar uma electrobomba, o preço não será o mesmo valor, porque a cotação do kwanza relativamente ao dólar é diferente, o que constitui grande dificuldade na execução”.

Por um lado, dos 50 contratos de água existentes 15 por cento foram suportados pela linha de financiamento da China, entre os quais os projectos de proa sedeados nas localidades de Huambo, Cabinda, Bengo (Bula Tumba), Muxaluando, no município de Nambuangongo, Quinjenje (Huambo), Chitembo, Andulo (Bié), Dala, Muconda e Cacolo (Lunda Sul).

13.4 Impasse nas negociações com a china adia tranche de 547 milhões do FMI

Jornal Expansão

28 De Agosto de 2020

Texto: Joaquim José Reis

A incerteza relativamente às negociações de reestruturação da dívida de Angola à China estão a adiar o agendamento da reunião do conselho directivo do FMI onde será votada a aprovação da quarta tranche do financiamento ao País. Tratam-se de 547 milhões USD que já deveriam ter entrado nos cofres do Estado até 30 de Julho.

Esta reunião chegou a estar agendada para o fim do mês de Julho, mas o FMI justificou o adiamento, na altura, com a entrada em férias de membros do seu board. No entanto, segundo a consultora Eurasia, "este adiamento da decisão do conselho de administração e o aumento da dotação total do programa aconteceu provavelmente devido aos receios de alguns dos administradores, e do próprio FMI, sobre as conversações de reestruturação da dívida com a China".

Até esta terça-feira não constava no site do FMI qualquer nota sobre o reagendamento da reunião e o Governo também desconhecia essa data, conforme apurou o Expansão.

Segundo o relatório sobre a terceira avaliação, que será apreciado nessa reunião, Angola solicitou um alívio no pagamento da sua dívida bilateral (país a país) ao abrigo do programa do G20 para a suspensão de dívida em tempos de pandemia Covid-19 e chegou a acordo para li reestruturação da dívida "com dois dos seus maiores credores", encontrando-se "em discussões para finalizar" as condições.

As dívidas à China estão divididas entre dívida bilateral e comercial, sendo que a maior parte é relativa à banca, e no final de 2019 ascendiam a 21,7 mil milhões USD. Segundo a consultora Eurasia, as negociações com o Banco da China estão avançadas, mas o mesmo já não acontece com o Banco de Exportações e Importações da China (Exim Bank). Entre as negociações estão em cima da mesa o diferimento de três anos do pagamento de juros e amortizações e o seu reembolso a sete anos após 2023. As negociações para a dívida bilateral estarão já concluídas, mas falta acordar com um dos bancos chineses que, segundo apurou o Expansão, impôs como condição que Angola deveria negociar com outros credores privados, até porque a China é a maior credora da dívida dos países africanos e isso poderia 'abrir a porta' a outros pedidos semelhantes por parte desses países. Assim, chegou a admitir-se a reestruturação dos Eurobonds, que teria um efeito particularmente negativo na opinião da qualidade do crédito soberano, fragilizando o sector bancário nacional. Outra das consequências seria impedir o acesso aos mercados internacionais para colocação de dívida soberana nos próximos anos, uma vez que os investidores ficariam avessos a investir em dívida angolana. Segundo a Eurasia, "não será necessário reestruturar os títulos de dívida por agora, mas isso continua a ser uma opção se os riscos descendentes se materializarem".

Assim, a parceria estratégica entre Angola e China não está em causa, considera o director do departamento africano da consultora, Darias Jonker, mas os contornos das negociações terão importantes consequências para ambos os países. "Devido à dívida extremamente alta de Angola, que vai passar os 120% do PIE [Produto Interno Bruto] este ano, e os riscos relacionados com a pandemia, um acordo com os três maiores bancos credores chineses que contemple mais do que uma simples extensão da maturidade dos empréstimos é visto por alguns administradores do FMI como essencial para resolver o problema da sustentabilidade da dívida de Angola", segundo a nota.

O Expansão apurou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem estado empenhado nestas negociações, uma vez que só assim estará assegurada a sustentabilidade da dívida angolana, numa fase em

que todas as economias do mundo estão a 'sofrer' os efeitos da pandemia e em que, quer os países, quer os investidores se têm mostrado avessos a novos empréstimos. "Há, de facto, um possível problema com a sustentabilidade da dívida, que só é possível com uma renegociação com os actuais credores. Daí o FMI estar envolvido nesta questão. Até para eles próprios poderem emprestar mais dinheiro a Angola", adiantou em Junho ao Expansão um consultor internacional, que solicitou anonimato. "Falta é saber se a negociação da dívida com a China chega, mas será sempre um bom cartão-de-visita para negociações com outros credores", acrescentou.